

RELATÓRIO E CONTAS 2018

azorina

EXERCÍCIO

Nos termos e para o efeito do disposto nos artigos 65º e 66º do código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho de Administração da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – AZORINA, S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2018

f

mes

up

RELATÓRIO E CONTAS 2018

EXERCÍCIO

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO.....	3
MODELO DE GESTÃO	3
OUTRAS INFORMAÇÕES	8
ATIVIDADE DESENVOLVIDA DURANTE O EXERCÍCIO.....	9
A. AÇÕES DE APOIO GERAL.....	9
B. AÇÕES DE APOIO À GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS DE ILHA.....	9
C. AÇÕES NO ÂMBITO DO PROJETO DA FILEIRA FLORESTAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	68
D. OUTRAS AÇÕES.....	71
RECURSOS UTILIZADOS	72
SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA	74
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	75
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	75
NOTA FINAL.....	75
ANEXOS.....	77
BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	78



ENQUADRAMENTO

A Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – AZORINA, S.A., doravante designada por AZORINA, S.A., foi criada pelo Decreto Legislativo Regional nº16/2010/A, de 12 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 27/2011/A, de 11 de novembro e posteriormente pelo Decreto Legislativo Regional nº7/2014/A de 3 de junho, tendo iniciado a sua atividade a 1 de outubro de 2010, com a nomeação dos seus órgãos sociais.

Atualmente, e na sequência das diversas integrações e alterações dos estatutos desta empresa, já devidamente referidos nos anos transatos, esta sociedade tem por objeto principal a promoção e apoio à gestão integrada das áreas protegidas terrestres e marinhas, valorizando os recursos naturais e paisagísticos e a biodiversidade e geodiversidade do arquipélago dos Açores; a realização de projetos e ações destinados a proteger a biodiversidade, a geodiversidade e os recursos ambientais, nomeadamente os hídricos e geológicos, bem como a adoção das consequentes medidas de gestão do território, a construção, exploração e manutenção de infraestruturas destinadas à recolha, transferência, valorização e destino final de resíduos, águas residuais e seus derivados; a promoção e apoio ao desenvolvimento de valências para a participação, informação, sensibilização, educação e formação dos cidadãos em matéria de ambiente, nomeadamente as integradas na rede regional de ecotecas, centros de interpretação ambiental e estruturas similares; a construção, exploração e manutenção de infraestruturas necessárias à conservação, proteção e valorização do ambiente, à melhoria da segurança de pessoas e bens e à promoção dos valores ambientais para a sua fruição sustentada; e a promoção e desenvolvimento da fileira florestal, nomeadamente na vertente estratégica da sua comercialização e da criação dos canais e de todos os procedimentos necessários para a valorização económica e sustentável do património florestal da Região Autónoma dos Açores ou sob jurisdição ou gestão desta.

Para efeitos de cumprimento do preconizado na resolução do Conselho de Governo 117/2017 de 27 de outubro de 2017 os membros executivos dos Concelho de Administração, assinaram o contrato de gestão com a tutela, com o propósito de alavancar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses do Acionista com o interesse geral.

Modelo de gestão

É essencial que a empresa clarifique os valores que adota, assumindo-os como parte integrante da sua cultura organizacional. Assim, e no que concerne ao modelo de gestão, assumiram-se quatro passos essenciais:

- **Planear** (traçar o caminho, definir a visão estratégica e a missão, determinar os projetos e as ações);
- **Organizar** (obter os meios e os recursos humanos, enquadrando-os de acordo com os resultados pretendidos);

f
meu
up

- **Motivar** (criar espírito de equipa, obter o melhor das capacidades e saberes de cada um);
- **Monitorizar / Avaliar** (monitorizar o trabalho realizado, verificar a eficiência face aos resultados atingidos).

Visão

Atingir a sustentabilidade ambiental da Região Autónoma dos Açores, alcançada aquando do equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e o seu usufruto.

Missão

Contribuir para a proteção e valorização do património natural dos Açores, através da formação de cidadãos para que, tanto no papel de observadores como no de protagonistas, sejam capazes de refletir e intervir de forma consciente, crítica e ativa na sociedade.

Órgãos sociais

O modelo organizacional e funcional da AZORINA, S.A. definido, no essencial, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/A, de 12 de abril, que cria a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza - AZORINA, S.A., alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/A, de 3 de junho, estipula uma estrutura organizativa composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único.

Por despacho do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, datado de 23 de abril de 2010, publicado a 3 de maio de 2010, sob proposta conjunta do Vice-Presidente do Governo e do Secretário Regional do Ambiente e do Mar, foi nomeado o representante do Acionista Único, Dr. José António Gomes, Diretor Regional do Orçamento e Tesouro.

A 15 de abril de 2016, a Assembleia Geral nomeia os novos órgãos sociais e a 19 de maio de 2017 o novo presidente da mesa, passam assim a ser compostos por:

Assembleia Geral	
Presidente	Arq. Rui Coutinho Monteiro da Câmara Pereira
Secretário	Dra. Teresa Maria Escobar da Silva
Conselho de Administração	
Presidente	Dr.ª Andrea Manuela Monteiro Mora Porteiro (funções executivas)
Vogal executiva	Eng.ª Maria da Conceição da Silva Mendes Rodrigues (funções executivas)
Vogal não executiva	Dr.ª Hélia Maria Batista Furtado Brandão Palha (funções não executivas)

f
leves
00

Fiscal único

Fiscal único efetivo - Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Nuno Miguel Costa Tavares
Fiscal único suplente - José Luís Guerreiro Nunes

A Vogal Dra. Hélia Palha tem ainda funções de Diretora dos Serviços de Ambiente de São Miguel e Diretora do Conselho de Gestão do Parque Natural da ilha de São Miguel.

A Sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois membros do Conselho de Administração;
- b) Pela assinatura do administrador - delegado, no uso das competências que lhe tenham sido delegadas;
- c) Pela assinatura de um administrador, quando haja delegação expressa do Conselho de Administração para a prática de um determinado ato;
- d) Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato.

O limite de competência para a aquisição, oneração e alienação de imóveis, bem como a realização de investimentos por parte do Conselho de Administração da AZORINA, S.A. é de € 6.000.000,00 (seis milhões de euros).

De acordo com o artigo n.º 16.º dos estatutos da AZORINA, S.A., aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/A, de 12 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/A, de 3 de junho, o Conselho de Administração reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pela presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de dois administradores. No ano de 2018 foram realizadas 57 reuniões do Conselho de Administração tendo sido discutidos, essencialmente, assuntos relacionados com aprovação de procedimentos de contratação pública, contratação de pessoal e assuntos conexos, aprovação do plano e orçamento, entre outros.

Remunerações do Conselho de Administração:

- Presidente - Dr.ª Andrea Manuela Monteiro Mora Porteiro aufero o valor correspondente a 90% (noventa por cento) do índice 100 (cem) dos cargos dirigentes da Administração Pública, acrescida de abono para despesas de representação no valor de 40% (quarenta por cento) da respetiva remuneração base.
- Vogal executiva - Eng.ª Maria da Conceição da Silva Mendes Rodrigues aufero o valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do índice 100 (cem) dos cargos dirigentes da Administração Pública, acrescida de abono para despesas de representação no valor de 40% (quarenta por cento) da respetiva remuneração base.
- Vogal não executiva - Dr.ª Hélia Maria Batista Furtado Brandão Palha aufero uma senha de presença por cada reunião realizada do Conselho de Administração, no montante ilíquido de € 900,00 (novecentos euros), até ao limite anual máximo de doze reuniões.

f
fuer
W

Curriculum do conselho de administração

Andrea Manuela Monteiro Mora Porteiro, mestre em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa desde 1999; professora do ensino básico e secundário durante os anos de 1994/95; técnica superior do Centro Nacional de Informação Geográfica – CNIG entre 1994 e 1997; técnica superior do Instituto Geológico e Mineiro de 1997 a 2007, com funções em sistemas de informação geográfica (SIG); colaboradora da Secretaria Regional do Ambiente e Mar de 2007 a 2010; responsável pela preparação da museologia do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e posterior funcionamento, bem como pela implementação do Parque Natural da Ilha do Faial; Presidente do Conselho de Administração da AZORINA, S.A. deste 2010.

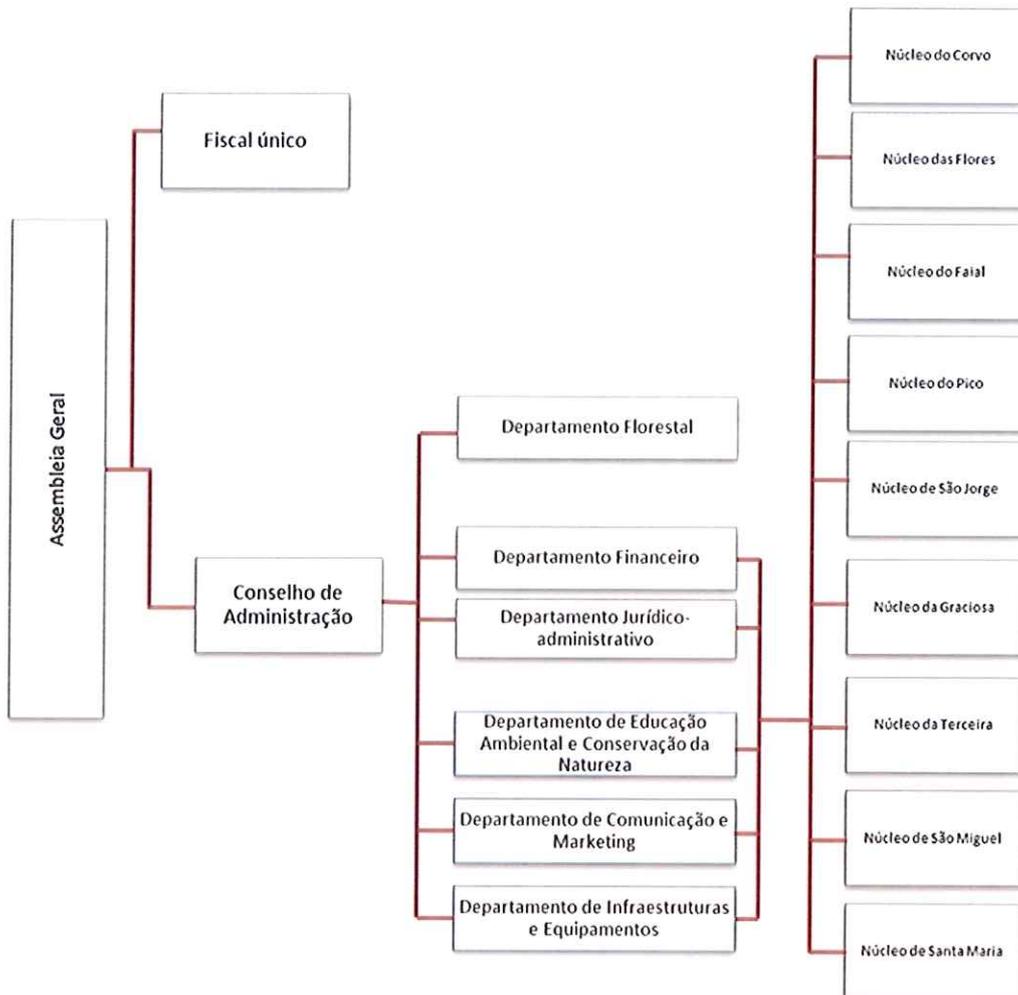
Maria da Conceição da Silva Mendes Rodrigues, mestre em Gestão e Conservação da Natureza pela Universidade dos Açores; Técnica Superior do então Departamento de Estudos e Planeamento dos Açores, entre 1986 e 1988; Engenheira Chefe do Setor Florestal da Empresa Pulpex Florestal, Lda., entre 1988 e 1990; Engenheira Assistente da empresa Celulose Beira Industrial, S.A. (CELBI, SA) de 1990 a 1992, passando a Chefe da Zona Florestal Açores da empresa, Stora Celbi, Celulose Beira Industrial S.A., entre agosto 1992 e dezembro de 2000; Assistente Convidada da Universidade dos Açores, de 2004 a 2014; Assessora Técnica do Conselho de Administração da empresa GeoTerceira, S.A. no âmbito do Projeto Geotérmico da Ilha Terceira para a área de ambiente, entre outubro 2002 e maio 2009; Diretora de Serviços de Ambiente da Terceira entre junho e setembro de 2009; Presidente do Conselho de Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, entre 1 de outubro de 2009 e 31 de agosto de 2011; Vogal do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., desde 1 de setembro de 2011 a 8 de janeiro de 2013; Presidente do Conselho de Gerência da Empresa de Trabalho Portuário OperTerceira desde dezembro de 2009 a 8 de janeiro de 2013; Vogal executiva do Conselho de Administração da AZORINA, S.A. desde 15 de março de 2013.

Hélia Maria Batista Furtado Brandão Palha, licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, pós-graduação no Programa Avançado de Gestão para Executivos; na Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores, foi técnica superior entre 1988 e 1992 e Contadora-Chefe da Contadoria das Contas, entre 1992 e 1993; Chefe de Divisão do Centro de Informação e Documentação da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, entre 1993 e 1996; funções que acumulou com as de Vogal do Conselho Administrativo do Fundo Autónomo, entre 1994 e 1996; Vogal do Conselho Diretivo do Fundo Regional de Abastecimento, entre 1997 e 2003; Vogal do Conselho de Administração do Fundo Regional de Apoio às Atividades Económicas – Fundo Regional de Coesão, entre 2003 e 2006; Presidente do Conselho de Administração da SPRAçores – Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A., entre 2006 e 2011; Diretora dos Serviços de Ambiente de São Miguel e do Conselho de Gestão do Parque Natural da Ilha de São Miguel, desde 2012; Vogal não executiva do Conselho de Administração da AZORINA, S.A. desde janeiro de 2012.

f
f
u

Orgânica

Face ao número e diversidade de valências que a AZORINA, S.A. dispõe e por forma a atingir os seus objetivos, no âmbito das suas competências, foi definida a orgânica que aqui se apresenta, claramente balizada pelas características geográficas do arquipélago e pela distribuição das estruturas afetas à empresa.



Em termos de orgânica, os núcleos de ilha englobam a Rede de Centros Ambientais dos Açores, a Rede de Ecotecas dos Açores, os Gabinetes Técnicos (inclui todos os que apoiam o funcionamento direto destes núcleos) e os Gabinetes Operacionais (inclui todos os que efetuam trabalho de campo e oficinas).

Durante o ano de 2018 o número de estruturas afetas à sua gestão aumentou apresentando, no final do ano, a seguinte distribuição:

d

fever

UP

- Núcleo do Corvo: Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo, Centro de Reabilitação de Aves Selvagens – Corvo, Casa da Atafona e Ecoteca;
- Núcleo das Flores: Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão, Casa do Parque e Ecoteca;
- Núcleo do Faial: Jardim Botânico do Faial; Aquário do Porto Pim – Estação de Peixes Vivos; Casa dos Dabneys; Casa do Cantoneiro, Casa do Parque e Casa da Caldeira; Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos; Casa dos Botes; Ecoteca; Gabinete Técnico e Gabinete Operacional;
- Núcleo do Pico: Centro de Visitantes da Gruta das Torres; Casa da Montanha; Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico; Moinho do Frade; Ecoteca; Gabinete Técnico; Centro de Recuperação de Aves Selvagens - Pico;
- Núcleo de São Jorge: Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo; Casa do Parque de São Jorge; Ecoteca; Gabinete Técnico;
- Núcleo da Graciosa: Centro de Visitantes da Furna do Enxofre; Ecoteca; Gabinete Técnico;
- Núcleo da Terceira: Centro de Interpretação da Serra de Santa Bárbara; Ecoteca; Loja do Parque de Angra do Heroísmo, Casa do Parque, Gabinete Técnico;
- Núcleo de São Miguel: Centro de Monitorização e Investigação das Furnas; Loja do Parque da Lagoa das Sete Cidades; Complexo Ambiental das Sete Cidades, Centro de Reabilitação de Aves Selvagens – São Miguel; Centro de Interpretação da Cultura do Ananás, Centro de Interpretação da Caldeira Velha, Ecoteca; Gabinete Técnico; Gabinete Operacional;
- Núcleo de Santa Maria: Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo; Casa dos Fósseis; Ecoteca.

Outras informações

Sede: Rua de São Lourenço 23
9900 Horta

Capital Social: €100.000,00

NIPC: 509 674 321

CAE:

- 91042 - Atividades dos Parques e Reservas Naturais
- 56301 - Cafés
- 47784 - Comércio a Retalho de Produtos Novos em Estabelecimentos Especializados, N.E.
- 84123 - Administração Pública - atividades da cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação e de outras atividades sociais, exceto segurança.

f
leu
ll

ATIVIDADE DESENVOLVIDA DURANTE O EXERCÍCIO

No decurso do ano de 2018 a empresa dedicou, maioritariamente, os seus recursos no desenvolvimento de ações que contribuíram para uma melhor proteção e valorização do património natural, ambiental e florestal dos Açores, de acordo com os seguintes itens:

- A. AÇÕES DE APOIO GERAL - Ações de carácter transversal, de apoio ao funcionamento geral da empresa;
- B. AÇÕES DE APOIO À GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS DE ILHA (PNI), nomeadamente ao nível da educação ambiental implementado pela Rede Regional de Ecotecas dos Açores e Rede de Centros Ambientais dos Açores e da promoção e valorização das áreas protegidas dos Parques Naturais através da gestão da Rede de Centros Ambientais dos Açores, operacionalização de ações da conservação nos Parques;
- C. AÇÕES NO ÂMBITO DE INICIATIVAS AJUSTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA FILEIRA FLORESTAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES;
- D. OUTRAS AÇÕES.

A. AÇÕES DE APOIO GERAL

O Departamento Jurídico-administrativo, durante o ano, manteve o apoio ao Conselho de Administração nas funções de assessoria jurídica e alinhamento estratégico da empresa, nomeadamente na defesa da legalidade administrativa, aplicação uniforme da lei, resolução de litígios, contencioso administrativo e exercício do poder disciplinar. O Departamento Jurídico-administrativo manteve ainda a função de apoiar administrativamente as atividades desenvolvidas pelos restantes serviços da AZORINA, S.A. ao nível da receção, triagem, classificação e registo de documentos, bem como de todos os processos referentes aos recursos humanos da empresa.

No ano de 2018, o Departamento Financeiro manteve o apoio ao Conselho de Administração nas áreas de planeamento e controlo de gestão, gestão orçamental, financeira e contabilidade.

B. AÇÕES DE APOIO À GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS DE ILHA

Ao longo do ano de 2018 foram efetuadas ações nas diversas valências incluídas nos Parques Naturais de Ilha, que incidiram essencialmente ao nível da conservação da natureza, educação ambiental, promoção e divulgação ambiental e manutenção das infraestruturas e equipamentos afetos à empresa.

Os Parques Naturais de Ilha constituem, a par do Parque Marinho do Arquipélago dos Açores, as unidades de gestão de base da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores. Optou-se, assim, por um conceito de rede ecológica coerente, em detrimento de unidades de gestão

A
A
W

isoladas, possibilitando um elevado nível de interligação entre os valores a proteger, sejam estes naturais, paisagísticos, ou culturais, bem como nos aspetos de foro regulamentar, atribuídos às áreas protegidas.

Abarcam cerca de 122 áreas protegidas (terrestres e marinhas) e incluem diversas estruturas de promoção e interpretação ambiental, como Centros Ambientais, Ecotecas, trilhos e miradouros, entre outros, em todas as ilhas do arquipélago.



CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

As ações de conservação da natureza desenvolvidas durante o ano de 2018 tiveram por base as opções estratégicas regionais da Direção Regional do Ambiente para a conservação da natureza, apoiando a execução dos seguintes projetos:



Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades

Trabalhos de manutenção das infraestruturas e envolvente à Casa do Parque das Sete Cidades na Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades e operacionalização do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas, nomeadamente, nos trabalhos de manutenção nos terrenos de que a AZORINA, S.A. é proprietária, Vãozinho, Achada das Furnas, Pico do Ferro e margem sul da lagoa, nomeadamente:

i. Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades

- Limpeza dos terrenos adjacentes à lagoa;
- Manutenção e reposição das várias espécies de plantas endémicas ali instaladas;
- Manutenção do jardim de plantas aromáticas adjacente à Loja do Parque da Lagoa das Sete Cidades;
- Combate à flora invasora nas áreas definidas para conservação da avifauna, situadas na margem da Lagoa Azul das Sete Cidades.
- Restauro de habitats de espécies de aves migratórias (ilhotas artificiais) em parceria com o colaborador Gerbrand Michielsen.
- Manutenção do talude ao longo do caminho de acesso ao túnel, nomeadamente o corte da flora invasora e estabilização dos terrenos.



f
foco

40

- Prevenção do assoreamento e eutrofização da lagoa, nomeadamente com a instalação de equipamentos específicos, de tecnologia ultrassónica, de controlo e prevenção de desenvolvimento de florescências de cianobactérias (Blooms) em águas eutrofizadas;
- Requalificação da sinalética rodoviária, adicional, de acesso ao Parque de Estacionamento do Complexo Ambiental das Sete Cidades;
- Colocação de pilaretes na extensão do caminho de calçada até à primeira bacia de retenção, para impedir o estacionamento das viaturas na zona de relvado.

ii. Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas

- Limpeza dos terrenos, nomeadamente, combate químico à flora invasora, numa área de 6 ha de área pública na BHLF e combate mecânico, com plantação de espécies endémicas e naturais (dentro do projetado);
- Foram também efetuadas intervenções na rede hidrográfica existente, designadamente no controlo ao nível de linhas de erosão e de invasoras, ou seja, prevenção do assoreamento com a manutenção das 8 linhas de erosão;
- Manutenção das técnicas de engenharia verde (dissipadores de energia);
- Gestão sustentável das atuais pastagens. Esta atividade, além de contribuir como fonte de receitas, mitiga o avanço das infestantes e acelera o processo de redução de nutrientes armazenados nos solos da bacia hidrográfica o que, consequentemente contribui para a redução da carga que é lixiviada para a lagoa;
- À semelhança dos anos anteriores, foram efetuados diversos cortes de erva nas áreas agrícolas, numa extensão de 40 ha. Com esta tipologia de ação pretende-se a prevenção no avanço das infestantes e aceleração da redução de nutrientes armazenados nos solos desta bacia hidrográfica o que, consequentemente contribui para a redução da carga que é lixiviada para a lagoa. Os rolos produzidos são comercializados.
- Em 2018, foi realizada a manutenção das áreas florestadas do Vãozinho e do Pico do Ferro. Estas áreas incluem diversos projetos já em execução, tais como, *PT LOGO*, *VALORPNEU*, *ENSAIO DO PAU-BRANCO*, *REINFFORCE*, *FLORESTA ENCANTADA*, *EUROSCUT AÇORES*, *MIT GRENN ISLANDS*, *ICCA*, *SATA FOREST*, *BENSAÚDE GREEN PRINT*. Estes projetos desenvolvem-se no âmbito de parcerias estabelecidas, com instituições de investigação científica e empresas. Os trabalhos de manutenção, para além das



d

fech

W

limpezas da vegetação concorrente, abrangeu ainda trabalhos de desbaste e desramas dos povoamentos instalados. Qualquer um destes projetos, espelha a preocupação de preservar, conservar e promover a biodiversidade e ecossistemas naturais da Região

- Os materiais sobrantes das manutenções dos povoamentos, mencionados no ponto anterior, após um processo de estilhamento, foram reutilizados nas camas dos viveiros e no Pomar das Caldeiras da Lagoa das Furnas, numa perspetiva de economia de circular de subsistência.
- Manutenção dos trilhos pedestres Grená-Pico do Ferro, Vãozinho e DOWHILL, com remoção de espécies invasoras;
- Melhoramento e manutenção de caminhos dentro do perímetro da bacia hidrográfica, nomeadamente o caminho do Vãozinho e do Pico do Ferro;
- No âmbito dos trabalhos que têm vindo a ser concretizados para a recuperação da qualidade do lençol de água desta lagoa, continua, tal como previsto, a execução do projeto "Valorização de uma área de intervenção do plano de ordenamento da bacia hidrográfica da lagoa das Furnas – contributo para a melhoria da qualidade da água da lagoa das furnas", o qual é cofinanciado pelos Fundos Estruturais, FEDER, PO AÇORES 2020. O projeto, abrange uma área de cerca de 61ha, dos quais 56 estavam cobertos por pastagem e o remanescente por áreas florestadas com *Cryptoméria japonica D. Don*. Durante o ano de 2018, e de acordo com o Plano de Gestão Florestal aprovado, foram executados trabalhos de florestação com espécies maioritariamente endémicas e autóctones, foi intervencionado o acesso florestal de servidão já existente, construído um novo acesso para efeitos da melhoria da gestão da área em causa e instalada uma rede de dissipadores de energia hídrica para controlo da erosão.



Pomares das Caldeiras da Lagoa das Furnas, Pico do Ferro e Vãozinho:

No decorrer do ano 2018, foram vários os trabalhos de melhoramento e aproveitamento do antigo Pomar das Caldeiras das Furnas e dos Pomares de altitude:

f
me
UP

- Mantiveram-se os trabalhos de podas de limpeza e enxertias em ameixeiras, pereiras, citrinos, macieiras, anoneiras, diospireiros e pessegueiros, com a colaboração dos Serviços de Desenvolvimento Agrário (colaboradores da Estação Agrária da Lagoa Seca);
- Refez-se as latadas dos maracujazeiros, no quartel das macieiras, e das caiotas, localizadas na horta;
- Aumentou-se a coleção das aromáticas e medicinais;
- Mantiveram-se os trabalhos de propagação vegetativa de plantas aromáticas, fruteiras e ornamentais nos viveiros deste pomar;
- No âmbito do projeto “+ Endémicas”, mantiveram-se os trabalhos de propagação seminal e vegetativa de herbáceas endémicas e de algumas espécies autóctones dos Açores;
- Finalizaram-se as obras de melhoramento em ambos os edifícios de apoio ao Pomar, melhorando as condições de acolhimento aos programas de educação ambiental e eco-escolas, assim como das condições de trabalho no local com a criação de um escritório na casa pequena;
- Os estufins existentes foram recuperados;



- Procedeu-se à manutenção das redes que delimitam o Pomar, substituindo-as por novos materiais;

A

lueo

W

- Concretizou-se o III Festival de Fibras Naturais no Pomar das Caldeiras da Lagoa das Furnas, em agosto, o qual recebeu mais 500 visitantes. Este festival traz mostras de trabalhos executados essencialmente em vime e espadana;



- Realizou-se uma atividade retanchas no Pomar do Curral, em regime de teambuilding para o offset das emissões de carbono, com o nosso parceiro Picos de Aventura.



Jardim Botânico do Faial (JBF)

No ano de 2018, deu-se continuidade às atividades realizadas nos anos transatos e que vão ao encontro da “Estratégia Global para a Conservação das Plantas”, cuja missão consiste em proteger, manter e restaurar ecologicamente a biodiversidade dos Açores, operacionalizando para o efeito um numeroso conjunto de ações, nomeadamente:

f
man
W

iii. Conservação de Sementes no Banco de Sementes dos Açores BSA (Conservação ex-situ):

- Durante este ano foi realizada novamente a Campanha de Recolha de Sementes. A planificação da época de colheita cumpriu o disposto nos documentos de 'Planeamento e Colheitas', 'Espécies no BSA 2018' e 'Alterações à flora açoriana'. Esta consistiu na seleção de espécies prioritárias para colheita de sementes ilha a ilha e de indicações práticas de colheita e informações gerais. A colheita de sementes decorreu de março a dezembro em todas as ilhas.

A campanha de recolha de 2018 pode ser resumida nos dados abaixo:

- ✓ 37 novas amostras;
- ✓ 19 diferentes taxa, dos quais dois correspondem a novas espécies conservadas (*Aichryson santamariensis* e *Euphorbia stygiana* subsp. *santamariensis*);
- Foram ainda realizados ensaios de germinação envolvendo 2 espécies endémicas.
- Continuou-se com a migração de dados para uma base de dados em Access, criada em 2017 para uma melhor gestão da informação da coleção do Banco de Sementes.

iv. Manutenção de coleções de plantas vivas no Jardim Botânico (Conservação ex-situ):

- As coleções existentes foram mantidas e melhoradas.
- Deu-se continuação aos trabalhos que envolvem o novo Orquidário dos Açores. Concluíram-se as obras de raiz no edifício do novo Banco de Sementes constando este de espaço de laboratório, salas de conservação de sementes e de escritório. Os trabalhos de plantação da nova área do Jardim Botânico foram praticamente concluídos.
- A instalação do sistema de aquecimento no Orquidário dos Açores, foi finalizada garantindo assim todas as condições tidas como necessárias ao desenvolvimento destas plantas nos Açores.
- A coleção viva do jardim continuou a ser a principal fonte de sementes e propágulos para o viveiro de plantas, e ainda de plantas de regeneração natural.
- O número de espécies em cultivo foi reforçado e os canteiros de plantas foram melhorados.

f
fleur
up

v. Propagação de plantas no Viveiro de Plantas Raras do Jardim Botânico do Faial (Conservação ex-situ):

- Os trabalhos desenvolvidos neste âmbito decorreram com o objetivo de fornecer as plantas para o projeto de alargamento do Jardim Botânico, cujo fornecimento de material vegetal foi integralmente assumido pelo viveiro. Para o efeito foram produzidas cerca de 5000 plantas de 40 espécies diferentes.

vi. Trabalho de Campo:

- No âmbito do MACFLOR em 2018, foram efetuados trabalhos de campo em quatro ilhas açorianas (Faial, Flores, Pico e S. Miguel), tendo sido visitadas um total de 21 populações, de cerca de 10 taxa-alvo, foram ainda realizados trabalhos de prospeção para mais 2 taxa-alvo, no entanto, para estes não foram encontradas populações. Foram ainda amostradas flores de 15 taxa-alvo, para posterior estudo da micro-morfologia e estudo do pólen, os estudos serão levados a cabo por um grupo de trabalho da Universidade dos Açores, tendo sido celebrado um contrato para prestação de serviços entre a AZORINA, S.A. e a Fundação Gaspar Frutuoso. Por fim, foram também colhidas 12 amostras de sementes de 5 taxa-alvo, para conservação no Banco de Sementes dos Açores.
- No âmbito da colaboração com o professor Paulo Borges, foram realizadas 4 saídas de campo (março, junho, setembro e dezembro), para troca dos frascos de propileno das armadilhas SLAM em três locais (Cabeço do Fogo, Caldeira e Jardim Botânico em Pedro Miguel).

vii. Outras ações:

- Projeto MACFLOR – Atlas Iberomacaronésio da biologia reprodutiva:
 - ✓ Celebração de contrato com a Fundação Gaspar Frutuoso para prestação de serviços sobre estudos especializados, e início dos mesmos;
 - ✓ Participação na reunião de coordenação do projeto MACFLOR, Funchal (Madeira), 12 e 15 de setembro;
 - ✓ Participação no FloraMac 2018, Funchal (Madeira), 12 a 15 de setembro.
- Colaboração com o Max Planck Institute for Plant Breeding Research no estudo científico sobre *Cardamine hirsuta*.
- Participação no Eurogard VIII - Congresso Europeu de Jardins Botânicos, Lisboa, onde foram feitas as seguintes comunicações orais:

PEDRO G.P. CASIMIRO, CÁTIA F. FREITAS & MELO J.B., 2018. SEED BANK OF AZORES, AN INSTRUMENT FOR SUSTAINABILITY. Eurogard VIII - Congresso Europeu de Jardins Botânicos, 7 a 11 de maio, Lisboa, Portugal.

f
lee
up

CASIMIRO P., FRAGA R.S. & MELO J.B., 2018. FAIAL BOTANIC GARDEN EXPANSION, AN EX-SITU CONSERVATION PROJECT OF AZORES NATURAL FLORA. Eurogard VIII - Congresso Europeu de Jardins Botânicos, 7 a 11 de maio, Lisboa, Portugal.

- Aprovação do Projeto LIFE VIDALIA (LIFE17 NAT/PT/000510) para a conservação de Azorina vidalii e Lotus azoricus nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, com início a 1/7/2018 e em que a AZORINA, S.A. é o beneficiário associado.

Carta Europeia de Turismo Sustentável:

Em 2018, o Plano de Ação (2017-2021) da Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Terras do Priolo (CETS), após reformulação em 2017, passou a contemplar 85 ações, 4 das quais da responsabilidade da AZORINA, S.A.

Relativamente ao balanço geral da execução do Plano de Ação, em 2018, das 85 ações preconizadas no Plano de Ação, 23 foram implementadas conforme o previsto, 29 com desenvolvimento inferior ao previsto, 16 com muito pouco desenvolvimento, 15 sem qualquer execução e 2 com execução prevista para 2019.

Em suma, em 2018, verificou-se que cerca de 61% das ações que constituem o Plano de Ação registaram um desenvolvimento conforme o previsto ou próximo do mesmo.

No que respeita às 4 ações da AZORINA, S. A., as Ações "8.2 Centro de Monitorização e Investigação das Furnas", "8.8 Programa Parque Aberto nas Terras do Priolo" e "10.7 Programa Parque Escola nas Terras do Priolo" foram implementadas na sua totalidade, enquanto que a Ação "3.8 Promoção de Acessibilidade no PNISM nas Terras do Priolo" teve muito pouca execução.

O Gabinete da CETS Terras do Priolo tem afeto a este projeto um técnico da AZORINA S.A a 50% do tempo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O plano de atividades de Educação Ambiental dos Parques Naturais das Ilhas dos Açores é definido, com base no Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores (PRESAA). Um plano estratégico publicado em 2011 pela, à data, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, atualmente, Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo. Este documento orienta a atuação dos serviços e equipamentos de promoção e educação ambiental da Direção Regional do Ambiente (DRA), nomeadamente a Rede Regional de Ecotecas e a Rede Regional dos Centros Ambientais, genericamente designados por Serviços Educativos (SE), que foram integrados em 2011 nos nove Parques Naturais das Ilhas dos Açores (PNI).

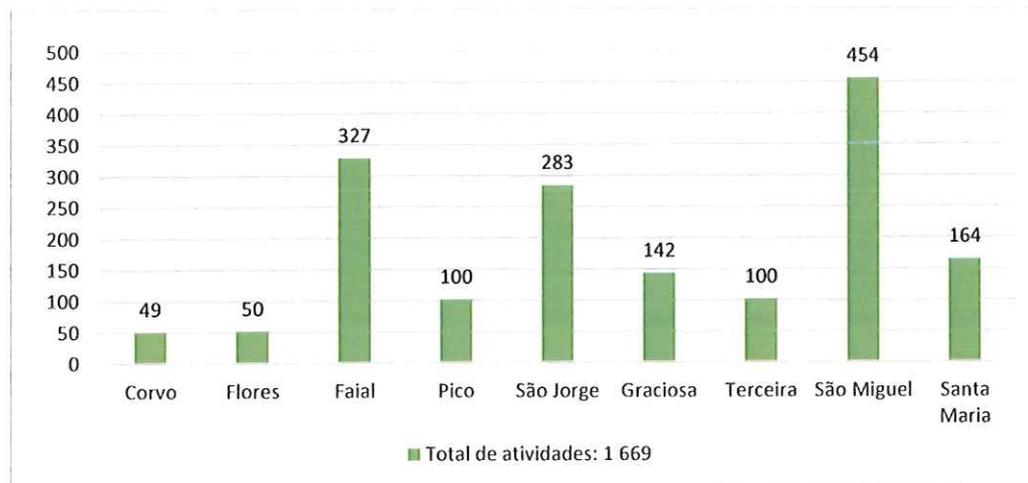
O plano de atividades tem acompanhado os últimos desenvolvimentos das políticas regionais, nacionais e internacionais de educação, sensibilização e formação dos cidadãos no domínio do ambiente.

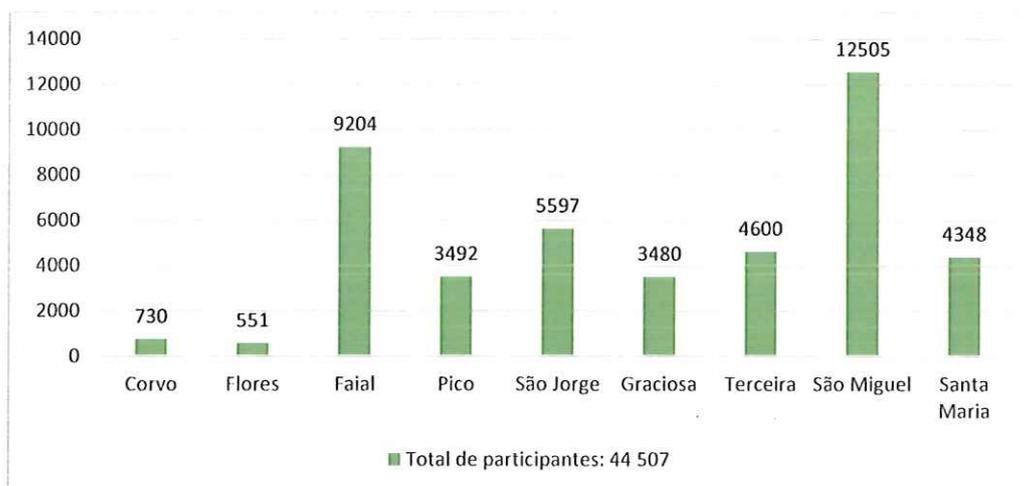
A
Men
Up

As atividades de Educação Ambiental, coordenadas pelo Departamento de Educação Ambiental e Conservação da Natureza (DEACN) e dinamizadas pelos SE funcionaram, em 2018, de forma integrada e complementar com os documentos orientadores das restantes áreas de atuação dos PNI e de acordo com as diretrizes da DRA, nomeadamente as fornecidas pela Direção de Serviços da Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental (DSCNSA) e Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA). Promoveram-se e realizaram-se, também, ações sob a coordenação da Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM) e do Geoparque Açores (GAz) – Geoparque Mundial da Unesco, tendo em conta a parceria existente entre esta entidade e a DRA.

Ressalva-se que a atuação do DEACN e correspondentes SE é articulada e efetuada sempre com o Departamento de Comunicação e Marketing (DCM) da AZORINA, S.A..

Assim, a contabilização das ações de educação, sensibilização e promoção ambiental desenvolveram-se nos PNI e com as restantes entidades acima referidas, inclui em números concretos todas as ações realizadas através de programas, dias comemorativos, campanhas e projetos, e distribuem-se da seguinte forma:





No geral, em 2018, em termos estatísticos e considerando todas as atividades de educação e sensibilização ambiental realizadas pelos Serviços Educativos dos PNI, com organização própria ou em parceria com outras entidades, foram contabilizadas 1 669 atividades, que abrangeram cerca de 44 507 participantes. Apesar do contínuo crescimento entre 2014 e 2017, em 2018 observou-se um ligeiro decréscimo no número de participantes, relativamente a 2017, ou seja, decresceu no montante de 1 691. Em 2017, os valores foram ligeiramente mais altos em termos de participantes, 46 198, mas em número de atividades foi similar a 2018, 1 697 atividades.

Tal decréscimo deve-se a diversos fatores como o cancelamento de atividades registadas essencialmente no programa Parque Aberto (quer por condições meteorológicas adversas, quer por falta de inscrições para a realização das atividades) e à diminuição das ações realizadas no âmbito das campanhas Açores Entre-Mares e SOS Cagarro.

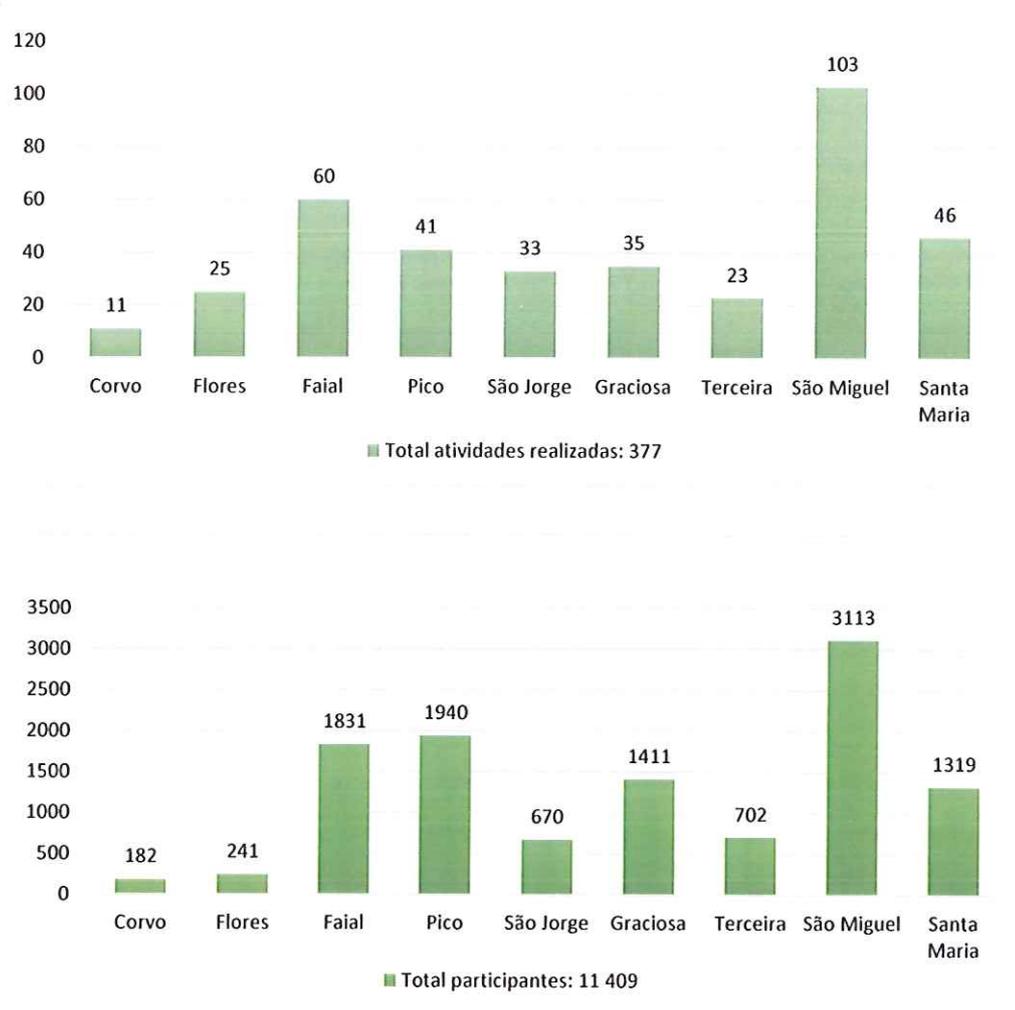
Tendo em conta todos os programas e campanhas que são dinamizados pelos Parques Naturais, importa referir que o maior número de atividades advém dos programas Parque Aberto e Parque Escola, uma vez que estes são os programas são anuais.

1. Programas, dias comemorativos, campanhas e projetos desenvolvidos em 2018:

- a. O **Programa Parque Aberto**, que decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro e agrega todas as atividades promovidas nas áreas dos Parques Naturais, organizadas por estes ou por entidades parceiras, e que não estejam incluídas no Parque Escola, nas campanhas regionais e nos dias comemorativos de âmbito regional.

As ações realizadas no âmbito deste programa têm como intuito correlacionar a sensibilização ambiental com a sociedade, a economia, a cultura e a divulgação científica dos nossos recursos naturais, tendo em vista a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Pretende-se com este programa fomentar a dinamização e valorização dos espaços dos Parques Naturais e criar uma ligação entre os PNIs e a comunidade local. As atividades realizadas no âmbito do Parque Aberto pretendem abranger toda a população, à exceção do público escolar, uma vez que existe um programa definido para esse público.

f
fever
cup



No âmbito deste programa, em 2018 desenvolveram-se 377 ações com 11 409 participantes, tendo abrangido desta forma cerca de 5% da população da Região.

Relativamente à tipologia de atividades realizadas, destacam-se as oficinas/workshops e os percursos pedestres, uma vez um terço das ações dinamizadas em 2018 foi referente a estas tipologias. As oficinas dinamizadas, que têm sido cada vez mais recorrentes, devem-se em grande parte às atividades para o público infantojuvenil em época de férias escolares (férias de Natal, Carnaval, Páscoa e de verão), como se comprava com a realização de 159 ações que foram direcionadas para este público.

Do total das atividades realizadas em 2018, mais de 200 tiveram uma participação igual ou superior a 21 pessoas, destacando-se as exposições, percursos pedestres, oficinas e atividades nos Centros Ambientais (como o caso da ação "À Descoberta dos Vinhos do Pico"), que pelo seu interesse tem gerado uma participação significativa.

f
leee
Lef

Salienta-se ainda que houve esforço pela dinamização de ações que abrangem as mais variadas temáticas tendo sido maioritariamente abordados os temas conservação da natureza, biodiversidade, resíduos, geodiversidade e mar, que proporcionam à comunidade local a oportunidade de conhecer e se envolver com as mais diversas áreas relacionadas com o Ambiente.



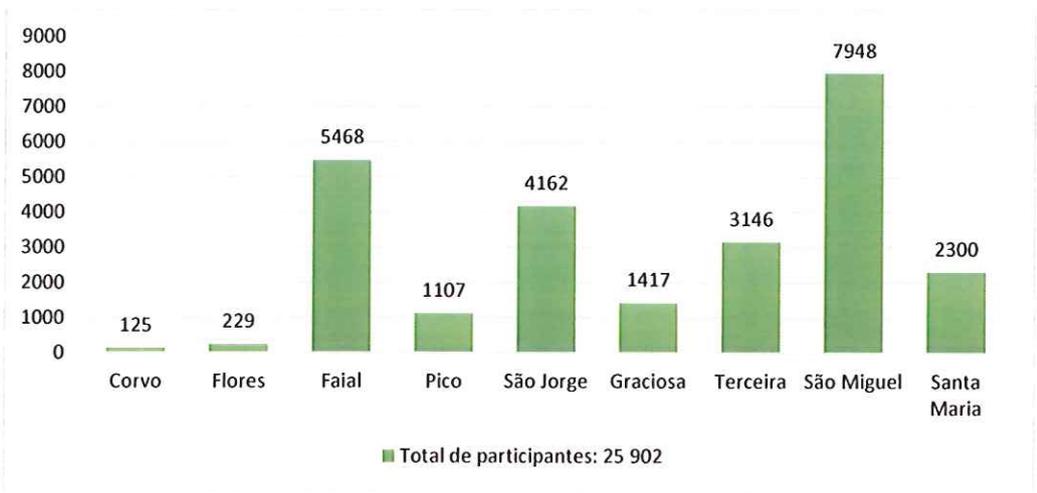
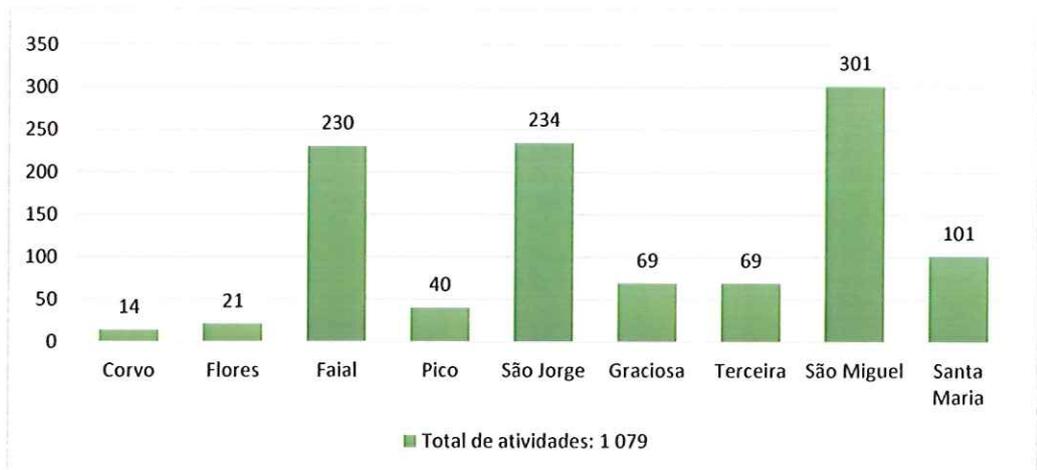
b. O Programa Parque Escola pretende promover os valores, a mudança de atitudes e desenvolver comportamentos face ao ambiente e aos recursos naturais, de forma a preparar os jovens para o exercício de uma cidadania consciente e ambientalmente sustentável. Neste sentido, este programa engloba toda a oferta dos PNI direcionada à comunidade escolar, como também todas as solicitações por parte dos estabelecimentos de ensino, desde que enquadradas nos objetivos deste. Abrange também uma parcela da oferta educativa do GAz. As atividades do Parque Escola foram idealizadas e dinamizadas com o objetivo de ser um complemento ao programa curricular dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente o CREB (Currículo Regional da Educação Básica), daí a ter sido elaborada a correlação entre as ações propostas e os conteúdos curriculares no documento divulgado para as escolas.

O Programa é composto por três tipologias de atuação distintas:

- O Parque vai à Escola, em que se disponibiliza uma oferta pedagógica, de caráter teórico e prático, para alunos e professores de todos os níveis de ensino. Presta-se ainda apoio aos docentes na preparação de ações de projetos de educação ambiental em que as escolas estejam envolvidas, ministra formação aos docentes e auxiliares de educação e cede ou empresta recursos educativos, apresentando-se como parte complementar ao currículo escolar;

d
para
up

- A Escola vai ao Centro, onde se insere o plano de atividades pedagógicas desenvolvido em cada Centro Ambiental, sendo este dirigido aos diferentes níveis de ensino e relacionado com a temática ambiental do respetivo centro;
- A Escola vai às Áreas Protegidas, onde se enquadram as ofertas de saídas de campo em território dos Parques Naturais ou outros locais de interesse natural (como os geossítios), com o objetivo de contribuir para a consolidação de conhecimentos em termos práticos, estimular a curiosidade e espírito de observação dos alunos e fomentar as boas práticas ambientais em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental.



No ano civil 2018, que abrange o período de janeiro a julho do ano letivo 2017/18 e de setembro a dezembro do ano letivo 2018/19, dinamizaram-se 1 079 sessões com 25 902 alunos e professores.

f
f
UP

Relativamente às tipologias de atividades, mais de metade das ações foram dinamizadas no âmbito de "O Parque vai à Escola", com 601 atividades. A dificuldade em realizar ações na tipologia "A Escola vai às Áreas Protegidas" denota-se pela quantidade de ações dinamizadas (132).

Salienta-se que no decorrer do ano, foram realizadas mais de 100 ações para escolas nacionais e internacionais, que abrangeram perto dos 4 000 participantes. Estas ações incidem essencialmente na visita aos Centros Ambientais e a geossítios.

As atividades realizadas no âmbito do programa são diversificadas, sendo as mais dinamizadas as sessões de sensibilização (essencialmente sobre fauna, flora e resíduos), geralmente complementadas com atividades práticas como jogos, atividades experimentais ou de expressão plástica; visitas aos Centros Ambientais e saídas de campo para observação *in loco* da bio e geodiversidade.

Quanto às temáticas mais abordadas, em ambos os períodos abrangidos pelo ano civil incidiu-se mais nas questões da biodiversidade, conservação da natureza e geodiversidade.



c. DIAS COMEMORATIVOS

i. DIA MUNDIAL DAS ZONAS HÚMIDAS

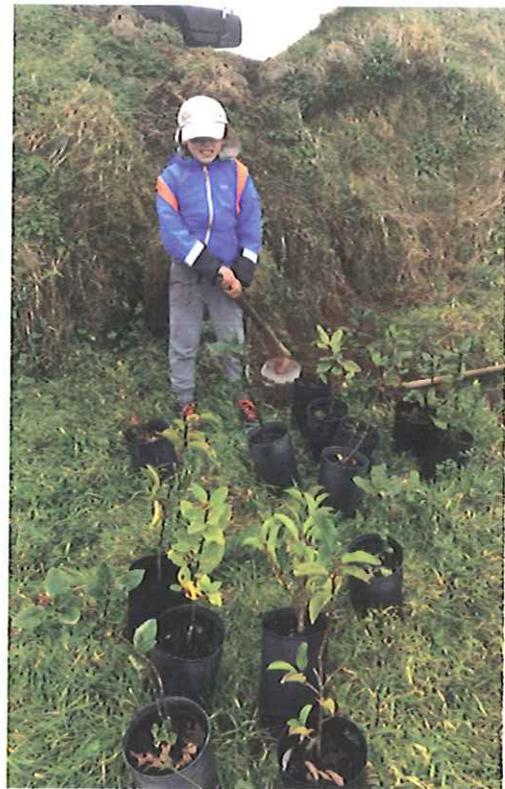
Esta efeméride, que se comemora a 2 de fevereiro, em 2018 teve como tema internacional "Zonas Húmidas para um Futuro Urbano Sustentável". Para assinalar este dia, os Parques Naturais dinamizaram passeios a zonas húmidas, atividades

f
Rec.
af

desportivas nestas áreas e ainda sessões informativas sobre as mesmas, de modo a transmitir aos participantes a importância destas áreas classificadas para o equilíbrio dos ecossistemas.

Neste âmbito, foram realizadas 22 atividades que abrangeram 797 participantes. Destas ações, 6 foram direcionadas para escolas, onde participaram 111 alunos e professores.

Em 2018, os Parques Naturais associaram-se ainda ao Corpo Nacional de Escutas da Junta Regional dos Açores no projeto "Trees for the World" – Árvores para o Mundo", tendo realizado plantações de espécies autóctones com grupos de escuteiros em áreas protegidas de todas as ilhas. Estes dados estão contabilizados na estatística dos programas Parque Aberto e Parque Escola.



ii. DIA MUNDIAL DA TERRA

A celebração desta data, que se assinala a 22 de abril, tem como principal objetivo sensibilizar para a importância da preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. As ações realizadas pelos Parques Naturais neste âmbito tendem a dar especial destaque à promoção do património geológico da Região. Foram realizadas

f

men

lep

9 atividades, que abrangeram 248 participantes, das quais 6 foram direcionadas para o público escolar, contando com 121 alunos, tendo sido dinamizadas sessões de informação sobre os vulcões dos Açores e visitas guiadas a geossítios. Estes valores encontram-se contabilizados nos dados estatísticos do Parque Aberto e Parque Escola.



iii. SEMANA EUROPEIA DE GEOPARQUES

A Semana Europeia de Geoparques é um evento europeu que visa sensibilizar a opinião pública para a geoconservação e promoção do património geológico, com eventos que pretendem informar o público sobre atividades geoturísticas e educativas nos geoparques. Em 2018 decorreu entre 25 de maio e 10 de junho, tendo sido realizadas 15 atividades e contabilizados 392 participantes, das quais 11 foram direcionadas para o público escolar, abrangendo 267 alunos e professores. Estas ações foram realizadas em resposta à parceria com o Geoparque Açores, tendo sido dinamizadas essencialmente visitas a geossítios e a outros locais de interesse geológico e sessões de informação sobre os vulcões dos Açores. Os valores apresentados encontram-se contabilizados na estatística dos programas Parque Aberto e Parque Escola.

d

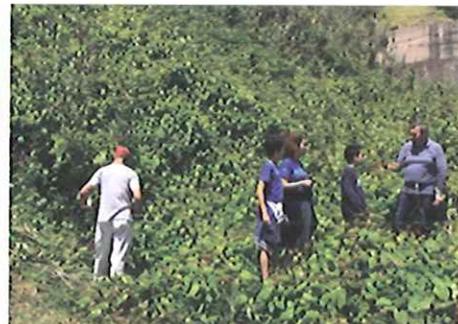
fever

up



iv. DIA INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Assinalada a 22 de maio, a comemoração deste dia é de carácter regional, ou seja, todos os PNI realizam a mesma ação. Sob o tema "Celebrando 25 Anos de Ação pela Biodiversidade", foi previsto que os Parques realizassem, a nível regional, 25 ações de remoção de espécies invasoras em área sensível do Parque Natural com um grupo organizado (por exemplo, uma escola). Das 25 previstas, 23 foram efetivamente realizadas, abrangendo 381 participantes. Destas ações, 15 foram realizadas com escolas, contabilizando 276 alunos e professores. As duas ações de remoção não foram dinamizadas devido às condições meteorológicas não serem propícias para a realização das mesmas.



v. DIA EUROPEU DOS PARQUES NATURAIS

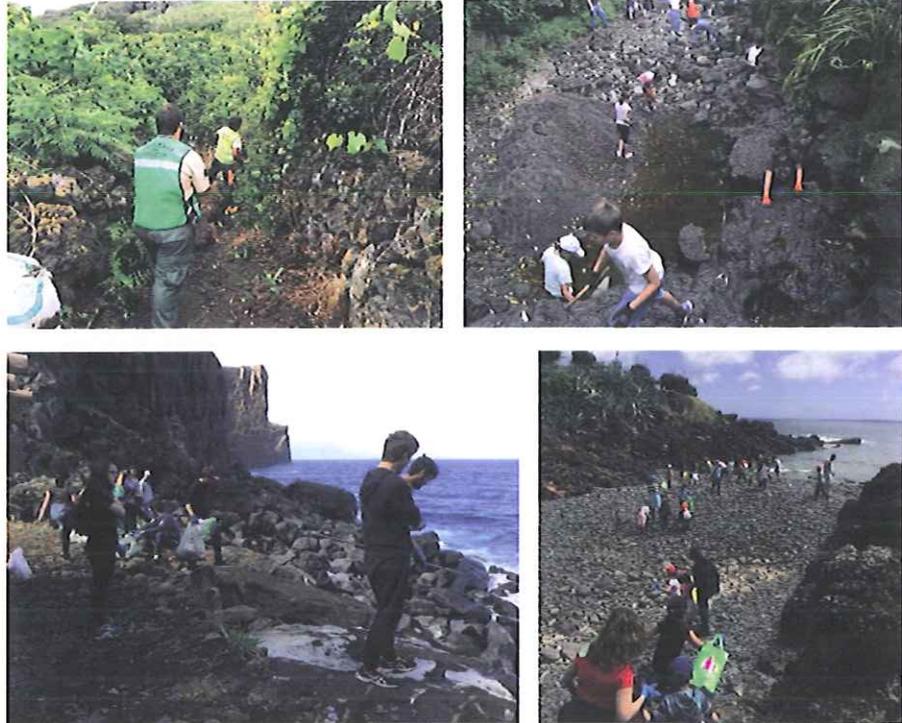
O Dia Europeu dos Parques Naturais é assinalado a 24 de maio e foi instituído com o intuito de proporcionar uma variedade de atividades e eventos organizados em todas as áreas protegidas da Europa, a fim de consciencializar a população local para a conservação dos espaços de interesse ecológico e promover as áreas naturais. Em 2018 esta efeméride foi assinalada com a divulgação do Programa das Comemorações dos 10 Anos dos Parques Naturais, por parte do Governo Regional.

vi. DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

A comemoração deste dia é de carácter regional, ou seja, todos os PNI realizam a mesma ação. No sentido de celebrar esta efeméride, assinalada anualmente a 5 de junho, cujo tema de 2018 "Combater a Poluição de Plástico", os Parques Naturais dos Açores, em parceria com juntas de freguesia candidatas ao projeto "A MINHA RIBEIRA"

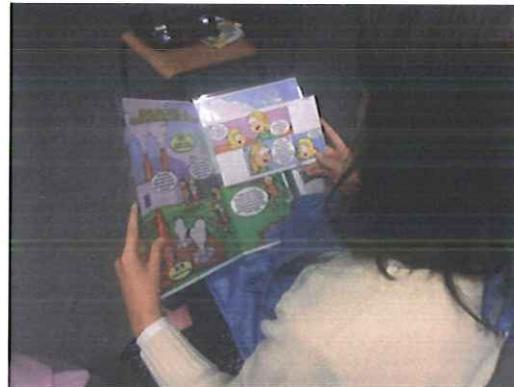
f
lees
60

realizaram limpezas a troços de ribeiras destas freguesias. Esta ação visou não só despertar para a importância de combater a poluição nas ribeiras das ilhas, mas também sensibilizar para a problemática da crescente produção de resíduos plásticos e o seu depósito incorreto que se tem vindo a observar. Neste sentido, foram realizadas 9 limpezas que abrangeram 240 participantes. Destas, 6 foram efetuadas com escolas, tendo contabilizado 186 alunos e professores.



vii. SEMANA EUROPEIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Semana Europeia do Desenvolvimento Sustentável ocorre todos os anos de 30 de maio a 5 de junho e é uma iniciativa europeia para estimular e tornar visíveis atividades, projetos e eventos que promovam o desenvolvimento sustentável e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em 2018 foram dinamizadas 18 atividades no âmbito desta Semana, que abrangeram cerca de 1 225 participantes, das quais 17 ações foram realizadas com escolas, tendo contabilizado 1 199 alunos e professores. As atividades realizadas foram essencialmente ações práticas como jogos e atividades de expressão plástica sobre fauna açoriana, no sentido de sensibilizar para a sua preservação, bem como sobre energias renováveis e eficiência energética. Foi também realizada uma visita a uma exploração agrícola no sentido de sensibilizar para a prática de uma agricultura mais sustentável. Os dados estatísticos destas ações estão contabilizados nos programas Parque Aberto e Parque Escola.



d. COMEMORAÇÕES DOS 10 ANOS DOS PARQUES NATURAIS

A criação dos Parques Naturais surgiu como resposta à necessidade de gerir de forma coerente, duradoura e sustentável as Áreas Protegidas terrestres e marinhas classificadas na Região, bem como de valorizar as suas paisagens, habitats, geossítios, espécies notáveis e outros elementos de interesse ambiental. Os Centros Ambientais, trilhos e circuitos implementados pelos Parques possibilitam quem nos visita, interpretar a paisagem e compreender a importância e a necessidade de conservar este património, nomeadamente as suas características, relevância e singularidade. Para além da missão de conservação, a monitorização da visitação e da atividade turística desenvolvidas nas áreas dos Parques constitui a melhor forma de promover a utilização e usufruto destes locais, garantindo a qualidade e sustentabilidade dos seus recursos naturais e a preservação e conservação da sua bio e geodiversidade. Neste sentido, considerou-se de extrema importância assinalar a comemoração dos 10 Anos dos Parques Naturais dos Açores, que teve início no dia 8 de julho de 2018, data em que se celebrou os 10 anos da instituição do primeiro Parque Natural da Região, o Parque Natural de São Miguel. Inseridas nesta comemoração estão as ações do Programa Parque Escola e Parque Aberto, nomeadamente com as atividades:

- Exibição do documentário "Parques Naturais dos Açores – 10 anos", da autoria de Paulo Henrique Silva, seguida de uma tertúlia sobre a temática, tendo sido dinamizadas 5 sessões e contabilizados 155 participantes;
- A ação "O teu Parque daqui a 10 anos", direcionada para o público escolar, onde, após uma apresentação da história do Parque Natural da Ilha, os alunos são desafiados a expressarem os seus desejos para os Parques Naturais, colocando-os as suas ideias numa "cápsula do tempo" a ser enterrada numa área protegida durante 10 anos. Foram realizadas 15 sessões que abrangeram 255 alunos e professores.

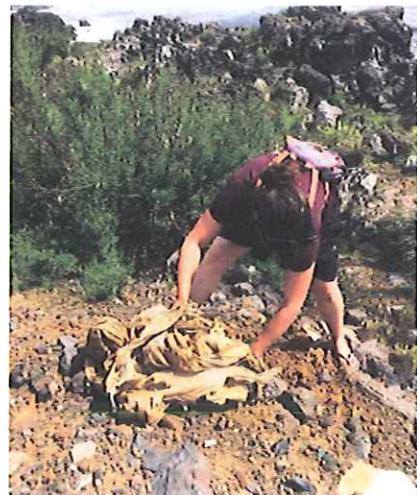
f
lee
up

As restantes ações desta comemoração prolongar-se-ão em 2019.



e. CAMPANHA REGIONAL - AÇORES ENTRE-MARES

A campanha Açores Entre-Mares realiza-se anualmente, de 20 de maio a 8 de junho, e pretende mobilizar a sociedade açoriana para o conhecimento, a preservação e a promoção do Mar dos Açores. Esta campanha procura envolver um vasto leque de entidades, públicas e privadas, que se tornem parceiras e que dinamizem e apoiem na concretização de ações que procurem cumprir o objetivo da Campanha. A AZORINA, S.A. é parceira da DRAM nesta campanha. Em 2018 foi solicitada aos PNI a colaboração para a divulgação e envolvimento na Campanha nas iniciativas pré-programadas (2ª edição do Concurso Multi-Artes "O Mar é Já Aqui" e a Campanha "Lixo Zero no Mar dos Açores: Ação de Limpeza da Orla Costeira dos Açores) e em outras que pudessem surgir, tendo sido realizadas realizaram 32 atividades, abrangendo cerca de 763 participantes, das quais 25 foram direcionadas para o público escolar, contabilizando 637 alunos e professores. Para além das ações de limpeza solicitadas pela DRAM foram também realizadas sessões de sensibilização sobre lixo marinho e visitas a orlas costeiras para observação do intertidal rochoso e da biodiversidade local.



f

peças

up



f. CAMPANHA REGIONAL - SOS CAGARRO

A campanha SOS Cagarro ocorre de 15 de outubro a 15 novembro e está organizada em duas vertentes, educação ambiental e conservação da natureza, tendo como principal objetivo envolver as pessoas e entidades no salvamento dos cagarros juvenis encontrados junto às estradas e na sua proximidade. A AZORINA, S.A. é parceira da DRAM nesta campanha. Na vertente da educação ambiental, esta campanha contabilizou um total de 123 atividades e 2 966 participantes, das quais 78 foram direcionadas para o público escolar, tendo contabilizado 2 017 alunos e professores. As atividades realizadas nesta campanha pelos Parques Naturais, sendo organizadores ou parceiros, incluem ações de sensibilização aos condutores, a fim de dar a conhecer os comportamentos adequados a ter na estrada durante a Campanha, sessões de sensibilização sobre do ciclo de vida do cagarro, as suas ameaças e medidas de proteção, onde é simulado do correto salvamento do animal e ainda brigadas noturnas com escuteiros, escolas e outros grupos organizados.



f
fuer
el

a. CAMPANHA REGIONAL - SEMANA DOS RESÍDUOS DOS AÇORES

A 9ª edição desta campanha, inserida na 10ª edição da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (EWWR), decorreu, em 2018, de 17 a 25 de novembro, tendo como temática "Prevenção de Resíduos Perigosos: Tempo para Desintoxicação!". As ações integradas nesta iniciativa pretendem, essencialmente, sensibilizar e informar sobre a correta gestão dos resíduos ao nível de ilha e dar a conhecer os seus destinos adequados, alertando para a prevenção, com vista à minimização da sua produção diária. Os PNI realizaram, no âmbito da Semana dos Resíduos dos Açores, 72 atividades e contabilizaram 4 100 participantes, das quais 39 foram direcionadas para escolas, onde abrangeram 929 alunos e professores, tendo sido realizadas atividades sobre a correta separação de resíduos e sessões de sensibilização sobre temáticas como o desperdício alimentar e o lixo marinho e a preservação do mar.

Das ações contabilizadas destaca-se a parceria realizada com o Corpo Nacional de Escutas na realização da atividade "Não leve Resíduos para casa", em que cada PNI esteve presente num estabelecimento comercial com um agrupamento de escuteiros da ilha, para sensibilizar a comunidade local para o excesso de plástico adquirido nas compras, onde foram apresentadas alternativas mais sustentáveis. Foram realizadas 24 ações de sensibilização em superfícies comerciais, que abrangeram cerca de 2 862 pessoas.



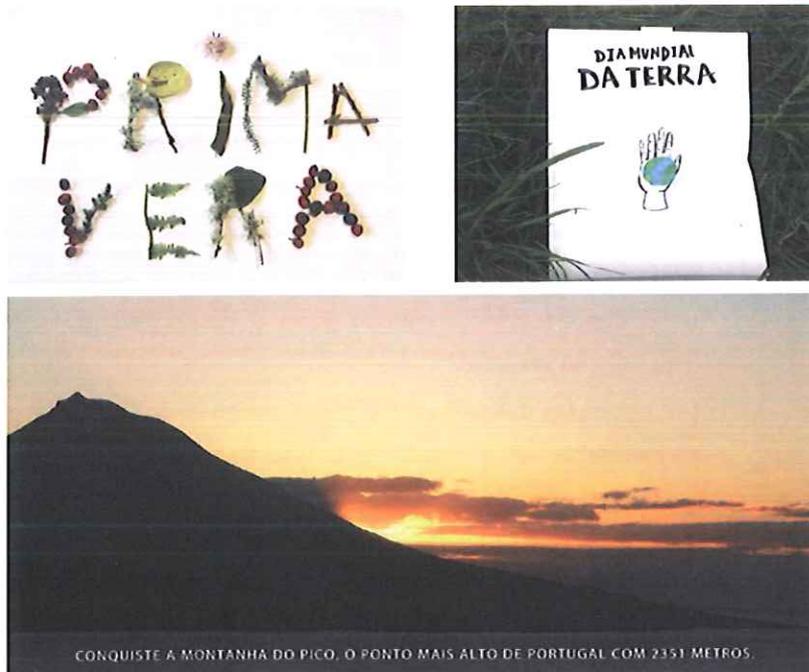
x

Ues

Uf

b. COMEMORAÇÃO DE EFEMÉRIDES NAS REDES SOCIAIS

No decorrer do ano foram sendo assinaladas diversas datas, ambientais e outras, nas redes sociais, nomeadamente nas páginas dos Parques Naturais do Facebook e Issuu.



c. PRODUÇÃO DE RECURSOS EDUCATIVOS

No decorrer do ano de 2018 foram realizados trabalhos referentes à produção de recursos educativos e outros conteúdos, com destaque para:

- ✓ O vídeo "Eficiência energética - A brincar também se pode poupar!", do respetivo manual do educador e do primeiro suplemento do manual: Este projeto, produzido em parceria com a Direção Regional da Energia, no âmbito da promoção de comportamentos energeticamente eficientes na Região Autónoma dos Açores, visa contribuir para o aumento da literacia em matéria de energia e para a adoção de práticas e atitudes que promovam a eficiência energética e a utilização racional de energia junto da comunidade infantil. A elaboração de recursos continuará em 2019;
- ✓ O livro "O incompreendido tubarão João": Este recurso educativo tem como objetivo central desmistificar o medo pelos tubarões, motivando assim os mais jovens para as questões relacionadas com o ambiente e a conservação marinha. O texto, ilustrado com imagens elucidativas das espécies marinhas que integram as personagens, conta a história de um tubarão-azul que, com a sua amiga – um peixe-piloto, nadam em ajuda de uma tartaruga-marinha, fazendo pelo caminho novos amigos. Para além de dar a conhecer os sentimentos e comportamentos entre espécies, este recurso transmite ainda ensinamentos sobre a conservação das espécies marinhas e sobre as ameaças da poluição;

- f
- lee
- lee
- ✓ Campanha "Açores Sem Palhinhas" – Esta campanha, levada a cabo pela Divisão de Resíduos da Direção Regional do Ambiente, tem como objetivos reduzir a utilização de palhinhas de plástico nos Açores e substituir a sua utilização por alternativas mais sustentáveis. Para divulgação desta campanha foi realizado um spot publicitário, um cartaz e um selo;
 - ✓ Campanha "Dê outro valor ao Natal" – De modo a sensibilizar a comunidade local a adotar atitudes mais sustentáveis na época natalícia, a Divisão de Resíduos da Direção Regional do Ambiente solicitou a realização de um spot publicitário, um cartaz, um banner, um postal de natal e ainda o cartaz "9 formas para tornar o seu Natal mais sustentável".

J. OUTRAS SITUAÇÕES:

- i. Apoio na 4ª edição das Olimpíadas de Geologia dos Açores;
- ii. Participação na 8ª Conferência Internacional dos Geoparques da Rede Mundial da UNESCO;
- iii. Participação no 10º Congresso Nacional de Geologia (São Miguel, julho de 2018) com apresentação com o tema "O papel da Rede de Centros Ambientais dos Açores na promoção e valorização do património geológico regional";
- iv. Participação no Congresso Ciência Turismo Sustentável, (Lisboa, novembro de 2018) com a apresentação "A Rede de Centros Ambientais e o seu papel como equipamento promotor da Sustentabilidade Ambiental dos Açores";
- v. Participação no XVII Encontro Regional da BAD Açores (São Miguel, novembro 2018) com o tema "Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos - o valor da memória, gerir e divulgar";
- vi. Participação no XIII Encontro Regional de Educação Ambiental e seminário Eco-Escolas (Terceira e Ponta Delgada, outubro 2018) com o tema "O papel da Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais na educação ambiental dos Açores";
- vii. Participação no Seminário Património Mundial da UNESCO – Perspetivas Futuras (Pico, julho de 2018) com o tema "Boas práticas: Património na RAA - Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos";
- viii. Participação no XXV Encontros Filosóficos da Escola Secundária Manuel de Arriaga (Horta, abril 2018) com o tema "Rede de Centros Ambientais dos Açores";
- ix. Elaboração de artigos para a rubrica "Geoparcerias" do jornal Açoriano Oriental;
- x. Parceria com a SPEA na realização de ações no âmbito do EurobirdWatch, cujos dados estatísticos estão refletidos no programa Parque Aberto (uma ação e nove participantes abrangidos);

- xi. Apoio à DRA na implementação de programas internacionais e regionais: ECO-ESCOLAS; JOVENS REPÓRTERES PARA O AMBIENTE; CHAVE-VERDE; MIOSÓTIS; ECO-FREGUESIA, FREGUESIA LIMPA.

K. XIII ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEMINÁRIO ECO-ESCOLAS

Desde 2010 a decorrer de forma bianal, o XIII Encontro Regional de Educação Ambiental e Seminário Eco-Escolas (EREA-SEE) ocorreu, em 2018, de 12 a 14 de outubro, num modelo bipolar, entre as ilhas Terceira e São Miguel, através de videoconferência, com vista na partilha simultânea de informação e na redução de pegadas ecológicas.

Também inserido nas comemorações dos 10 anos dos Parques Naturais, o Encontro, teve como tema "Parques Naturais dos Açores - 10 anos de Responsabilidade Compartilhada na Educação Ambiental" e destinou-se essencialmente a todos os profissionais que de alguma forma fossem intervenientes na educação ambiental formal e não-formal na Região Autónoma dos Açores (tutela da educação ambiental, direções regionais com campanhas e programas de educação ambiental, responsáveis e técnicos de ambiente nas autarquias, técnicos de organizações não governamentais de ambiente, parceiros para o desenvolvimento sustentável, professores coordenadores dos programas Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente, educadores em geral), ou cidadãos e estudantes interessados no tema.

Em 2018, foi criada uma página de internet com todas as informações referentes ao evento: <https://azorinaeducacaoamb.wixsite.com/erea2018>.

O XIII Encontro Regional de Educação Ambiental e Eco-Escolas contou com 90 participantes e 22 convidados que proferiram palestras e dinamizaram oficinas enquadradas no tema geral do evento. As palestras foram divididas pelos painéis "Parques Naturais dos Açores – 10 anos", "Estratégia Nacional de Educação Ambiental", "Agentes da Educação Ambiental na Administração Regional", "Agentes de educação Ambiental na Região Autónoma dos Açores", onde foram abordados os papéis que diversas entidades desempenham no âmbito da educação ambiental, e "Programa Eco-Escolas", onde foram entregues os galardões às Eco-Escolas de 2017/2018.

As oficinas realizadas pretenderam abordar as temáticas: mitos da burocracia do Eco-Escolas; a economia circular; a plataforma REDA (Recursos Educativos Digitais e Abertos) e formas de a utilizar; o habitat cavernícola e a evolução de organismos especializados; e a metodologia de *Design Thinking* (método de aprendizagem interativo que permite a contextualização dos temas abordados e que consiste na implementação de quatro passos: "sentir", "imaginar", "criar" e "partilhar").



f
Ave
Up
11

MARKETING, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO AMBIENTAL

A importância dos valores naturais, paisagísticos e culturais únicos, inerentes ao território das Áreas Protegidas, associada à crescente procura destes locais para atividades de recreio e lazer, em contacto direto com a natureza e cultura local, levam a que os Parques Naturais dos Açores constituam novos destinos de atração turística.

A monitorização da visitação dos Centros Ambientais e da atividade turística desenvolvida nestas áreas constitui a melhor forma de promover a utilização e usufruto desses locais, com evidentes benefícios diretos e indiretos para a comunidade, uma vez que são garantidas as condições de proteção e preservação dos recursos e habitats sensíveis, bem como da paisagem.

Desse modo, é essencial a disponibilização de ferramentas de interpretação ambiental e de conhecimento da biodiversidade e geodiversidade do arquipélago ao visitante, na forma de equipamentos tecnológicos inovadores, além de suportes de comunicação e divulgação digitais e impressos.

O apoio à promoção, organização e monitorização do desempenho da oferta turística regional, ao nível do turismo de natureza, e o incentivo à criação de novos produtos regionais, é também fulcral para o desenvolvimento sustentável dos Parques Naturais dos Açores.

Assim, desenvolveram-se diversas ações de promoção e divulgação dos vários produtos e serviços associados aos Parques Naturais, dos quais se destacam:

Comunicação

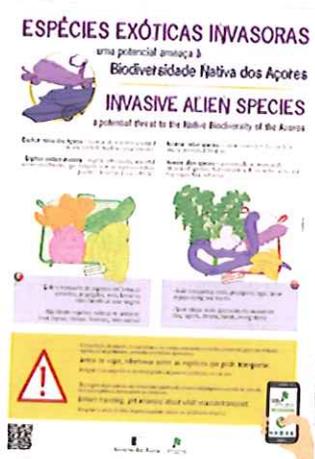
Neste âmbito foram desenvolvidos diversos suportes de comunicação para campanhas e ações de sensibilização ambiental, promoção dos Parques Naturais, bem como campanhas comerciais, destacando-se os seguintes:

A. Educação Ambiental e Conservação da Natureza:

- i. *Designe de Material promocional para a Campanha "Açores sem Palhinhas" e para a Semana dos Resíduos;*



- ii. *Designe de materiais de sensibilização (folhetos, cartazes, spots de vídeo, gifs, entre outros) sobre temáticas como a introdução de espécies exóticas invasoras, a redução da produção de resíduos durante a época natalícia, entre outras;*

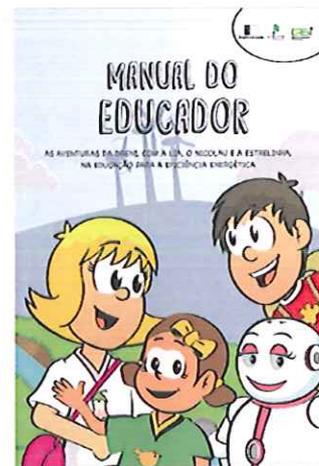


f

leu

leu

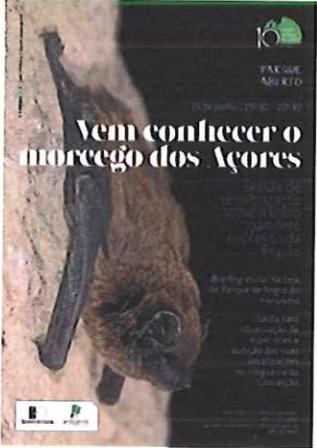
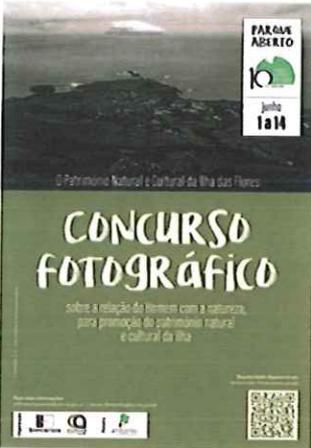
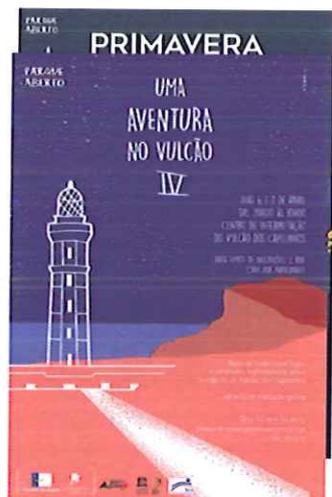
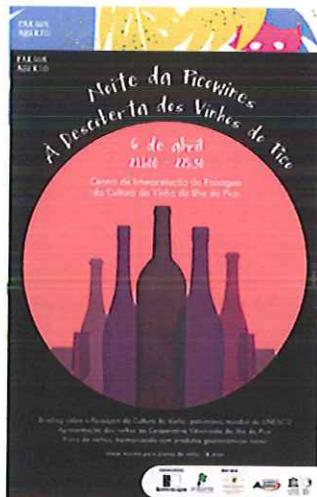
- iii. *Designe de recursos educativos para utilização em atividades de educação e sensibilização ambiental por parte dos serviços educativos das Ecotecas e Centros Ambientais, nomeadamente o jogo de tabuleiro "Morcego-dos-Açores", o jogo "Bingo das Aves", um vídeo sobre "Eficiência energética - A brincar também se pode poupar!", o respetivo Manual do Educador e primeiro suplemento, entre outros.*



- iv. *Designe das agendas mensais e cartazes de divulgação das atividades integradas no programa Parque Aberto;*



Handwritten notes in blue ink: a stylized 'A' and the word 'leer' written twice.

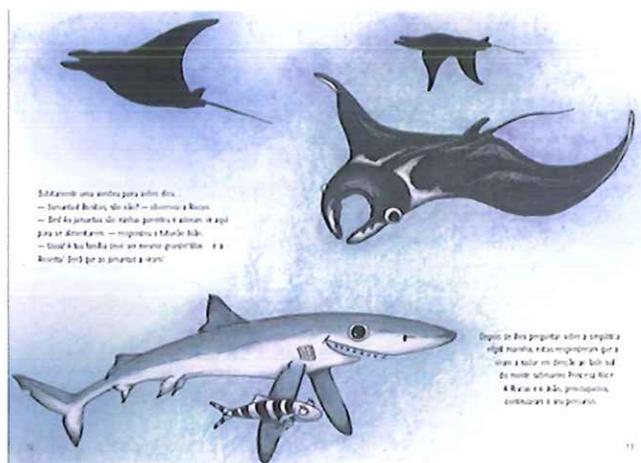
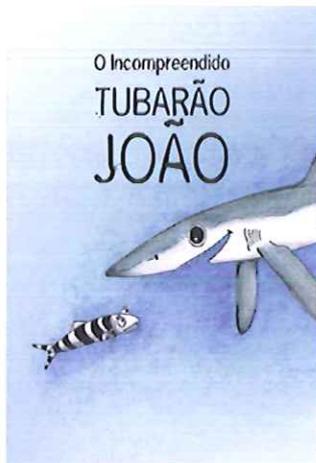


v. *Designe da brochura anual relativa ao Parque Escola, cujo objetivo consiste em divulgar a sua oferta educativa direccionada para as escolas;*




f
leia
lel

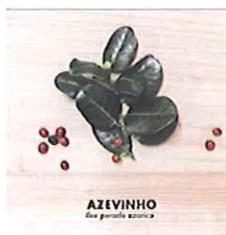
- vi. Edição do livro "O Incompreendido Tubarão João", versão portuguesa, produzido no âmbito do programa Parque Escola;



- vii. Coordenação gráfica e atualização de conteúdos no Portal Educar para o Ambiente e a Sustentabilidade: <http://educarparaoambiente.azores.gov.pt/>;



- viii. Criação de suportes multimédia no âmbito de datas comemorativas;



f
fca
u

AO ECONOMIZAR ÁGUA
ESTÁ A PRESERVAR A VIDA.



22 MARÇO
DIA MUNDIAL DA
ÁGUA
PARQUES NATURAIS DOS AÇORES

B. Promoção dos Parques Naturais dos Açores:

i. Produção de stands dedicados à comemoração dos 10 anos dos Parques Naturais dos Açores e à divulgação das boas práticas ambientais, ao nível dos resíduos e qualidade ambiental, para participação em feiras e eventos, nomeadamente:

- Encontro do Mundo Rural - Faial;
- Feira Expo-Mar - Faial;
- II Encontro de Tradições Rurais - Pico;
- Feira Agrícola Açores - Terceira;
- Feira Agrícola de São Jorge;
- Feira Agrícola de Santa Maria.



Encontro do Mundo Rural - Faial



Feira Agrícola dos Açores - Terceira

f
1000
100



Feira Agrícola de Santa Maria



Feira Agrícola de São Jorge

- ii. Produção de publicidade dos Parques Naturais na revista "Visão Açores", numa edição especial dedicada à Região, publicada em junho de 2018;



- iii. Renovação dos materiais de divulgação dos horários da Rede de Centros Ambientais dos Açores;



2

1000

100

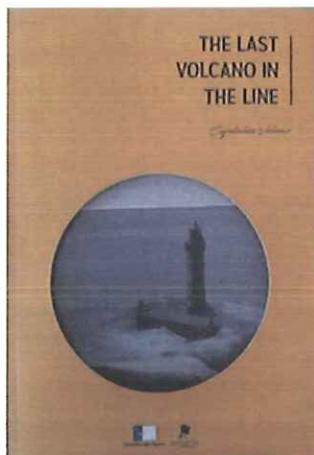
iv. Atualização do Roteiro dos Parques Naturais dos Açores;



v. Atualização do catálogo do merchandise produzido no âmbito da promoção das espécies e paisagens açorianas;



vi. Edição do livro "The Last Volcano in the Line", que retrata a erupção do Vulcão dos Capelinhos e as suas consequências ao nível do património natural da ilha;



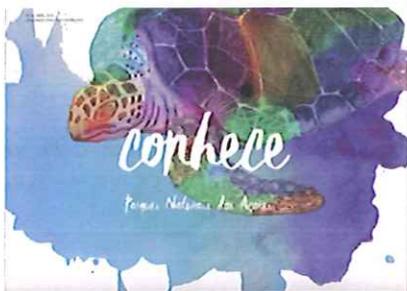
by which persuaded the writer to allow families who had everything to lose to the United States and start a new life, with different conditions from those they had in the Azores. This situation resulted in the last voyage act in American history following a natural phenomenon after its approval by the US Congress in 1906, i.e. the Azorean Refugee Act, which permanently altered the world structure of this island. Such waves of emigration, which lasted until the mid-1950s, and affected the entire Azores Islands, led to the departure of some of 175,000 Azorean individuals to the USA, with the Faial Island being nearly 50% of its population. On the other hand, from a wider perspective, such phenomenon was worthy of mentioning and study given that no other small town in Capelton has been the last volcano with volcanic features to be mentioned and duly documented throughout its whole activity. The circumstances of being located at such a close distance from the volcano and the curiosity it has sparked among the national and international scientific community has made this volcano one of the most well documented so far. These records give way to new findings and supported the writing of a page on the knowledge regarding volcanic volcanoes.

Subsequently to the eruption such volcano was paid to the volcano and what is represented by the people who believed that this was the last volcano in the Azores was in a dedication of his book "O Último Vulcão da Linha", "The Last Volcano in the Line".

In this context, in the year 2018, during the commemoration of the volcano's 50th anniversary, and with an intention of celebrating such an event and all the circumstances which allowed it to become one of the island's most iconic sites, this book is presented to be read with the memories of the separated families while, at the same time, bringing the volcano closer to the people who have not felt it, thus paying tribute to a past commemorating its memory.

f
luc
LCP

vii. Edição da Revista "Parques Naturais dos Açores", que pretende promover as ações levadas a cabo no âmbito do Parque Aberto e Parque Escola, campanhas e outros programas e projetos em matéria de ambiente;



Revista Parques Naturais dos Açores



viii. Coordenação gráfica e manutenção das plataformas de comunicação sob alçada da empresa, nomeadamente:

- a. Aplicação móvel "Parques Naturais dos Açores";
- b. Redes sociais dos Parques Naturais dos Açores:
 - i. Facebook: <https://www.facebook.com/parquesnaturaisdosacores/>;
 - ii. Instagram: <https://www.instagram.com/parquesnaturaisdosacores/>;
 - iii. Pinterest: <https://www.pinterest.pt/pnacores/>;
 - iv. ISSUU: <https://issuu.com/parquesnaturaisacores>.
- c. Canal Youtube "Azores Nature Parks" e MEO Kanal (n.º 267808);
- d. Website Parques Naturais: <http://parquesnaturais.azores.gov.pt/>;
- e. Website Roteiro dos Dabney: <https://parquesnaturais.wixsite.com/roteirodosdabney>;

f

60a

Cap

- f. Website 60 Anos Vulcão dos Capelinhos:
- g. <https://parquesnaturais.wixsite.com/60anoscapelinhos>;
- h. Facebook - Vulcão dos Capelinhos:
<https://www.facebook.com/vulcaocapelinhos/>;
- i. Facebook - Life Vidalia:
<https://www.facebook.com/LIFE.VIDALIA/>

- ix. Instalação da exposição "Nasceu um Vulcão..." no Terminal Marítimo da Horta;



- x. Design, revisão e tradução de textos no âmbito da implementação e/ou renovação de painéis informativos em áreas protegidas e outro locais de interesse.

C. Intervenções e melhorias nos Centros Ambientais

- i. Criação de sinalética informativa para o Monumento Natural e Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha;
- ii. Beneficiação da exposição da Loja do Parque de Angra do Heroísmo, com a produção e instalação de painéis sobre a temática do Parque Natural da Terceira e o seu património natural;
- iii. Produção e manutenção de exposições temporárias e equipamentos expositivos, nomeadamente:
 - ✓ Exposição temporária no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos sobre o centenário do nascimento do Professor Doutor Frederico Machado, dedicada ao seu trabalho científico.



f
lee
Wp

- ✓ Exposição do 10.º aniversário do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, sobre o trabalho desenvolvido durante os seus 10 anos de atividade.



D. Marketing Digital

- Aplicação móvel:* ao longo do ano transato, a aplicação registou um total de 2801 *downloads*, em que 1068 foram efetuados através da *App Store* (iOS) e 1733 na *Play Store* (Android), sendo que cerca de um milhar foram registados em território português.
- Facebook:* a página dos Parques Naturais dos Açores efetuou mais de 500 publicações ao longo do ano, e contava com 6817 gostos no final de 2018, o que representa um aumento de cerca de 23% relativamente a 2017. Verifica-se que 61% dos gostos pertencem a indivíduos do género feminino em que a faixa etária predominante é dos 35 aos 44 anos.
- Instagram:* no ano transato, a página criada nesta plataforma social contabilizava já 1072 seguidores e mais de 170 publicações, 71 destas efetuadas em 2018.
- Canal Youtube:* ao longo do último ano foram adicionados novos vídeos e documentários à plataforma Youtube, em que se destacam alguns spots de sensibilização para as matérias dos resíduos e introdução de espécies invasoras, para além do vídeo produzido no âmbito da candidatura da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico ao Prémio Nacional de Paisagem 2018. Contabilizaram-se cerca de 21 000 visualizações e 400 partilhas, tendo-se obtido 124 novos subscritores, perfazendo um total de 330 subscritores no final do ano.

f

peca

wp

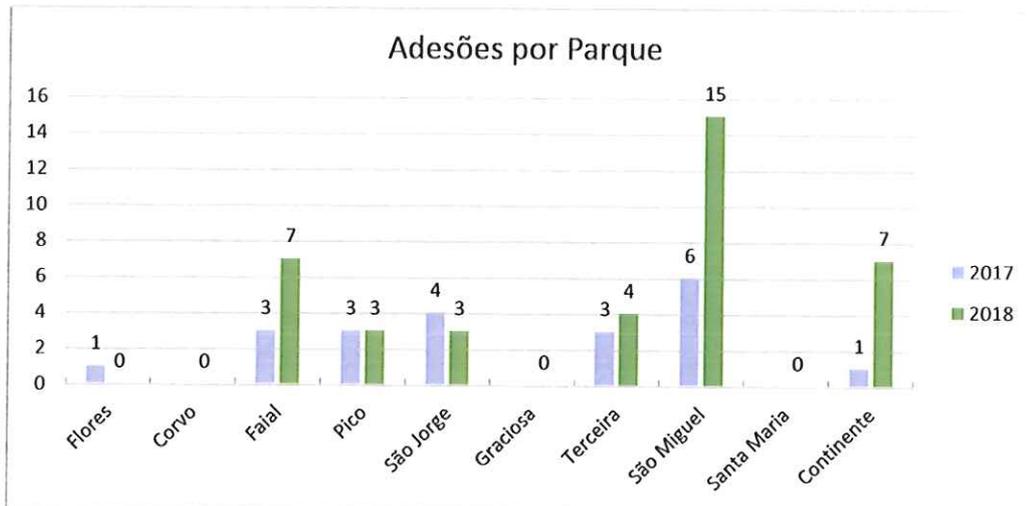
E. Programas:

- ✓ Parceiro para o Desenvolvimento Sustentável

O programa Parceiro para o Desenvolvimento Sustentável continua a constituir um instrumento agregador e potenciador dos vários agentes e intervenientes na gestão e utilização dos recursos naturais do arquipélago.

Verificam-se atualmente 184 protocolos celebrados, 39 dos quais celebrados ao longo do ano de 2018, distribuídos pelas 5 tipologias existentes, correspondendo assim a um aumento de 27% relativamente ao ano anterior.

Relativamente às novas adesões destaca-se o Parque Natural de São Miguel, que celebrou 15 novas parcerias.



f
mes
up

Verifica-se ainda uma maior adesão na tipologia Tartaruga (setor do turismo - operadores turísticos, agências de viagens, empresas de animação turística e alojamentos turísticos), tal como pode ser demonstrado no gráfico seguinte:



✓ Programa Amigo dos Parques

Considerando que em abril de 2018 foi atribuída a isenção de pagamento no acesso à Rede de Centros Ambientais dos Açores aos residentes no arquipélago, o programa Amigo dos Parques foi terminado.

✓ Programas internos de gestão de qualidade

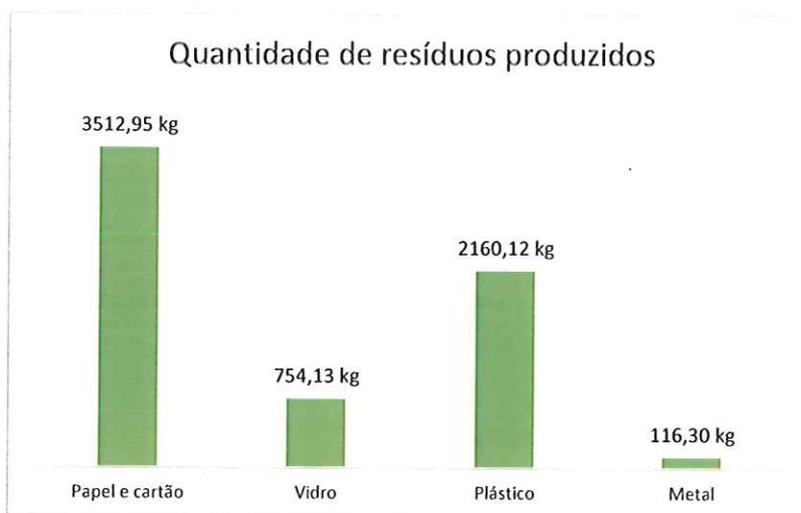
Com o objetivo de monitorizar e assegurar a qualidade do serviço prestado nos Centros Ambientais, o Departamento de Comunicação e Marketing coordena três programas distintos:

- Boas práticas de Higiene e Segurança Alimentar (HACCP);

Relativamente ao programa de boas práticas de higiene e segurança alimentar, procedeu-se à melhoria do Manual de Autocontrolo de cada centro e à atualização dos respetivos registos. Existem atualmente 7 cafetarias na Rede de Centros Ambientais dos Açores: 2 no Faial (Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e Jardim Botânico do Faial); 2 no Pico (Casa da Montanha e Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – provas de vinhos e licores); 1 na Terceira (Centro de Interpretação da Serra de Santa Bárbara) e 2 em São Miguel (Centro de Monitorização e Investigação das Furnas e Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha).

- f
- feem
- up
- Planos internos de prevenção e gestão de resíduos;

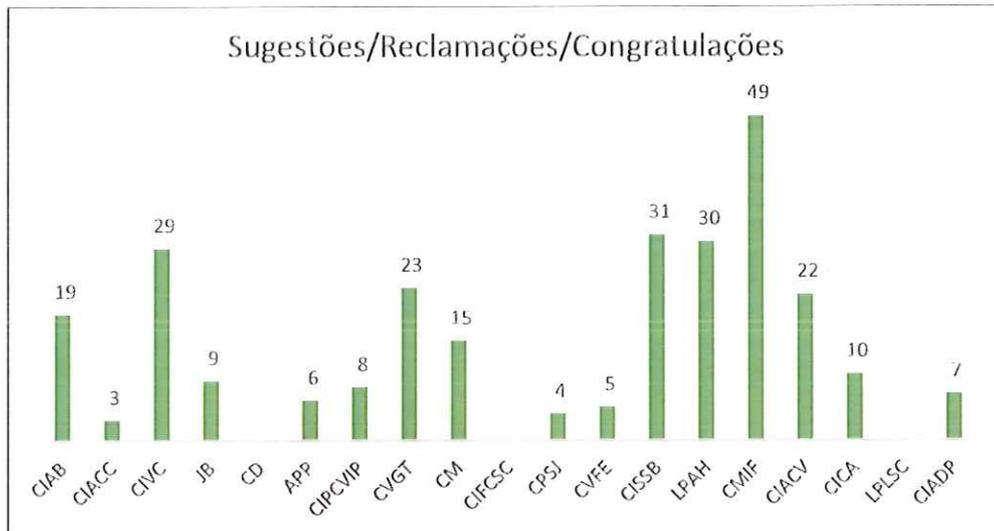
Em 2018 implementaram-se os planos internos de prevenção e gestão de resíduos, abrangendo toda a Rede de Centros Ambientais dos Açores, assim como outros espaços sob a gestão da Azorina, S.A. Foi efetuada a separação, pesagem e análise estatística de vários tipos de resíduos, verificando-se a presença maioritária de papel/cartão, vidro, plástico e metal, tal como demonstrado no gráfico seguinte:



- Avaliação de satisfação dos clientes, através da aplicação de inquéritos e formulários de recolha de reclamações e/ou sugestões.

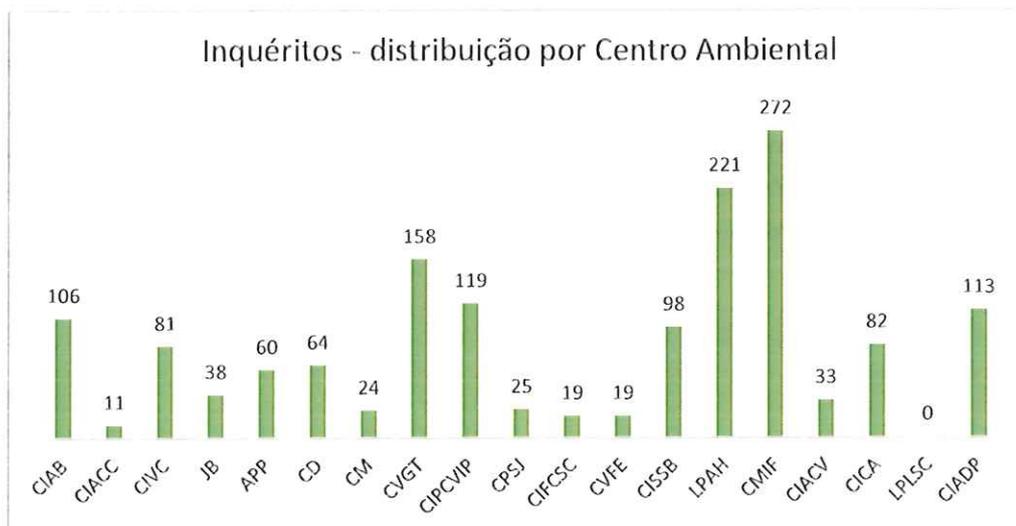
Relativamente ao programa de reclamações/sugestões, ao longo de 2018 foram entregues 270 registos, nos quais se verificaram 200 sugestões, 35 reclamações e 35 congratulações, distribuídas da seguinte forma:

f
 uer
 W



Centros Ambientais: CIAB - Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão | CIACC - Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo | CIVC - Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos | JB - Jardim Botânico | CD - Casa dos Dabney e APP - Aquário do Porto Pim/Estação de Peixes Vivos (Complexo Monte da Guia) | C. Botes - Casa dos Botes | CIPCVIP - Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico | CVGT - Centro de Visitantes da Gruta das Torres | CM - Casa da Montanha | CIFCSC - Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo | CPSJ - Casa do Parque de São Jorge | CVFE - Centro de Visitantes da Furna do Enxofre | CISB - Centro de Interpretação da Serra de Santa Bárbara | LPAH - Loja do Parque de Angra do Heroísmo | CMIF - Centro de Monitorização e Investigação das Furnas | CIACV - Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha | CICA - Centro de Interpretação da Cultura do Ananás | LPLSC - Loja do Parque da Lagoa das Sete Cidades | CIADP - Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo/Casa dos Fósseis

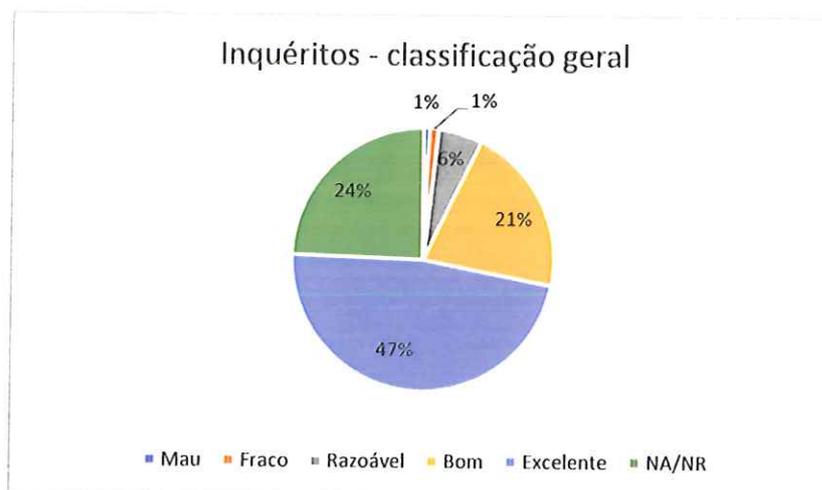
A adesão ao preenchimento de inquéritos de satisfação por parte dos visitantes foi satisfatória, tendo sido preenchidas 1543 unidades, pelos seguintes locais:



Numa escala de Insatisfatório a Excelente, os visitantes avaliaram os seguintes parâmetros:

- d
- peu
- up
- *Staff*, informações e conteúdos, organização do espaço/design, acessibilidade no centro, inovação/tecnologia, visita guiada, visita livre, bilheteira, loja, cafetaria, horários, preços, sinalética/acessibilidade exterior, higiene e limpeza.

Os aspetos referidos foram classificados, na sua maioria, como Bom e Excelente, conforme demonstrado no gráfico seguinte:



Legenda: NA - Não Aplicável | NR - Não Respondeu

Em 2018 foram celebrados os seguintes protocolos, em diversas áreas de atuação, conforme discriminado seguidamente:

- a) Max-Planck-Institute for Plant Breeding Research - ensaios científicos no Jardim Botânico do Faial;
- b) Centro Regional de Apoio ao Artesanato - troca de apoios e serviços na Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas e nos Açores em geral;
- c) Protocolo de cedência definitiva de bens móveis - amostra geológica (calcite) para o CIADP;
- d) Protocolo de Cooperação entre a Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza - Azorina, S.A, a Fundação Gaspar Frutuoso (FP) e a Universidade dos Açores, no âmbito do projeto Açores 2020 – Electronic Flora of the Azores for smartphones and tablets (eAZFlora);

Gestão Comercial:

A empresa aperfeiçoou a sua estratégia de ação nesta área, por forma a satisfazer as expectativas dos visitantes e incrementar a sua experiência, destacando-se as seguintes ações:

- i. Implementação do Manual de Apoio à Gestão dos Centros Ambientais, no sentido de auxiliar os colaboradores afetos a estes espaços indicando os vários aspetos a serem considerados na sua gestão, nomeadamente no âmbito do atendimento ao cliente e qualidade do serviço prestado;
- ii. Implementação do controlo da visita e cobrança das respetivas taxas de acesso, ao interior da Caldeira do Faial, Vulcão dos Capelinhos, Ilhéu da Praia e Ilhéu de Vila Franca do Campo, assim como a alteração das taxas aplicadas às subidas à Montanha do Pico, conforme a legislação em vigor;

Trilhos	Total 2018
Subida ao Vulcão dos Capelinhos (Faial)	522,00 €
Descida à Caldeira (Faial)	220,00 €
Ilhéu da Praia (Graciosa)	36,00 €
Ilhéu de Vila Franca do Campo (São Miguel)	50 132,00 €
	50 910,00 €

- iii. Reabertura do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha, integrado na área classificada como Monumento Natural, com reestruturação dos diversos serviços prestados e produtos disponibilizados, através da bilheteira, loja e cafetaria implementados no local;
- iv. Apoio à melhoria dos espaços expositivos e comerciais dos Centros Ambientais, destacando-se a renovação da área comercial do Aquário do Porto Pim - Estação de Peixes Vivos;

- d
feira
up
- v. Criação e comercialização de novo *merchandise* das linhas "Parques Naturais dos Açores", "Vulcão dos Capelinhos", "Gruta das Torres", "Montanha do Pico" e "Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico";



- vi. Os canais de distribuição de *merchandise* foram incrementados, verificando-se atualmente cerca de vinte e cinco lojas próprias e revendedoras;
- vii. Participação na Eco Feira de Natal 2018, realizada na Fábrica da Baleia de Porto Pim;
- viii. Realização de campanhas comerciais (campanha do Dia das Montras no Centro de Interpretação Dalberto Pombo e campanha promocional de *têxteis* da linha do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos);
- ix. Renovação dos preçários e horários da Rede de Centros Ambientais dos Açores;
- x. Incremento da análise estatística ao nível das receitas, visitaç o e monitorizaç o de produtos.

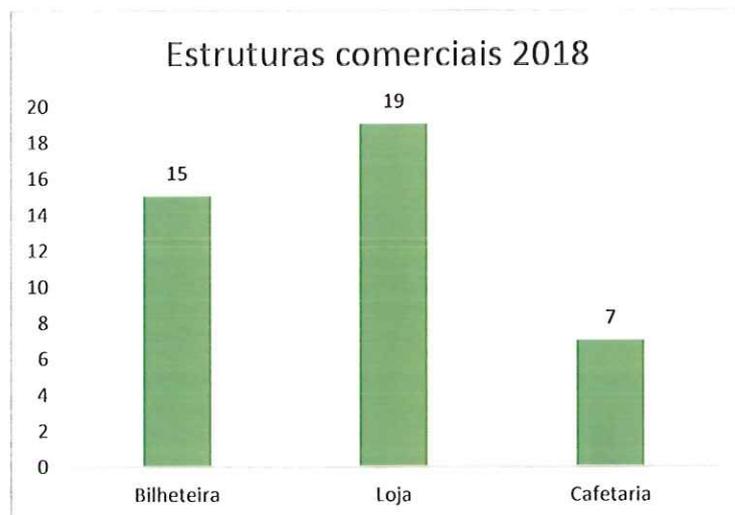
Tal como no ano transato, e tendo em conta os resultados obtidos, o modelo de Gest o Comercial implementado determinou as caracter sticas da atividade da empresa no mercado tur stico e local da regi o, controlando as rela es entre as receitas comerciais, o potencial, a rota o de produtos, o *staff*, os clientes e as condi es de comercializa o e/ou presta o de servi os, permitindo dessa forma a avalia o quer dos recursos humanos, t cnicos e/ou produtivos, quer do desempenho e evolu o da entidade, no  mbito da pol tica de marketing implementada.

Esta estrat gia teve como objetivo a utiliza o racional dos recursos naturais, humanos e edificados, com vista   sua otimiza o e rentabiliza o, por forma a garantir a sustentabilidade financeira, social e ambiental, promovendo n o s o a sua preserva o, como tamb m a sua reabilita o e valoriza o.

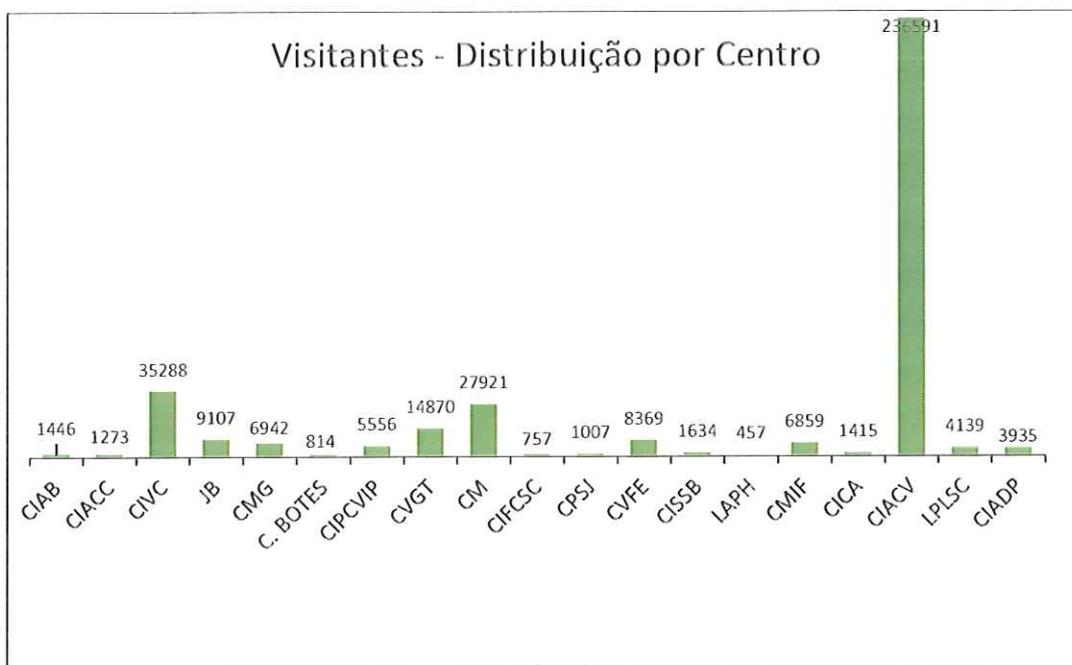
Na sequ ncia da integra o do Centro de Interpreta o Ambiental da Caldeira Velha, a AZORINA, S.A. passou a ser respons vel pela gest o de 21 Centros Ambientais, nos quais se incluem Centros de Interpreta o Ambiental, Centros de Monitoriza o, Centros de Visitantes e Lojas e Casas do Parque, bem como Casas de Apoio, estrategicamente situadas.

f
lca
UP

Atualmente as diversos serviços e áreas comerciais, distribuem-se da seguinte forma:



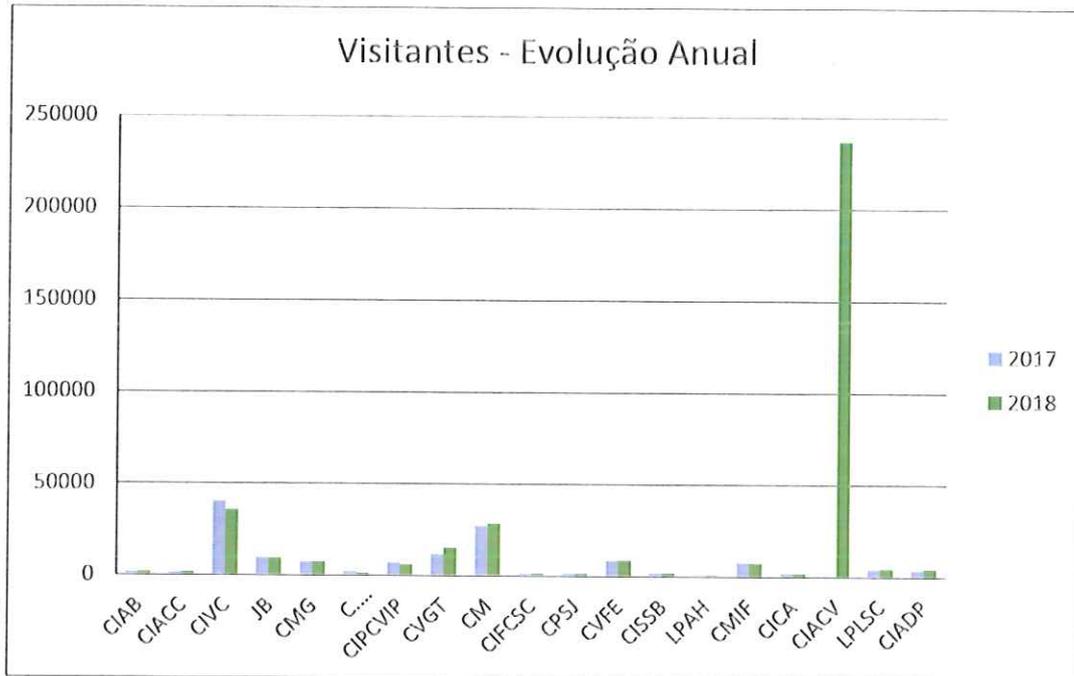
Em termos de visitação dos Centros Ambientais, verificaram-se 368 380 entradas, o que corresponde a uma subida de 178% relativamente a 2017. Este aumento significativo deve-se à integração do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha, bem como pela implementação do acesso gratuito para os residentes na Região Autónoma dos Açores:



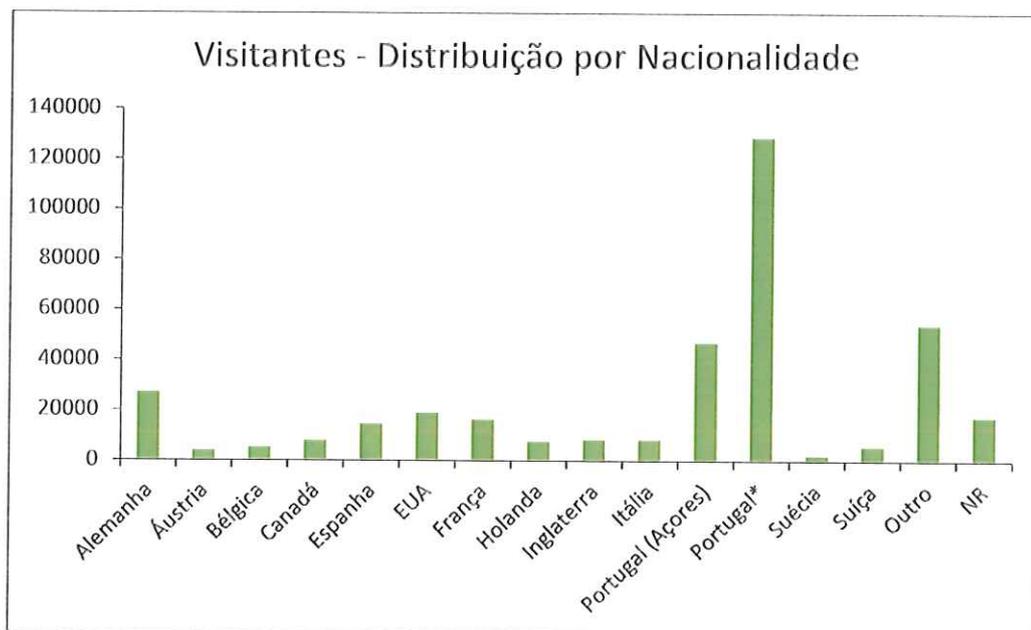
f

pech

up



Verifica-se que, em termos gerais e à semelhança do ano anterior, os visitantes são predominantemente de nacionalidade portuguesa, seguindo-se os visitantes de nacionalidade alemã, tal como pode ser observado no gráfico abaixo:



Legenda: NR - Não Registrado | *Continente e Madeira

f
faca
up

De salientar que a Rede de Centros Ambientais dos Açores acolheu a visita de um grande número de agentes turísticos, bem como de diversas entidades oficiais e jornalistas de variadas nacionalidades.

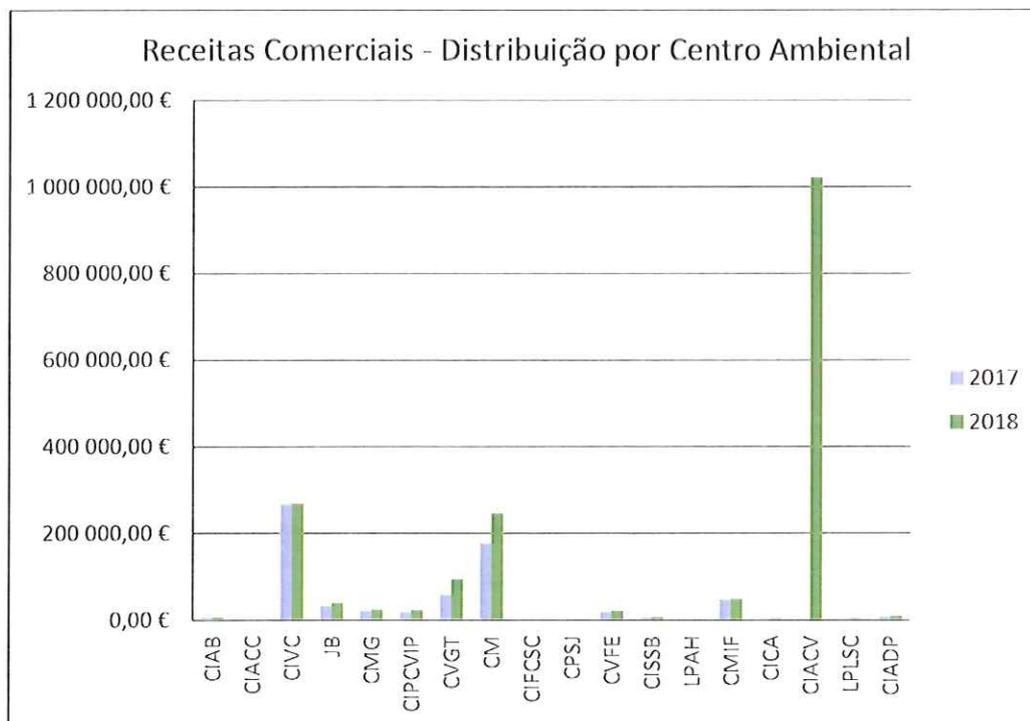
Entre os objetivos principais dessas visitas estiveram as *fam-trips* e as reportagens, o que demonstra o sucesso da estratégia de promoção efetuada em parceria com o Turismo dos Açores.

Salienta-se a visita do Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Espanha, Exmo. Sr. Presidente da Cataluña, General Chefe do Estado-Maior do Exército, Comandante da GNR dos Açores, bem como a crescente presença de grupos de cientistas e de jovens de todo o mundo, nomeadamente provenientes de estabelecimentos de ensino.

Ao longo de todo o ano, registaram-se visitas de diversas instituições locais e nacionais, verificando-se os grupos de Escuteiros como os mais frequentes.

Em termos de receitas comerciais, registou-se um aumento de cerca de 176% relativamente ao ano de 2017, alcançado através da produção e distribuição de novo *merchandise*, e como já anteriormente mencionado, à integração do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira. Individualmente, as bilheteiras revelaram um crescimento financeiro na ordem dos 235%, constatando-se que dos 840 523 hóspedes que visitaram a região, quase metade visitaram os Centros Ambientais da Rede.

Por outro lado, as lojas também registaram um significativo acréscimo de faturação, cerca de 40%, e um ligeiro decréscimo na ordem dos 4% ao nível das cafeterias, que se justifica pelo encerramento temporário da cafeteria da Casa da Montanha entre o final de janeiro e de abril de 2018, aquando da realização de obras de manutenção.



MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

O Departamento de Infraestruturas e Equipamentos procurou, no âmbito das competências que lhe são atribuídas, dar cumprimento aos objetivos definidos para 2018, designadamente assegurar o bom estado de conservação do património edificado sob gestão da empresa, quer ao nível da manutenção e conservação dos edifícios, quer das infraestruturas e equipamentos que os integram.

Acresce a atribuição de novas competências a este Departamento, designadamente o controlo e gestão da frota automóvel afeta à empresa, que mereceu especial relevo, por ser um assunto novo. Destaque ainda para a integração do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha, na ilha de São Miguel, na Rede de Centros Ambientais da RAA, passando a incluir a lista de edifícios sob gestão da empresa e que constituiu um ponto relevante ao nível do investimento do Departamento da empresa.

No cômputo geral, e considerando o novo quadro de competências, bem como a afetação de um Estagiário L e um AT ao Departamento, um dos principais focos de trabalho consistiu na definição de práticas correntes, através da elaboração de um manual de procedimentos, do qual constam as metodologias para a correta organização/implementação das ações internas e a definição de regras claras de execução do controlo físico, financeiro e temporal das diferentes áreas de atuação.

No decurso de 2018 foram ainda desenvolvidas as atividades de foro corrente inerentes ao Departamento, nas 5 áreas de atuação, bem como a execução de novos projetos e implementação de medidas estruturadas, com o objetivo de melhorar e valorizar os edifícios e estruturas sob gestão da empresa, com especial destaque para as ações infra indicadas.

Manutenção Preventiva de Infraestruturas e Equipamentos

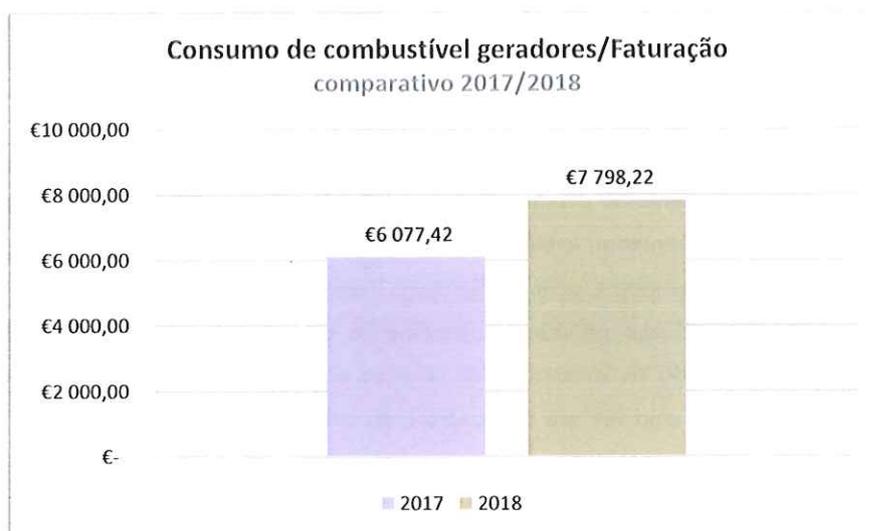
a) Levantamento transversal das necessidades dos equipamentos e infraestruturas que integram os Centros Ambientais, Casas de Apoio e demais valências sob gestão da empresa, e implementação de um plano de manutenção e intervenção nos considerados prioritários, com destaque para:

- i. Aquecimento, ventilação e ar condicionado;
- ii. Equipamentos hidráulicos;
- iii. Grupos geradores;
- iv. Postos de transformação;
- v. Equipamentos de energias renováveis;
- vi. Equipamentos afetos a parques de estacionamento e controlo de acessos;
- vii. Fornecimento de energia;
- viii. Abastecimento de água;
- ix. Equipamentos informáticos e multimédia;
- x. Estruturas de sinalética afetas a Parques Naturais e edifícios;

f
Pues
W
201

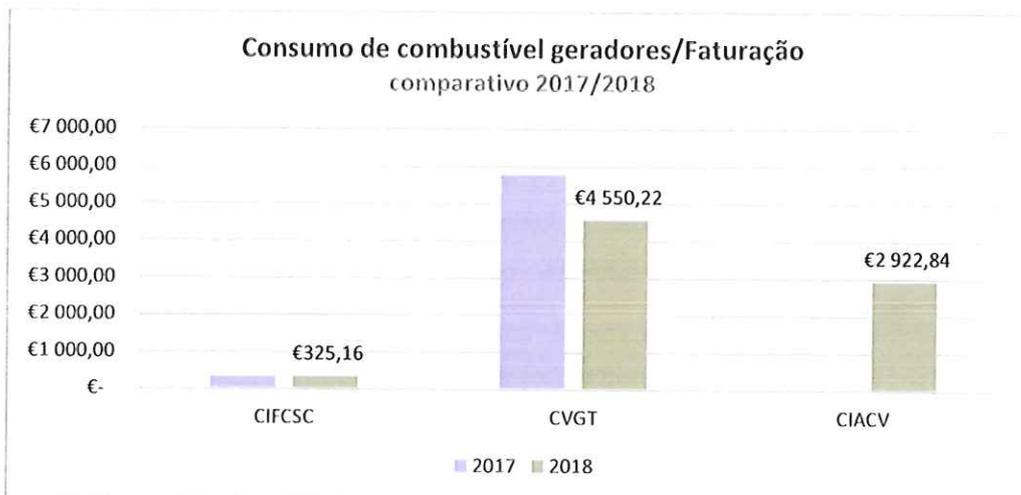
xi. Elevadores;

b) No que concerne ao ponto iii. "Grupos geradores", foram implementadas novas medidas de racionalização de custos e de homogeneização de procedimentos, designadamente no que concerne ao abastecimento de combustível, face à integração do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha (edifício abastecido exclusivamente por grupo gerador até junho de 2018, tendo-se implementado, nessa data, um sistema de painéis fotovoltaicos como fonte de energia principal).



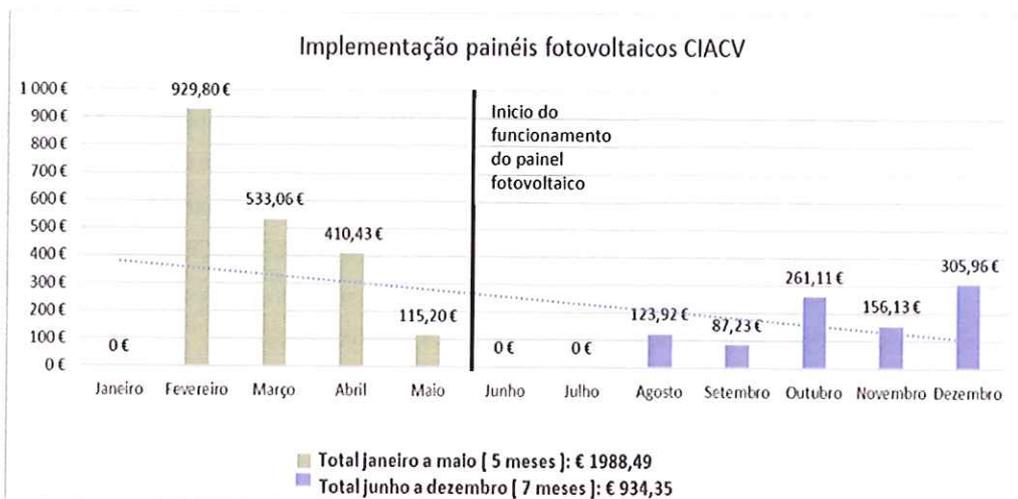
O aumento verificado no consumo de combustível destes equipamentos prende-se com o facto do anteriormente exposto, ou seja, em 2017 a empresa detinha apenas 2 grupos geradores como fonte primária de energia – Centro de Interpretação da Gruta das Torres (CVGT), no Pico e Centro de Interpretação da Fajã da caldeira de Santo Cristo (CIFCSC), na ilha de São Jorge – passando, em 2018, a incluir o Centro de Interpretação da Caldeira Velha (CIACV), na ilha de São Miguel, ascendendo, deste modo, a 3 equipamentos.

Neste sentido, e analisando o consumo de combustível por edifício, é notória uma diminuição significativa, sendo o aumento de consumo verificado é única e exclusivamente resultante do acréscimo de um novo edifício/equipamento.



c) Relativamente ao ponto v. "Equipamentos de energias renováveis", e no seguimento do exposto na alínea anterior, implementou-se, em junho de 2018, um sistema de painéis fotovoltaicos, no Centro de Interpretação da Caldeira Velha.

Efetuada uma análise dos parâmetros de consumo de combustível do gerador "antes" e "depois" da implementação do referido equipamento, é notória a consequente diminuição dos consumos, uma vez que este passa a ser utilizado como fonte de energia secundária.



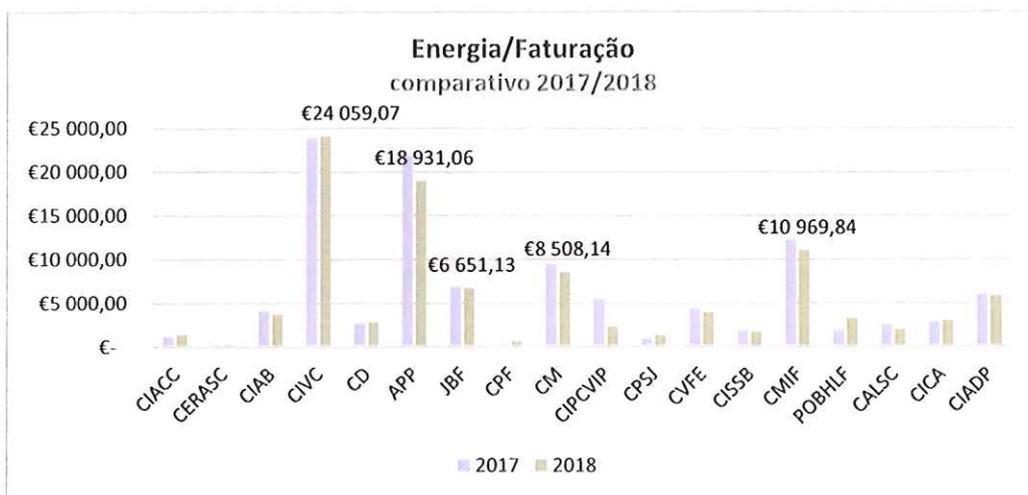
d) No que concerne ao ponto vii. "Fornecimento de energia" foi dada continuidade à implementação do plano de racionalização de custos, tendo-se implementado um registo mensal de "consumo" (KWh), além do registo de "faturação" (€) em curso. Deste modo é possível efetuar uma análise mais eficaz dos rácios anuais, uma vez que existem fatores variáveis anualmente, como é o caso do aumento da tarifa de energia elétrica, bem como o alargamento do horário de funcionamento dos Centro Ambientais, decorrente dos novos períodos definidos como "época alta" e "época baixa".

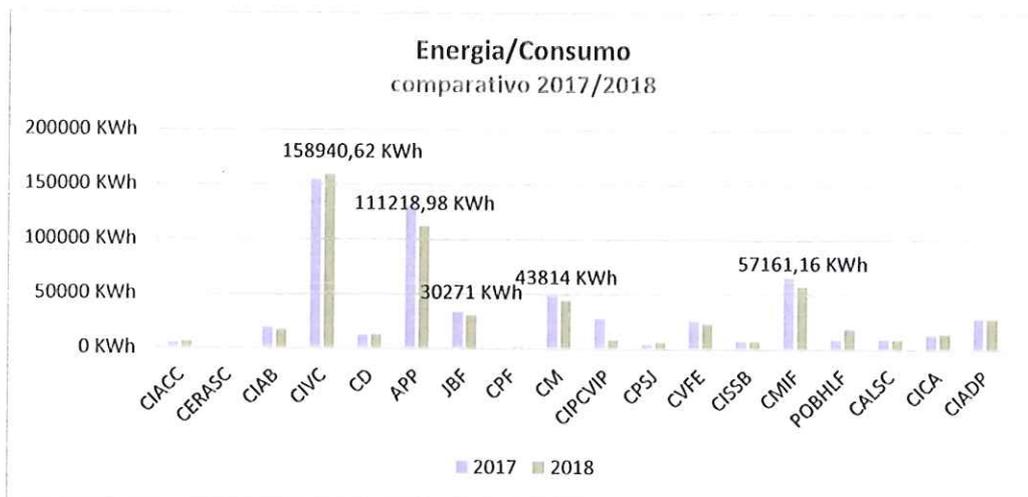
f
 pcc
 lep

Importa referir que em 2017 a empresa detinha 28 contratos de fornecimento de energia, mantendo-se os mesmos em 2018 (no final do ano passaram a 26 face ao averbamento do contrato referente às Instalações sanitárias afetas à área de cozidos, lagoa das Furnas, para a Câmara Municipal de Povoação, bem como à cessação do contrato referente à Casa do guarda e estacionamento, nas Sete Cidades).



Analisando parcialmente o consumo verificado nos principais Centros Ambientais, e considerando as condicionantes anteriormente referidas, é perceptível uma diminuição considerável, com destaque para o Aquário do Porto Pim – Estação de Peixes Vivos (APP).





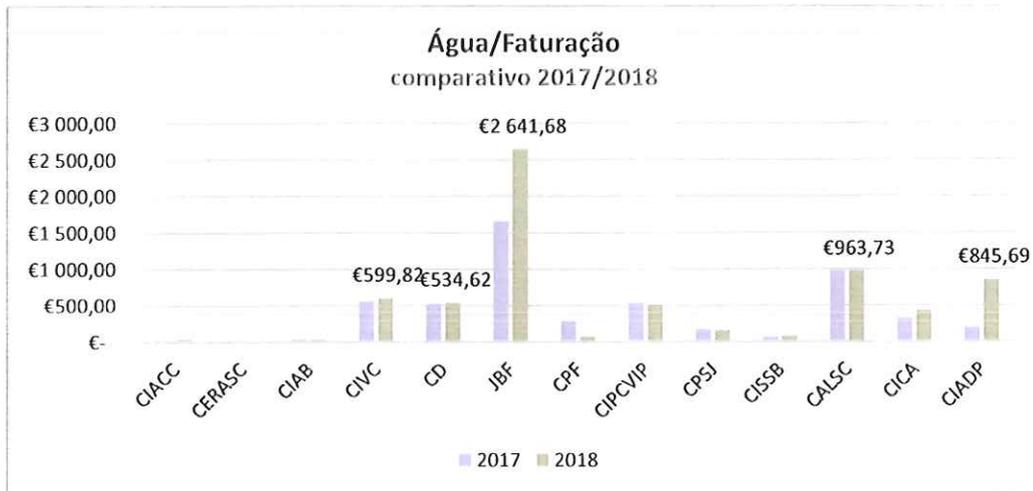
e) No que concerne ao ponto viii. "Abastecimento de água" foi dada continuidade à implementação do plano de racionalização de custos, embora seja possível verificar um aumento no consumo total, abaixo justificado.

Importa referir que em 2017 a empresa detinha 18 contratos de abastecimento de água tendo passado para 17 em 2018 (face ao averbamento do contrato referente ao Bar da Praia do Porto Pim, ilha do Faial, no âmbito do contrato de concessão celebrado).



Analisando parcialmente o consumo verificado nos principais Centros Ambientais, é perceptível um equilíbrio nos consumos, verificando-se um aumento em 2 valências específicas – Jardim Botânico do Faial e Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo e Casa dos Fósseis. No primeiro caso o aumento é decorrente das obras em curso para ampliação do Jardim Botânico, designadamente a área adjacente à estufa e Orquidário. No segundo, o aumento decorreu da uma rutura da canalização e conseqüente fuga de água.

f
 pec
 up



f) No que concerne ao ponto x. "Estruturas de sinalética afetas a Parques Naturais e edifícios", o destaque vai para a primeira fase de implementação dos novos modelos de sinalização na Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores. Em 2018 procedeu-se à execução dos trabalhos de 2 das 5 tipologias - PVI - Paineis Verticais Informativos e PIP - Painéis de Informação Pontual – para as 9 ilhas do arquipélago. Em 2019 prevê-se a execução das restantes 3 tipologias - PHI - Painel Horizontal Interpretativo, PM - Painel de Miradouro, e SE – Setas de Estrada), de acordo com o manual de normas.

FICHA TÉCNICA
5.1 PAINEL VERTICAL INFORMATIVO

ENQUADRAMENTO Aproximação e localização de Área Protegida;
LOCALIZAÇÃO Bóvedas de estradas regionais e comunitárias, preferencialmente, em vias principais e secundárias, de acesso automóvel;
MATERIAL Estrutura em alumínio 100% reciclável, painel em PVC de 10mm, 4/ impressão digital e acabamento laminado;
DIMENSÕES Garantia da estrutura - 10 anos; Garantia do painel - 3 anos;
 Altura total da estrutura - 2200mm;
 Altura base - 2000mm;
CONTEÚDO Selo de estrutura - 150x100mm;
 Área de impressão do painel - 1400x1400mm;
 8 campos (C1 a C8) de preenchimento obrigatório;

MODELO

MODELOS SIMILARES Painel de reserva da biosfera + Paineis informativos conjuntos

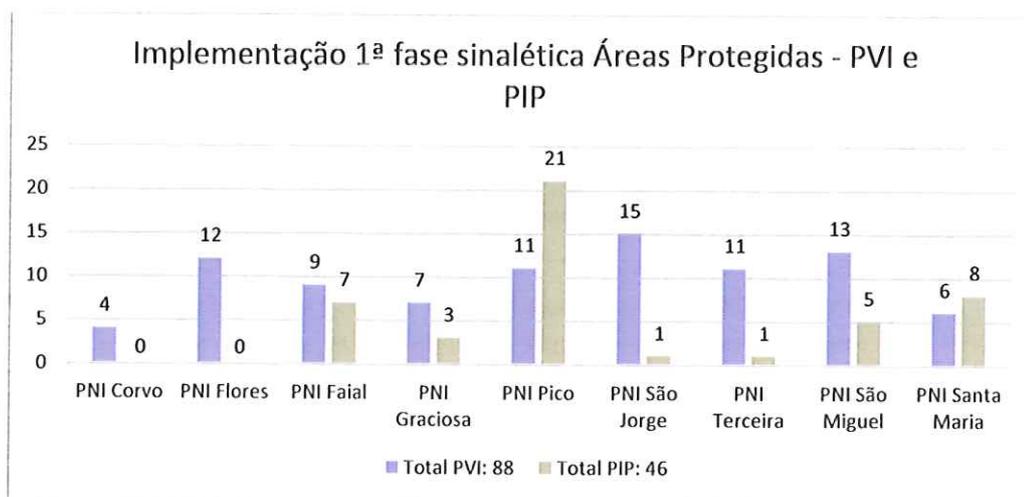
FICHA TÉCNICA
5.4 PAINEL DE INFORMAÇÃO PONTUAL
MODELO 1

ENQUADRAMENTO Localização e incorporação de argolas específicas de Área Protegida;
LOCALIZAÇÃO Circuitos interpretativos, pontos de paragem secundários de necessidade de informação ad hoc/pontual;
MATERIAL Estrutura em alumínio 100% reciclável, painel em PVC de 10mm, 4/ impressão digital e acabamento laminado;
DIMENSÕES Garantia da estrutura - 10 anos; Garantia do painel - 3 anos;
 Altura total da estrutura - 2900mm;
 Altura base - 2320mm;
CONTEÚDO Selo de estrutura - 150x100mm;
 Área de impressão do painel - 1400x1400mm;
 4 campos (C1 a C4) de preenchimento obrigatório;

MODELO

MODELOS SIMILARES Painel de circuito interpretativo + Painel de informação ad hoc

f
feev
up



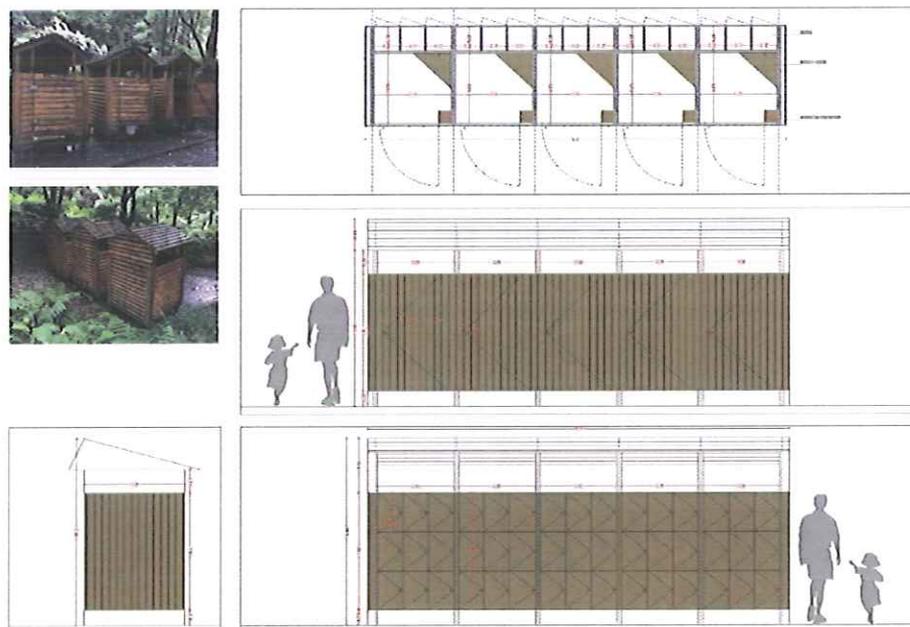
Medidas e Meios de Higiene e Segurança

- a) Levantamento transversal das necessidades dos equipamentos e infraestruturas que integram os Centros Ambientais, Casas de Apoio e demais valências sob gestão da empresa, e implementação de um plano de manutenção e intervenção nos considerados prioritários, com destaque para:
- i. Meios de intervenção
 - ii. Medidas de autoproteção
 - iii. Controlo integrado de pragas
 - iv. Sistemas de segurança [incêndio, intrusão e CCTV];

Conservação e Manutenção de Edifícios e Espaços Exteriores

- a) Levantamento transversal das necessidades físicas dos edifícios existentes, definição de um plano de manutenção e intervenção nos considerados prioritários, com destaque para os seguintes trabalhos efetuados (alguns deles definidos no cronograma de intervenções anuais, outros não por serem resultantes de situações imprevistas):

- i. Trabalhos diversos na área exterior que integra o Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha, designadamente no que respeita à melhoria dos balneários, inclusão de cacifos e sinalética exterior;

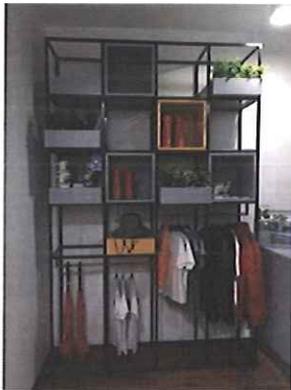
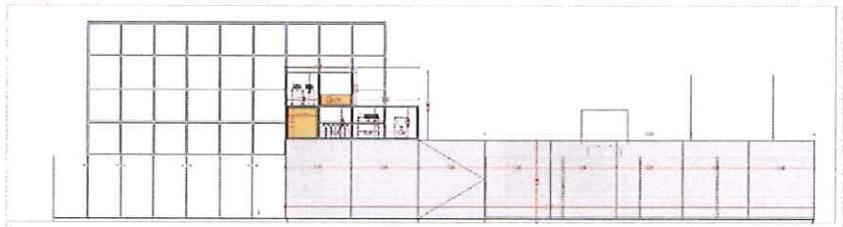
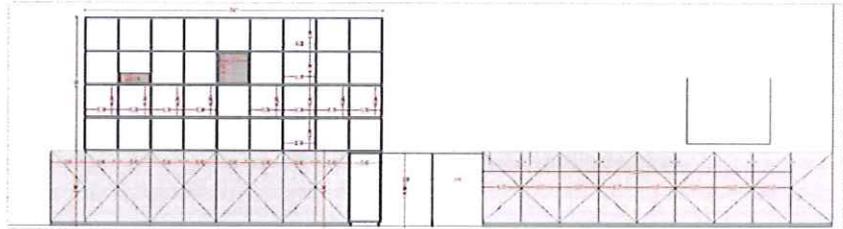
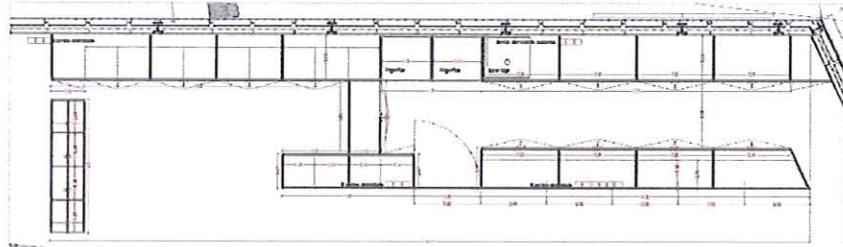


- ii. Trabalhos de remodelação do interior do Centro de Interpretação da Caldeira Velha, designadamente a definição e execução de mobiliário de loja e área de cafetaria;

d

peças

up



- f
fese
ll
- iii. Segunda fase de intervenção no Centro de Visitantes da Gruta das Torres, cujos trabalhos consistiram na manutenção da caixilharia, reparação de tetos interiores, remodelação das instalações sanitárias e recuperação do pavimento.
 - iv. Manutenção exterior dos edifícios que integram o Jardim Botânico cujos trabalhos consistiram na reparação de fissuras e pintura das fachadas, bem como intervenções pontuais nas estruturas exteriores em madeira (guardas, corrimões, pérgulas, portões, etc).
 - v. Intervenções diversas no Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, designadamente no que respeita à reparação de infiltrações, recuperação da caixilharia e pavimentos, etc.
 - vi. Execução de trabalhos diversos no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, com destaque para a empreitada de construção de sumidouro e novo poço absorvente;



- vii. Remodelação das casas que integram o Pomar das Furnas, designadamente recuperação da cobertura, caixilharia e pavimentos.
- viii. Intervenções diversas ao nível de infraestruturas elétricas no Centro de Visitantes da Furna do Enxofre e na gruta adjacente.

Resumidamente, e no que respeita aos 3 pontos essenciais deste Departamento - Manutenção Preventiva e Corretiva de Infraestruturas e Equipamentos, Medidas de Segurança e Intervenções de Conservação

A
per
W

de Edifícios, verifica-se que o "peso" do investimento é proporcional aos trabalhos tidos como fundamentais em 2018, designadamente no CIACV (obras diversas de manutenção exterior e interior anteriormente referidas), CVGT (obras de manutenção e remodelação interior do edifício), CIVC (obra de construção de fosse e sumidouro) e APP face à aquisição de serviços de manutenção infraestruturas hidráulicas.

Controlo viaturas

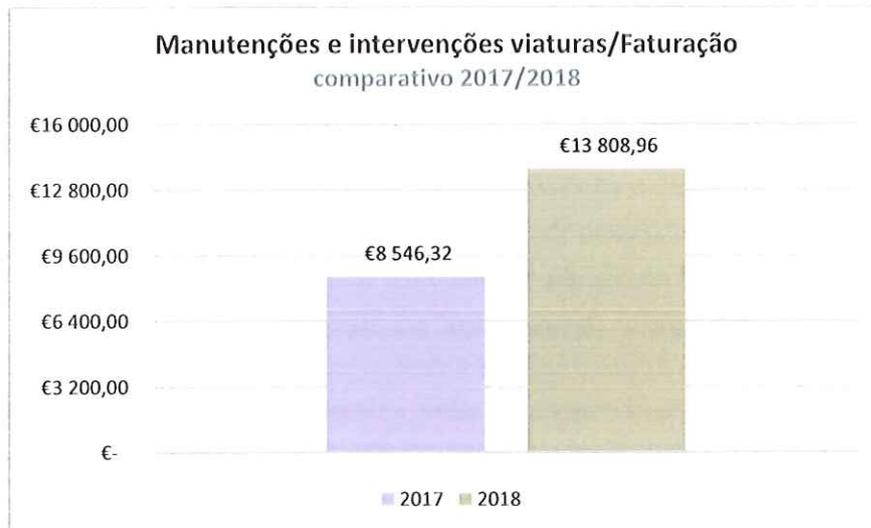
a) Por ser uma nova competência deste Departamento, o controlo e gestão da frota automóvel requereu algum trabalho adicional, de forma a disciplinar e organizar a utilização dos meios de transporte, bem como racionalizar a despesa e otimizar recursos. Para o efeito incidu-se o trabalho nos os seguintes pontos:

- i. Redação e Implementação do Regulamento de uso e gestão de veículos afetos à empresa, onde são definidas as regras de utilização dos veículos, bem como os direitos e deveres dos condutores;
- ii. Uniformização do sistema de abastecimento mediante adesão a cartões Galpfrota e elaboração de fichas individualizadas das viaturas.
- iii. Emissão de declarações de autorização de condução e nomeação de um responsável por viatura;
- iv. Controlo de faturação e execução orçamental.

b) No que respeita aos consumos de combustível, foi notória uma redução significativa da faturação.



c) No que respeita às intervenções de manutenção nas referidas viaturas, é notório um aumento total, exclusivamente face às intervenções gerais de desmontagem da viatura e limpeza de pontos de ferrugem, na viatura afeta à ilha do Pico. Em termos gerais, e analisando os custos por viatura, verifica-se um equilíbrio face ao ano transato.



f
 Jeeu
 Cep

Empreitadas, Projetos e Candidaturas

- a) Acompanhamento das obras que se encontram abrangidas no período de garantia, designadamente vistorias anuais com as entidades fiscalizadoras e reporte de situações anómalas e imputáveis ao empreiteiro;
- b) Acompanhamento de candidatura ao TdP – Turismo de Portugal, no âmbito do Programa Valorizar – Linha de Apoio ao Turismo Acessível (Candidatura nº PO69017), intitulada “Aquisição e Implementação de Áudio guias para a Rede de Centros Ambientais dos Açores (c/ integração em APP)”, cuja descrição e objeto consistem:

A rede de Centros Ambientais engloba atualmente 19 espaços visitáveis, com diferentes características e serviços, prevendo-se a sua ampliação, em 2018, para 22. A procura dos edifícios registou um aumento significativo desde 2014 [na ordem dos 10% de 2016 para 2017] prevendo-se um crescimento considerável em 2018 (na ordem dos 15%), abrangendo um leque diversificado de nacionalidades, género, idade e condicionalismos diversos.

Considerando que 90% dos edifícios respeita atualmente as normas técnicas de acessibilidade constantes do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto, encontrando-se em curso as alterações necessárias para os que ainda não cumprem, urge nesta fase implementar um sistema de visitaçãõ autónoma aos espaços expositivos que integram estes edifícios, quer as patentes no interior dos mesmos, quer as áreas exteriores adjacentes que, na sua maioria, são áreas classificadas e de interpretação da paisagem.

Face ao exposto, e para melhor responder aos condicionalismos diversos, incluindo os de acessibilidade e inclusão, pretende-se dotar a maioria dos Centros Ambientais com áudio-guias, bem como equipamentos semelhantes adaptados à visitaçãõ em áreas exteriores adjacentes, permitindo uma maior cobertura do espaço de visitaçãõ, quer por pessoas com limitações de visãõ,

2

leer

up

audição e/ou de mobilidade, quer por incompreensão da língua local, quer simplesmente por adaptação a uma faixa etária distinta [idosos e crianças].

Serão ainda disponibilizados mecanismos que facultam aos visitantes a utilização do seu próprio equipamento móvel pessoal, com recurso a aplicação móvel [APP] já existente e à qual será incorporada a informação adicional aqui explicitada.

- c) Acompanhamento de candidatura ao FEDER –PO 2020, em parceria com a Secretaria Regional da Energia, Turismo e Transportes, intitulada “Estratégia para a Sustentabilidade e Certificação do Destino Açores” cuja descrição e objeto consistem:

O desenvolvimento sustentável assume a proteção e gestão otimizada dos recursos naturais, mas também implica, necessariamente, o desenvolvimento económico e social. Nos Açores o modelo de desenvolvimento a implementar deve permitir a formulação e aplicação de uma estratégia assente em pressupostos de sustentabilidade, assumidos numa perspetiva de participação e envolvimento de todas as partes interessadas. Neste contexto, a situação periférica da Região Autónoma dos Açores potencia fragilidades e acentua vulnerabilidades, mas as especificidades existentes também proporcionam possibilidades de diferenciação que podem concretizar oportunidades privilegiadas para a implementação de uma estratégia inovadora de desenvolvimento. É neste sentido que importa concretizar na Região Autónoma dos Açores a promoção de um turismo sustentável permitindo, desta forma, a salvaguarda das particularidades ambientais, económicas e sociais dos Açores no contexto dos mercados turísticos nacionais e internacionais. A presente candidatura irá contribuir para a promoção turística internacional dos Açores permitindo às empresas regionais correlacionadas diretamente ou indiretamente com a atividade turística demonstrarem nos mercados exteriores uma capacidade de uma oferta diferenciadora dando-lhes maior capacidade competitiva.

Considerando o rápido aumento do Turismo nos Açores, e a importância cada vez mais significativa do mesmo para a economia da Região, esta candidatura visa desenvolver mecanismos que permitam o posicionamento e a certificação internacional da RAA como destino de turismo sustentável.

C. AÇÕES NO ÂMBITO DO PROJETO DA FILEIRA FLORESTAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No âmbito da Fileira Florestal Regional, o Departamento Florestal da AZORINA S.A., tem vindo a manter os mesmos objetivos, subjacentes às competências que lhe foram atribuídas e decorrentes da alteração dos estatutos da AZORINA, S.A. para o efeito.

O setor da indústria da madeira de criptoméria, de forma geral, continua a evoluir de forma positiva. O Departamento Florestal, sempre que lhe é solicitado e sempre que oportuno, dá apoio, no âmbito da interligação entre os empresários regionais do setor e entidades empresariais externas à Região.

Face à crescente demonstração de interesse dos mercados nacionais e internacionais por produtos madeireiros diferenciados, no âmbito da valorização, diversificação, normalização e qualificação dos produtos finais em madeira de criptoméria, para efeitos de construção civil e carpintaria, a AZORINA, S.A., com o apoio da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, elaborou a candidatura do projeto **"Promoção da Madeira de Cryptomeria japonica D. Don na construção- Novos Produtos, Oportunidades e Mercado"** ao Programa Operacional Açores 2020, candidatura esta aprovada em Março de 2018, e a qual tem por objetivo de maximizar as potencialidades de utilização da madeira de criptoméria e promover o desenvolvimento de novos produtos, elementos facilitadores para a sua colocação num mercado altamente competitivo.

No âmbito da sustentabilidade económica e ambiental do setor, tem se vindo, cada vez mais, a incentivar a valorização dos resíduos florestais. A sua utilização para estilha, no caso dos resíduos industriais, e para a produção de óleos essenciais para o caso dos sobrantes da exploração florestal (ramas e bicadas), são alguns dos destinos/usos que se continua a promover. Neste contexto, e no seguimento da aprovação, no final de 2017, da candidatura do projeto **"Valorização de Sobrantes Florestais - Produção, Caraterização e Qualificação do Óleo Essencial de Cryptomeria japonica D. Don"** ao Programa Operacional Açores 2020, o mesmo, entrou em plena execução.

O Departamento Florestal, dentro das suas valências, mantém o apoio a outros departamentos da empresa, com especial incidência ao Departamento de Educação Ambiental e Conservação da Natureza. Neste âmbito, continua a acompanhar a execução das intervenções preconizadas no Plano de Gestão Florestal e na candidatura aprovada ao PO Açores 2020 do projeto de "Valorização de uma área de intervenção do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas – contributo para a melhoria da qualidade da água da Lagoa das Furnas".

Projetos em execução

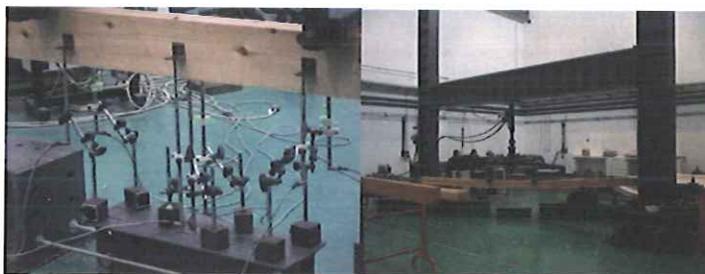
a) **"Promoção da Madeira de Cryptomeria japonica D. Don na construção - Novos Produtos, Oportunidades e Mercado"**

O projeto foi candidatado em julho de 2017 ao Programa Operacional dos Açores 2020 e foi aprovado no primeiro trimestre de 2018. Tem como objetivo principal, o desenvolvimento de produtos inovadores para a construção com incorporação de madeira de criptoméria, que cumpram os requisitos técnicos definidos na normalização europeia e que sejam competitivos do ponto de vista económico. Pretende analisar as oportunidades de produção de produtos laminados (estruturais e não estruturais), incorporando madeira de criptoméria e de outras espécies lenhosas (se possível endógenos à região) e/ou baseado na alteração das propriedades da madeira através de um processo de densificação. Assenta nos estudos já em curso no SerQ relativos à utilização de criptoméria em lamelados colados e no LNEC relativos à densificação desta mesma madeira, cujos resultados iniciais têm vindo a revelar-se bastante promissores. O alargamento do espetro de aplicação dos produtos de criptoméria, conferir-lhe-

á vantagens competitivas relativamente a outros, atualmente à disposição no mercado, com características e comportamento semelhante.

Durante o ano de 2018 foram executadas as seguintes ações:

- Elaboração e apresentação o primeiro Relatório Técnico, com o Plano de Atividades pela entidade contratada para a prestação de serviços de investigação para desenvolvimento de produtos inovadores para a construção;
- Início dos trabalhos de investigação no âmbito da Inovação ao nível do material, nomeadamente teste de densificação da madeira de *Cryptomeria* e sua utilização; caracterização dos parâmetros de resistência mecânica e elasticidade, para efeitos da qualificação desta madeira para fins estruturais; construção de lamelados e sua caracterização comportamental, para fins estruturais.



b) "Valorização de Sobrantes Florestais - Produção, Caracterização e Qualificação do Óleo Essencial de *Cryptomeria japonica* D. Don "

O projeto foi candidatado em agosto de 2017 ao Programa Operacional dos Açores 2020, tendo obtido aprovação em fim de dezembro de 2017. Tem como objetivo principal integrar os sobrantes resultantes da exploração das matas regionais de *Cryptomeria japonica*, na cadeia de valor e fomento às exportações de produtos derivados desta fileira, através do seu uso por extração dos seus óleos essenciais, utilizáveis em diversos setores económicos nomeadamente na indústria dos biocidas, fitofármacos, aromoterapia, cosmética, entre outros. O projeto baseia-se em estudos, já realizados por instituições de investigação e ensino superior, regionais, nacionais e internacionais, os quais apresentaram resultados iniciais bastante promissores, com a indicação específica da sua aplicação nos diversos sectores económicos referidos. A sua execução permitirá avançar, posteriormente, para um segundo patamar, o qual, irá determinar a viabilidade deste óleo essencial, como biocida, inseticida, ou outras aplicações de importância comercial.

Durante o ano de 2018 foram executadas as seguintes ações:

- Recolha e extração mensal de óleos essenciais das ramas criptoméria, de povoamentos em exploração, na ilha de S. Miguel;
- Recolha e extração de óleo essencial de algumas amostras de ramas de criptoméria colhidas na ilha Terceira, para efeitos de comparação da eventual variação da composição dos óleos extraídos nas duas ilhas;
- Análise qualitativa e quantitativa da composição dos óleos produzidos;
- Execução mensal de relatórios dos resultados obtidos e sua comparação.



f
flee
up

Outras ações desenvolvidas

- Mantiveram-se os esforços de apoio à exportação da madeira de criptoméria, através de contactos nacionais e internacionais, dando continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido;
- Estabeleceram-se e mantiveram-se os contatos com entidades de investigação e de produção com interesse na aplicação dos produtos resultantes dos projetos em curso;
- Ainda que fora da fileira da criptoméria, mantêm-se diversos contatos, aos quais temos dado apoio informativo de contatos de empresários, transportes, etc., para aquisição de outras essências florestais para produção de estilha (destino pasta de papel, ou biomassa). Estes contatos continuam a ser fruto da carência que se mantém a nível nacional de madeira de pinho, e de eucalipto.

D. OUTRAS AÇÕES

Durante o corrente ano, e modo a para dar cumprimento ao n.º 4 do artigo 38.º do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2018, foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S.A.

Considerando a necessidade de criar um sistema de auditorias internas na AZORINA S.A. para efeitos de apoio à empresa na consecução dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada baseada numa avaliação concreta dos sistemas de gestão e controlo e ainda para cumprimento do estabelecido no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, foi aprovado o Plano de Auditorias Internas para o ano de 2019, o qual é suportado pelos manuais de procedimentos elaborados para cada departamento.

f
seco
u

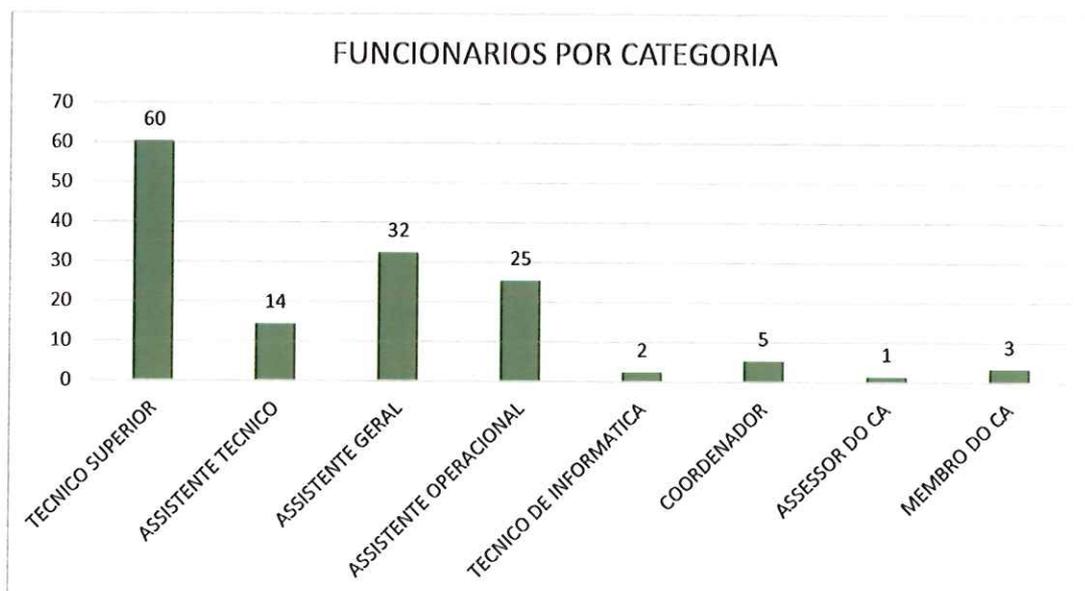
Considerando, ainda, a necessidade de melhorar o desempenho e qualidade do serviço da Azorina, S.A., a coerência e harmonia de cada departamento e suas valências, coordenadores e demais trabalhadores, a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências, foi ainda aprovado o regulamento de avaliação de desempenho, o qual constituirá um instrumento de avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos plurianuais, dos objetivos anuais e planos de atividades determinados superiormente, baseado em indicadores de medida dos resultados a obter.

Foram, ainda, prestados diversos serviços, nomeadamente:

- ✓ Ajuste Direto n.º 65/DRA/2018 celebração contrato aquisição "Sinalética Bilingue - Painéis Verticais Informativos (PVI), Painéis de Informação Pontual (PIP) e Sinalização de Estrada (SE) normalizada Áreas Protegidas
- ✓ Ajuste direto simplificado para aquisição de serviços de "Gestão da Zona Balnear de Porto Pim, Ilha do Faial, em 2018", Direção Regional dos Assuntos do Mar

RECURSOS UTILIZADOS

No decorrer do ano de 2018 a AZORINA, S.A. para fazer face às necessidades diárias da sua atividade, nomeadamente, garantir o bom funcionamento dos Centros Ambientais já existentes bem como, dos novos Centros Ambientais que se encontram sob gestão da mesma, gerir as plataformas de comunicação e divulgação e promover atividades de educação ambiental, disponibilizando serviços de apoio nesse âmbito, contabilizaram-se 142 (dados a dezembro) colaboradores afetos às suas diversas valências, inseridas nas nove ilhas dos Açores, e 3 membros do Conselho de Administração. Os colaboradores referidos, enquadram-se nas seguintes categorias profissionais:



E encontram-se distribuídos pelas diversas ilhas, da seguinte forma:

flex
UP



Relativamente ao fluxo de funcionários, ocorreram no ano de 2018, 39 contratações e 31 saídas. Estas contratações, dizem respeito essencialmente ao período de época alta, tendo um carácter temporário, com o objetivo de responderem ao aumento do fluxo de visitantes nos Centros Ambientais com incremento significativo.

As saídas de funcionários ocorreram na sequência do termo dos contratos finda a época alta. Contudo, verificaram-se outros motivos, como cedência de interesse público.

Os meses de julho, agosto e setembro foram os que apresentaram maior número de funcionários, chegando aos 155 funcionários no mês de agosto.

Durante o ano de 2018 a AZORINA, S.A. aderiu, ainda, a diversos programas de estágio, finalizando o ano com 2 estagiários do "Estagiar T" e 3 estagiários do "Estagiar L", e ao longo do ano recrutou 13 estagiários "Estagiar U" e 10 estagiários no programa "OTIjovem". Recrutou ainda diversos trabalhadores no âmbito dos diferentes programas ocupacionais, promovidos pelo Governo Regional dos Açores, tendo à data de 31/12/2018 um total de 11 trabalhadores ao abrigo do programa "CTTS".

Em termos de estágios curriculares foi dado acompanhamento a 6 jovens inseridos através de formações em contexto de trabalho das escolas profissionais das várias ilhas dos Açores e 4 estágios de programas internacionais.

Em relação às formações, verificaram-se que 70 colaboradores realizaram formação, sendo que a grande parte corresponde a formações externas. Em termos gerais foram realizadas mais de 700 horas de formação.

SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A leitura deste capítulo, feita em conjugação com as demonstrações financeiras apensas a este documento, possibilita uma rápida e ilustrativa visualização da situação económica e financeira da empresa.

Rendimentos

Em 2018, tal como no ano anterior, verifica-se que a maior parte dos rendimentos são provenientes de contratos programa estabelecidos com o Governo Regional e acionista único, por via dos subsídios à exploração. O volume de negócios aumentou mais de 110%, relativamente a 2017, e a responsabilidade é do Centro de Interpretação da Caldeira Velha. Só este novo espaço contribuiu com mais de 1 milhão de euros de um volume global de 1,76 milhões de euros. Em geral verificou-se um ligeiro aumento dos visitantes nos nossos espaços, e também um aumento da rendibilidade dos mesmos. O ano de 2018 também ficou marcado pela introdução de uma nova receita, taxa de acesso a locais como Vulcão dos Capelinhos e Caldeira na ilha do Faial, ilhéu da Graciosa, na ilha Graciosa e ilhéu da Vila Franca na ilha de S. Miguel. Esta situação ocorre no seguimento da aplicação por parte do Governo Regional dos Açores de diplomas que regulam os acessos a estes espaços e a AZORINA, S.A. ficou incumbida de cobrar as respetivas taxas que no ano de 2018 ascenderam a cerca de 50 000 euros. De acordo com as regras definidas nos respetivos diplomas, a empresa fica com a obrigação de aplicar as receitas obtidas em ações de conservação, divulgação e sensibilização ambiental, que no caso das receitas obtidas em 2018 terão a respetiva aplicação no presente ano de 2019.

Gastos

Os gastos com maior relevância na estrutura continuam a ser os gastos com o pessoal com um peso relativo de 60%. Comparativamente a 2018 os gastos com pessoal aumentaram na ordem dos 5% por conta de novas contratações exigidas pela gerência dos novos centros, como também pela substituição de programas de emprego que findaram no decorrer do ano por contratos de trabalho.

Quanto aos fornecimentos e serviços externos, depois dos gastos com o pessoal, são estes que têm maior representação na estrutura de gastos, com um peso relativo de 20,6%. Verifica-se no período um aumento na ordem dos 13% comparativamente ao exercício transato. A variação é fundamentada pelo crescimento da execução dos projetos cofinanciados por fundos comunitários que registou um valor na ordem dos 300 000 euros no decorrer deste exercício. De realçar que o Conselho de Administração continua no presente exercício a desenvolver políticas de contenção de gastos, apesar de o âmbito da atividade da empresa estar cada vez mais amplo e diversificado.

A estabilidade financeira da empresa mantém-se num nível favorável em 2018, conforme quadro seguinte:

Indicadores Financeiros

	2018	2017
Liquidez	116,15%	110,69%
Solvabilidade	121,12%	116,86%
Autonomia Financeira	54,77%	53,89%
Endividamento	45,23%	46,11%

d
leese
ll

Resultados

A empresa apresenta um resultado líquido do período de 94 136,14 €.

Investimentos

O volume de investimento realizado no exercício de relato mantém-se comparativamente com o do exercício anterior, uma vez que, a empresa está apenas a renovar os equipamentos que se encontram obsoletos.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou, divulgação nas contas do exercício.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do período de 2018, no montante de 94 108,85€ seja transferido para a conta de resultados transitados.

NOTA FINAL

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham na AZORINA, S.A.

Às Entidades Bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, tornando-se parceiros inseparáveis da nossa jornada, o nosso reconhecimento.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da AZORINA, S.A., com o seu profissionalismo e dedicação, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento.

f

João

W

ANEXOS

f
1000
UP

BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

f
lma
cel jsc

**SOCIEDADE DE GESTÃO AMBIENTAL E
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA –
AZORINA, SA**

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2018

f
lsc
CP
MR

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018.....	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2018.....	4
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2018	5
• Demonstração das Alterações no Património Líquido 31 de dezembro de 2018.....	6
• Anexo	
0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA	8
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO.....	11
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERRO	12
3. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	13
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	14
9. IMPARIDADES.....	19
10. INVENTÁRIOS	19
13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	20
14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	21
17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO.....	22
19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	22
23. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	23
24. DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS DE SUBSÍDIOS.....	23
25. CLIENTES, COONTRIBUINTES E UTENTES.....	24
26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	25
27. CAPITAL REALIZADO.....	25
28. RESERVAS.....	25
29. RESULTADOS TRANSITADOS.....	26
30. OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	26
31. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	27
32. FORNECEDORES	27
33. OUTRAS CONTAS A PAGAR	28
34. DIFERIMENTOS	28
35. CUSTO DAS VENDAS	29
36. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	29
37. OUTROS GASTOS E PERDAS	30
38. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	30
39. JUROS.....	31
40. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	31

f
U
lee
m

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

AZORINA, SA

Balço Individual em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

base
LCP

	Notas	31.dez.18	31.dez.17
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	14 530 927	14 750 611
Propriedades de investimento	8	660 093	687 785
Ativos intangíveis	3	5 563	19 153
Ativos biológicos	11		199 681
Outros investimentos financeiros	23	11 279	7 289
Devedores por transferências e subsídios	24	2 098 257	2 145 400
		<u>17 306 119</u>	<u>17 809 920</u>
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários	10	100 251	99 044
Devedores por transferências e subsídios	24	1 603 649	1 892 554
Clientes, contribuintes e utentes	25	40 567	102 402
Estado e outros entes públicos	26	28 791	51 441
Outros contas a receber	24	131 079	7 203
Diferimentos		-	4 438
Caixa e depósitos	1	260 063	22 099
		<u>2 164 400</u>	<u>2 179 182</u>
Total do Ativo		<u>19 470 518</u>	<u>19 989 102</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital	27	100 000	100 000
Reservas	28	5 986	5 986
Resultados transitados	29	(1 288 284)	(836 988)
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	29	(1 438)	-
Outras variações no património líquido	30	11 751 128	11 953 676
Resultado líquido do período		94 136	(451 296)
Total do Património Líquido		<u>10 661 528</u>	<u>10 771 378</u>
PASSIVO			
<i>Passivo não corrente</i>			
Financiamentos obtidos	7	5 061 666	5 201 573
Passivos por impostos diferidos	31	1 883 106	2 047 487
		<u>6 944 773</u>	<u>7 249 060</u>
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	32	81 587	532 686
Estado e outros entes públicos	26	199 936	103 445
Financiamentos obtidos	7	1 018 685	878 087
Outras contas a pagar	33	469 573	392 735
Diferimentos	34	94 436	61 711
		<u>1 864 217</u>	<u>1 968 663</u>
Total do Passivo		<u>8 808 990</u>	<u>9 217 724</u>
Total do Património Líquido e Passivo		<u>19 470 518</u>	<u>19 989 102</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

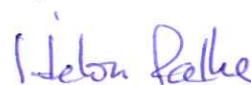
Horta, 21 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO





AZORINA, SA

40

 De demonstração dos Resultados Individuais
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.18	31.dez.17
Vendas	13	123 095	79 811
Prestações de serviços	13	1 632 509	751 894
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	2 666 216	2 576 660
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	35	(138 400)	(76 620)
Fornecimentos e serviços externos	36	(960 034)	(847 260)
Gastos com o pessoal	19	(2 815 361)	(2 680 374)
Imparidade de dívidas a receber	37	(11 955)	-
Outros rendimentos e ganhos	13	464 849	1 260 386
Outros gastos e perdas	38	(48 196)	(57 233)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		912 724	1 007 264
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	39	(590 732)	(1 350 908)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		321 992	(343 644)
Juros e rendimentos similares obtidos			-
Juros e gastos similares suportados	40	(98 257)	(87 613)
Resultado antes de impostos		223 735	(431 258)
Imposto sobre o rendimento		(129 598)	(20 038)
Resultado líquido do período		94 136	(451 296)

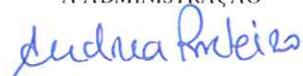
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

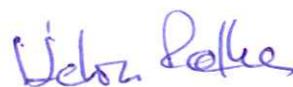
Horta, 21 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO





AZORINA, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.18	31.dez.17
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		2 187 339	604 307
Pagamentos a fornecedores		(1 682 485)	(962 922)
Pagamentos ao pessoal		(2 818 022)	(2 673 165)
Caixa gerada pelas operações		(2 313 168)	(3 031 781)
Outros recebimentos/pagamentos		2 711 063	3 019 115
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		397 895	(12 666)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(119 320)	(79 958)
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
		(119 320)	(79 958)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		14 803	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		50 000	-
Transferências de capital		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		64 803	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		(54 517)	(79 958)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		880 000	775 000
Realização de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		880 000	775 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(897 040)	(789 214)
Juros e gastos similares		(88 374)	(83 691)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(985 414)	(872 904)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)		(105 414)	(97 904)
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		237 963	(190 528)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	1	22 099	212 627
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	260 063	22 099

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Horta, 21 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Helena Dias

2- A ADMINISTRAÇÃO

Judica Brito

Recebeu em

Helena Brito

VZORINA, S.A

Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido - Exercício de 2017

(Valores expressos em reais)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes de transferências de ativos	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamento contábil	Excedentes de realização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	Total
1	100.000	-	5.986	-	-	(318.344)	-	-	12.581.924	(318.344)	12.150.921
2	-	-	-	-	-	(318.344)	-	-	(1.258.178)	318.344	(1.258.178)
3	-	-	-	-	-	(318.344)	-	-	928.280	318.344	928.280
4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(451.295)	(451.295)
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	100.000	-	5.986	-	-	(836.988)	-	-	11.951.626	(451.295)	10.771.376

Para ser lido em conjunto com as demonstrações demonstradas administrativas

Item 21 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO




AZORIN A. SA

Demonstração das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2018

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores de capital										
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes de transferências de ativos	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
1	Notas	100.000	-	5.086	-	-	(836.988)	-	-	11.953.676	(451.295)	10.771.378
	Alterações no período											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	(1.438)	-	-	-	-	(1.438)
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realização do excedente de revalorização de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Excedente de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	164.381	-	-	164.381
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	(451.295)	-	(3.666.029)	-	451.295	(3.666.029)
2		-	-	-	-	-	(452.734)	-	-	(202.548)	451.295	(202.986)
3		-	-	-	-	-	-	-	-	-	94.136	94.136
4	Resultado Integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	545.432	(109.850)
	Operações com detentores de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	Resultado no fim do Período 2018	100.000	-	5.086	-	-	(1.289.722)	-	-	11.751.128	94.136	10.661.528

Para ser lida com as notas aos demonstrações financeiras

Itorna, 21 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A ADMINISTRACÃO






[Handwritten signatures]

Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – AZORINA, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas pela Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – AZORINA, S.A. (doravante iremos designar simplesmente por AZORINA) de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto – Lei 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo (SNC).

Assim, na adoção do novo referencial contabilístico foi necessário:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o SNC numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos que forem aplicáveis, resultantes da mudança das políticas contabilísticas do SNC para o SNC-AP, serão reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta “564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP”.

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, não é necessário efetuar uma reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos). Esta informação é apresentada através da mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, da seguinte forma:

AZORINA, S.A.
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2018

f
lee
UP
B

Rubricas do Balanço	Valores conforme normativo anterior 31/12/2017	Reconhecimento	Desreconhecimento	Crítérios de mensuração	Imparidades/ reversões	Outros	Erros	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2018
Ativo não corrente	17 809 920		-2 853						17 807 067
Ativos fixos tangíveis	15 510 236		-2 853					-1 038 483	14 468 900
Propriedades de investimento	0							1 038 483	1 038 483
Ativos intangíveis	19 153		1 415						20 568
Ativos biológicos	127 841								127 841
Outros investimentos financeiros	7 289								7 289
Devedores por transferências e subsídios	2 145 400								2 145 400
Ativo corrente	2 179 182								2 179 182
Inventários	99 044								99 044
Devedores por transferências e subsídios								1 700 000	1 700 000
Clientes, contribuintes e utentes	102 402								102 402
Estado e outros entes públicos	51 441								51 441
Outras contas a receber	1 899 758							-1 700 000	199 758
Diferimentos	4 438								4 438
Caixa e depósitos	22 099								22 099
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	10 771 378		1 438						10 769 939
Capital	100 000								100 000
Reservas	5 986								5 986
Resultados transitados	-836 988								-836 988
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	0		1 438						-1 438
Outras variações no património líquido	11 953 676								11 953 676
Resultado líquido do período	-451 296								-451 296
PASSIVO	9 217 724								9 217 724
Passivo não corrente	7 249 060								7 249 060
Financiamentos obtidos	5 201 573								5 201 573
Passivos por impostos diferidos	2 047 487								2 047 487
Passivo corrente	1 968 663								1 968 663
Fornecedores	532 686								532 686
Estado e outros entes públicos	103 445								103 445
Financiamentos obtidos	878 087								878 087
Outras contas a pagar	392 735								392 735
Diferimentos	61 711								61 711

No processo de transição para o SNC-AP, as maiores variações ocorreram nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis. Procedeu-se à reclassificação de dois imóveis para propriedades de investimento, por estes não estarem afetos à atividade principal da empresa e por gerarem rendas e outros rendimentos semelhantes. Esta reclassificação ascendeu a 1 038 482,83€.

Procedeu-se também à reclassificação da quantia de 1 700 000€ que são suportados por contratos programa com a RAA e passaram de contas a receber para devedores por transferências e subsídios.

Procedeu-se também ao desreconhecimento de alguns itens que com a aplicação do SNC-AP deixaram de reunir os critérios de reconhecimento, sendo o seu valor líquido registado na conta atrás mencionada para o efeito, ajustamentos de transição do SNC-AP.

O desreconhecimento ascendeu a 8 800,71€ apesar de não ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da AZORINA, S.A, por a maioria dos bens já se encontrar totalmente depreciada, sendo o valor líquido da operação de 1 438,29€.

A implementação do novo normativo revelou o seu verdadeiro impacto com a aplicação do Classificador Complementar 2 que é parte integrante do diploma. Aqui sim, podemos verificar uma alteração significativa às demonstrações financeiras, na medida em que, na sua generalidade, as vidas úteis da rubrica Edifícios e outras construções são dilatadas, ou seja, estes itens do ativo fixo tangível passarão a partir deste exercício a ser depreciados a taxas significativamente mais baixas.

Podemos verificar a variação nas vidas úteis dos principais elementos do ativo fixo tangível no quadro abaixo:

f
per
40
br

Designação	Valor de Aquisição	Vida útil SNC	Vida útil SNC-AP
Requalificação do 2º Troço das Levadas	74 477,25	15	10
Recuperação da Casa do Guarda	6 469,11	25	10
Centro de Monitorização e Investigação das Furnas	1 628 655,67	20	50
Instalações Sanitárias Furnas	141 187,64	20	50
Centro de Monitorização Ambiental da Caldeira da F	486 538,47	20	50
AVAC CMIF	103 547,65	8	50
Instalações Elétricas CMIF	40 257,05	10	50
Etar CMIF e Residências	90 937,30	15	50
Etar Instalações Sanitárias	90 937,30	15	50
Serviços de Apoio	202 341,00	10	20
Hangar	120 378,05	10	20
Clube de Vela	241 292,59	10	20
Instalações Sanitárias clube Vela	254 625,93	10	20
Instituto de Socorros a Náufragos	235 034,75	10	20
Instalações sanitárias Snack Bar	254 625,93	10	20
Sistemas Energéticos – sistema de climatização de	20 552,53	8	20
Requalificação Margens Sete Cidades	3 836 480,41	10	20
Requalificação Margens Furnas	4 467 553,65	10	20
Ponte do Salto da Inglesa	132 890,01	30	20
Centro de Interpretação da Cultura do Ananás	91 243,44	20	50
Total	12 520 025,73		

Importa destacar que esta situação acaba por não afetar os resultados do período, tendo em conta que, como a aquisição da maioria dos edifícios e outras construções acima elencados, foi financiada através de contratos programa com o Governo Regional dos Açores ou através de fundos comunitários, a variação provocada pelo aumento/diminuição das respetivas vidas úteis implicou necessariamente um ajuste proporcional na imputação dos respetivos subsídios para aquisição de ativos, ao período.

Identificamos no quadro abaixo os itens do ativo fixo tangível reclassificados em propriedades de investimento:

Designação	Valor de Aquisição
Residências Furnas	460 686,39
Snack Bar	548 948,24
AVAC Residências	24 218,27
Instalações Elétricas Residências	4 629,93
Total	1 038 482,83

Os bens identificados já reuniam as condições necessárias para esta reclassificação, aproveitando-se a oportunidade para regularizar a situação.

f
men
UP
R

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, Azorina, S.A.

Sede Social: Rua de S. Lourenço, 23, Flamengos, 9900-401 Horta

Tutela: Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo

Foi constituída em 2010, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional N.º16/2010/A, de 12 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A, de 11 de novembro. Como resultado do processo de reestruturação do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores, o património da ARENA-Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores é integrado na AZORINA em julho de 2011 e a SPRAçores - Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A., é incorporada por fusão na AZORINA, com efeitos a 2 de janeiro de 2012.

Capital Social: 100 000 euros

N.I.P.C.: 509 674 321

A principal atividade da AZORINA consiste na promoção de ações de gestão ambiental e de conservação da natureza e dos recursos naturais, incluindo atividades no domínio da promoção da participação pública em matéria ambiental e da informação, divulgação e educação ambiental.

O período de relato está compreendido entre janeiro a dezembro do ano de 2018

1.2. – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Em 2018, a AZORINA passou a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é o dia 1 de janeiro de 2018. Desta forma, e de acordo com as instruções constantes no Manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano anterior (2017) é baseada no SNC (referencial contabilístico anterior), tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial.

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Face ao exposto, esta opção de não obrigar as entidades a reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre 2018 e 2017, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2019. Contudo, foi entendimento da Comissão de Normalização Contabilística que, numa análise custo-benefício, a apresentação do primeiro ano de aplicação do novo normativo importaria custos superiores aos benefícios a obter.

A falta de comparabilidade acima referida é especialmente visível nas seguintes rubricas:

f
per
up
de

- Propriedades de Investimento/Ativos fixos tangíveis – passam a ser contabilizados como propriedades de investimento os terrenos ou edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital e que não sejam para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos;
 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis / Outras contas a receber;
- e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a desagregação dos saldos de caixa e de depósitos bancários era como se segue:

Conta PCM	Natureza	31-dez-2018	31-dez-2017
11	Caixa		
111	Caixa Fundo Maneio	9 701,85	7 540,12
12	Depósitos à ordem		
12201	Santander - Geral Despesas	145 437,64	783,86
12202	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo Faial	18,07	33,48
12203	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo Flores	72,02	39,24
12204	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo Graciosa	99,61	80,67
12205	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo Pico	90,60	54,93
12206	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo Sta. Maria	99,85	76,62
12207	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo S. Jorge	91,25	70,66
12208	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo S. Miguel	133,79	190,31
12209	Santander - Fundo de Maneio - Núcleo Terceira	32,46	87,50
1221	Santander - Conta Receitas	82 872,12	3 092,64
1222	Santader ARENA	2 598,71	2 598,71
1223	Santander SPRA	83,00	877,90
1224	Banco Português de Investimento	4 221,57	4 221,57
1225	Novo Banco dos Açores, S.A.	12 326,94	1 041,98
1226	Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	1 239,96	888,28
1227	Caixa de Crédito Agrícola Mútua dos Açores	943,13	420,78
	Total	260 062,57	22 099,25

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP I – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As políticas contabilísticas adotadas serão mencionadas em cada uma das notas abaixo.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

2.4 – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da AZORINA, as políticas contábilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o classificador complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro Atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Quantia escriturada no início e no final do período

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

f
foco
up
br

	31 de dezembro de 2017					Saldo em 31-dez-17
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
Custo						
Software	58.661	8.250	-	1.415	-	68.325
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>58.661</u>	<u>8.250</u>	<u>-</u>	<u>1.415</u>	<u>-</u>	<u>68.325</u>
Amortizações Acumuladas						
Software	30.727	17.030	-	-	-	47.757
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>30.727</u>	<u>17.030</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.757</u>
Valor total líquido	<u>27.934</u>	<u>(8.780)</u>	<u>-</u>	<u>1.415</u>	<u>-</u>	<u>20.568</u>
	31 de dezembro de 2018					
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências e reclassificações	Perdas por imparidade	Saldo em 31-dez-18
Custo						
Software	68.325	2.097	-	-	-	70.422
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>68.325</u>	<u>2.097</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>70.422</u>
Amortizações Acumuladas						
Software	47.757	17.102	-	-	-	64.859
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>47.757</u>	<u>17.102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64.859</u>
Valor total líquido	<u>20.568</u>	<u>(15.005)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.563</u>

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza e a vida útil estimada é de 3 anos, em consonância com o que tem vindo a ser os registos dos últimos anos.

As aquisições registadas no período dizem respeito a dois programas informáticos, um relativo a licenças do software de gestão utilizado pelo núcleo central da AZORINA e o outro utilizado no Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha.

As transferências/reclassificações de ativos intangíveis referem-se a um item já identificado nas contas da AZORINA e até então registado em ativos fixos tangíveis e que integrou as contas da AZORINA através da fusão com a SPRAçores.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

d

lees

UP

R

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Relativamente aos edifícios, com a adoção do SNC-AP, e como explicado na nota de divulgação transitória, foi-lhes atribuída, de uma forma geral, uma vida útil remanescente de 50 anos. À falta de outra informação, a AZORINA entendeu como razoável seguir a indicação prevista no Classificador Complementar 2 (CC2), anexo ao Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro. As outras construções obedeceram ao mesmo critério, tendo-lhes sido atribuída uma nova vida útil de 20 anos, conforme indicação do CC2.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Procedemos à reconversão dos itens reclassificados no período comparativo. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

AZORINA, S.A.
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2018

f
Kee
W
M

	31 de dezembro de 2017					Saldo em 31-dez-17
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	7.635.434	-	-	-	-	7.635.434
Edifícios e outras construções	13.770.987	-	-	(1.038.483)	-	12.732.504
Equipamento básico	411.811	7.326	-	(329.510)	-	89.597
Equipamento de transporte	115.645	9.500	-	1.860	-	127.005
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	280.640	26.698	-	(75.319)	-	241.898
Outros ativos fixos tangíveis	410.634	338.76	-	329.684	-	774.195
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>22.635.091</u>	<u>77.300</u>	<u>-</u>	<u>(1.111.768)</u>	<u>-</u>	<u>21.690.633</u>
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	4.979.452	1.196.384	-	(350.698)	-	5.825.138
Equipamento básico	244.409	40.046	-	(201.963)	-	82.492
Equipamento de transporte	77.492	18.032	-	1.910	-	97.434
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	271.991	24.572	-	(59.313)	-	237.251
Outros ativos fixos tangíveis	295.245	54.542	-	257.920	-	607.707
	<u>5.868.589</u>	<u>1.333.576</u>	<u>-</u>	<u>(352.143)</u>	<u>-</u>	<u>6.850.022</u>
Valor total líquido	<u>16.766.503</u>	<u>(1.256.267)</u>	<u>-</u>	<u>(789.625)</u>	<u>-</u>	<u>14.750.611</u>

	31 de dezembro de 2018					Saldo em 31-dez-18
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências/ Reclassificações	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	7.635.434	-	-	-	-	7.635.434
Edifícios e outras construções	12.732.504	9.300	-	-	-	12.741.804
Equipamento básico	89.597	64.735	(2.748)	-	-	151.584
Equipamento de transporte	127.005	-	-	-	-	127.005
Equipamento biológico	199.682	-	-	-	-	199.682
Equipamento administrativo	241.898	24.030	(4.285)	-	-	261.644
Outros ativos fixos tangíveis	774.195	31.391	(3.183)	-	-	802.403
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>21.890.314</u>	<u>129.456</u>	<u>(10.215)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.919.555</u>
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	5.825.138	393.453	-	-	-	6.218.591
Equipamento básico	82.492	8.092	(2.188)	-	-	88.396
Equipamento de transporte	97.434	16.107	-	-	-	113.541
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	237.251	22.293	(2.707)	-	-	256.837
Outros ativos fixos tangíveis	607.707	105.923	(2.437)	-	-	711.264
	<u>6.850.022</u>	<u>545.938</u>	<u>(7.332)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.388.628</u>
Valor total líquido	<u>14.950.293</u>	<u>(416.482)</u>	<u>(2.883)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.530.927</u>

Terrenos e Recursos Naturais:

Não se registaram alterações significativas nesta rubrica.

Edifícios e Outras Construções:

A única aquisição do período diz respeito à construção de um sumidouro que faz parte integrante do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos. Estima-se uma vida útil de 20 anos.

Equipamento Básico:

As aquisições do período com maior significado, dizem respeito a equipamentos de laboratório adquiridos no âmbito do projeto Macflor com valor de aquisição na ordem dos 30 000€. Foi adquirido também um equipamento de tecnologia americana, para combate ao desenvolvimento de algas na lagoa das Sete Cidades por um valor aproximado a 32 000€. As vidas úteis estimadas variam entre os 5 e 8 anos.

Equipamento de Transporte:

Em 2018 não se verificaram aquisições nesta rubrica. A vida útil estimada dos equipamentos existentes é de 4 anos.

Equipamento Administrativo:

As aquisições registadas no período respeitam a diversos equipamentos informáticos, para colmatar as necessidades decorrentes da admissão de novos colaboradores. A vida útil estimada destes bens varia entre 4 e 5 anos.

Outros Ativos Fixos Tangíveis:

As aquisições mas significativas registadas no período, respeitam ao Centro de Interpretação da Caldeira Velha, nomeadamente, mobiliário diverso (aproximadamente 14 000€), um grupo de coletores e painéis solares (7 000€ sensivelmente), um gerador (cerca de 5 000€), um sistema eletrónico de cancelas para controlo dos acessos e tempos de permanência (5000€ aproximadamente) e um equipamento de iluminação no valor de 3 700€.

Estima-se uma vida útil para estes equipamentos a variar entre os 4 e 8 anos.

7. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empréstimos obtidos da AZORINA detalham-se conforme se segue

	31/dez/18		31/dez/17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários ML Prazo	5 061 665	1 018 685	5 201 573	878 087
	5 061 665	1 018 685	5 201 573	878 087

Nesta rubrica estão registados seis empréstimos bancários de médio e longo prazo.

O primeiro, contratado em 2007 ainda pela SPRAçores à antiga instituição bancária BANIF no valor de 7 500 000,00 €, por 15 anos, com o intuito de financiar a aquisição dos terrenos nas margens da Lagoa das Furnas, encontra-se à data do relato, com um capital em dívida de 2 127 765,77 €.

O segundo empréstimo foi contraído ao Novo Banco dos Açores em 2014 por um prazo de 10 anos, pelo montante de 1 600 000,00 € e encontra-se à data de relato com o capital em dívida de 1 077 251,43 €.

O terceiro empréstimo foi contraído à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo em 2015 por um montante de 800 000,00 € e por um prazo de 10 anos. À data de relato o capital em dívida era de 590 864,60 €.

O quarto empréstimo foi contratado em 2016 no valor de 725 000,00 € por um prazo de 10 anos e com carência de capital de 1 ano à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores. À data de relato o capital em dívida era de 650 997,81 €.

O quinto empréstimo foi contraído em 2017 no valor de 775 000,00 €, por um prazo de 10 anos e com carência de capital de 1 ano ao Novo Banco dos Açores, S.A. À data de relato o capital em dívida era de 753 472,22€.

O sexto empréstimo foi contraído já em 2018 por 880 000,00 €, com um prazo de 10 anos e com carência de capital de 1 ano ao Novo Banco dos Açores, S.A. À data de relato ainda não havia registo de qualquer amortização.

f
leer
up
pr

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso	31-dez-18	31-dez-17
Menos de um ano	1 018 685	878 087
1 a 2 anos	1 051 821	952 154
2 a 3 anos	1 063 011	961 372
3 a 4 anos	1 073 884	971 143
4 a 5 anos	554 350	981 204
Mais de 5 anos	1 318 602	1 335 700
	6 080 352	6 079 660

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

8.1. MODELO APLICADO

As propriedades de investimento são registadas ao custo acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

8.2. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO – MODELO DO CUSTO

Em 31 de dezembro de 2018 as propriedades de investimento registadas ao modelo do custo eram as seguintes:

31 de dezembro de 2017						
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições	Depreciações do exercício	Transferências/ Reclassificações	Variação do justo valor	Saldo em 31-dez-17
Residência Fumas	-	-	(76.224)	489.535	-	413.311
Snack-Bar Sete Cidades	-	-	(274.474)	548.948	-	274.474
	-	-	-	-	-	-
	-	-	(350.698)	1.038.483	-	687.785
31 de dezembro de 2018						
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições	Depreciações do exercício	Transferências/ Reclassificações	Variação do justo valor	Saldo em 31-dez-18
Residência Fumas	413.311	-	(9.393)	-	-	403.917
Snack-Bar Sete Cidades	274.474	-	(18.298)	-	-	256.176
	-	-	-	-	-	-
	687.785	-	(27.691)	-	-	660.094

Conforme referido na nota introdutória, procedeu-se à reclassificação dos itens acima mencionados, por estes se encontrarem fora do âmbito da atividade principal da empresa e por gerarem rendimentos. Procedemos à reconversão dos itens reclassificados no período comparativo.

9. IMPARIDADES

A evolução dos gastos com imparidades no período foi conforme se detalha:

Saldo a 1 de Janeiro	5 757
Aumento	11 955
Reversão	-
Regularizações	-
	<u>17 711</u>

Foram constituídas imparidades às dívidas de clientes superiores a um ano no valor de 11 954,61C.

10. INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A AZORINA adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os inventários da AZORINA detalham-se conforme se segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Mercadorias	94 169	93 999
Matérias primas subsidiárias e de consumo	<u>6 082</u>	<u>5 045</u>
	100 251	99 044
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u>100 251</u>	<u>99 044</u>

Os inventários apurados no exercício respeitam a mercadorias que se destinam a ser transacionadas nas lojas de venda ao público, localizadas nos Centros de Interpretação e de Visitantes, sob gestão da AZORINA. As matérias-primas estão diretamente relacionadas com a exploração de cafetarias/bares existentes nesses mesmos Centros. O método utilizado foi o do custo médio ponderado, tendo sido apurado e detalhado o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de dezembro.

f
lece
UP
pr

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso	31-dez-18	31-dez-17
Menos de um ano	1 018 685	878 087
1 a 2 anos	1 051 821	952 154
2 a 3 anos	1 063 011	961 372
3 a 4 anos	1 073 884	971 143
4 a 5 anos	554 350	981 204
Mais de 5 anos	1 318 602	1 335 700
	6 080 352	6 079 660

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

8.1. MODELO APLICADO

As propriedades de investimento são registadas ao custo acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

8.2. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO – MODELO DO CUSTO

Em 31 de dezembro de 2018 as propriedades de investimento registadas ao modelo do custo eram as seguintes:

31 de dezembro de 2017						
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições	Depreciações do exercício	Transferências/ Reclassificações	Variação do justo valor	Saldo em 31-dez-17
Residências Tumas	-	-	(76 224)	489 535	-	413 311
Snack-Bar Sete Cidades	-	-	(274 474)	548 948	-	274 474
	-	-	-	-	-	-
	-	-	(350 698)	1 038 483	-	687 785
31 de dezembro de 2018						
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições	Depreciações do exercício	Transferências/ Reclassificações	Variação do justo valor	Saldo em 31-dez-18
Residências Tumas	413 311	-	(9 393)	-	-	403 917
Snack-Bar Sete Cidades	274 474	-	(18 298)	-	-	256 176
	-	-	-	-	-	-
	687 785	-	(27 692)	-	-	660 093

Conforme referido na nota introdutória, procedeu-se à reclassificação dos itens acima mencionados, por estes se encontrarem fora do âmbito da atividade principal da empresa e por gerarem rendimentos. Procedemos à reconversão dos itens reclassificados no período comparativo.

9. IMPARIDADES

A evolução dos gastos com imparidades no período foi conforme se detalha:

Saldo a 1 de Janeiro	5 757
Aumento	11 955
Reversão	-
Regularizações	-
	<u>17 711</u>

Foram constituídas imparidades às dívidas de clientes superiores a um ano no valor de 11 954,61€.

10. INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A AZORINA adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os inventários da AZORINA detalham-se conforme se segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Mercadorias	94 169	93 999
Materias primas subsidiárias e de consumo	<u>6 082</u>	<u>5 045</u>
	100 251	99 044
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u>100 251</u>	<u>99 044</u>

Os inventários apurados no exercício respeitam a mercadorias que se destinam a ser transacionadas nas lojas de venda ao público, localizadas nos Centros de Interpretação e de Visitantes, sob gestão da AZORINA. As matérias-primas estão diretamente relacionadas com a exploração de cafetarias/bares existentes nesses mesmos Centros. O método utilizado foi o do custo médio ponderado, tendo sido apurado e detalhado o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de dezembro.

f
luc
40
02

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

VENDAS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- (iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- (v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS - Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento são registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

As vendas e prestações de serviços, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, têm a seguinte decomposição:

	31-dez-18	31-dez-17
Vendas de mercadorias	123 095	79 811
Prestação de serviços	1 632 509	751 895
	1 755 604	831 706

A componente de vendas e prestações de serviços (receitas próprias) registou em 2018 um crescimento significativo comparativamente ao ano de 2017, como se pode verificar no quadro supra. Esta situação justifica-se pelo facto do Governo Regional dos Açores ter cedido à AZORINA para exploração, o monumento natural denominado de Caldeira Velha, que, entretanto, deu origem ao Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha. Verificou-se que, em 2018, foi este o Centro de Interpretação que mais gerou receita à AZORINA.

Os outros rendimentos e ganhos, efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, decompõe-se da seguinte forma:

	31/dez/18	31-dez-17
Rendimentos Suplementares	17 000	302
Imputação de subsídios ao investimento	429 480	1 255 178
Indemnizações	15 778	-
Correções relativas a exercícios anteriores		2 332
Outros	2 591	2 574
	464 849	1 260 386

Dos registos do período destacam-se, os rendimentos suplementares que provêm dos imóveis reclassificados como propriedades de investimento.

A diminuição da imputação de subsídios ao investimento a rendimentos do período por conta do ajuste da vida útil dos bens do ativo fixo tangível e das propriedades de investimento. As indemnizações dizem respeito a uma caução que foi acionada no âmbito da empreitada do Centro de Interpretação da Caldeira de Santo Cristo, na ilha de São Jorge, cuja responsabilidade foi imputada ao empreiteiro, bem como, o ressarcimento por parte da companhia de seguros num processo relacionado com um sinistro ocorrido no Centro de Investigação e Monitorização das Furnas.

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transferências e subsídios correntes obtidos, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são:

	31/dez/18	31-dez-17
Do Estado e Outros Entes Públicos	2 399 681	2 373 353
Contratos Programa com RAA	2 362 667	2 337 215
Fundo Regional do Emprego	29 781	36 138
Outros	7 233	-
De Outras Entidades	266 536	203 307
Projetos Comunitários	266 536	198 007
Macflor	14 615	3 682
Valorização de uma área de intervenção do plano de ordenamento da bacia hidrográfica da Lagoa das Fumas	135 703	36 353
Estratégia para a sustentabilidade e certificação do destino turístico Açores	23 793	157 973
LIFE - Vidália	13 640	
Valorização de Sobrantes Florestais	36 685	
Promoção da madeira de Cryptomeria japonica D. Don na construção	42 101	
Outros	-	5 300
	2 666 216	2 576 660

No que concerne aos subsídios provenientes do Estado, a AZORINA, no âmbito da prossecução do seu objeto social, realiza com a Região Autónoma dos Açores contratos programa que são registados nesta rubrica, com destaque para a resolução do Conselho de Governo n.º 37/2018 de 13 de abril, no montante de 2,3 milhões de euros, que visa financiar a colaboração entre as partes no âmbito da ação 12.1.2 da Rede Regional de Ecotecas e Centros de Interpretação Ambiental. Os restantes 62 677€ dizem respeito a contratos celebrados com a RAA no âmbito do financiamento da parte não elegível e não participada de projetos comunitários.

Foram ainda registados cerca de 7 233,00 € no âmbito de um apoio da Direção Regional do Ambiente para a manutenção de pomares e, relativamente às medidas de apoio ao emprego foram escriturados no presente exercício cerca de 29 781, 00€.

No que respeita aos subsídios provenientes de outras entidades, estes referem-se à componente cofinanciada da despesa efetuada dos projetos elencados no quadro anterior e confirma um crescimento que se pode constatar comparativamente a 2017.

f
leca
UP
R

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 21 de março de 2019 pelo Conselho de Administração da AZORINA.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémio de coordenação, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela administração.

Todo o pessoal ao serviço da AZORINA foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31-dez-17</u>
Remunerações dos órgãos sociais	131 759	131 705
Remunerações do pessoal	2 144 921	2 042 547
Indemnizações	4 265	2 715
Encargos sobre remunerações	502 013	489 729
Seguros	18 484	11 844
Outros gastos com pessoal	13 920	1 834
	<u>2 815 361</u>	<u>2 680 374</u>

A rubrica de gastos com pessoal, engloba a estimativa para férias, subsídio de férias e respetivos encargos a liquidar no ano de 2019.

O número médio de colaboradores no período de 2018 foi de 168 (inclui os programas de emprego), em linha com o número médio registado no período anterior. Contudo verifica-se um aumento dos gastos na ordem dos 5% pelo facto de termos assistido à saída de diversos colaboradores que foram admitidos no âmbito de programas de emprego e à admissão de outros tantos através de contratos de

trabalho, como é o caso do Centro de Interpretação da Caldeira Velha, inaugurado sob a gestão da AZORINA em fevereiro de 2018 que absorveu 8 novos colaboradores em que dois deles são técnicos superiores.

OUTRAS DIVULGAÇÕES

23. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a quantia escriturada dos outros ativos financeiros, bem como as perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Outros ativos financeiros	31/dez/18		31/dez/17	
	Não Corrente		Não Corrente	
FCT	11 279		7 289	
	11 279		7 289	
Perdas por Imparidade Acumuladas	-		-	
	11 279		7 289	

Esta rubrica é composta pelo Fundo de Compensação de Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Trata-se de um fundo de natureza mutualista, que visa garantir o valor necessário à cobertura de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho calculada nos termos referidos, subtraído do montante já pago pelo empregador ao trabalhador.

O valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade.

24. DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS DE SUBSÍDIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as categorias de ativos financeiros estão detalhadas conforme se segue:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Região Autónoma dos Açores	2 098 257	1 600 000	2 145 400	1 700 000
Outros	-	134 728	-	199 758
	2 098 257	1 734 728	2 145 400	1 899 758
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	2 098 257	1 734 728	2 145 400	1 899 758

Os registos efetuados nesta rubrica na componente de médio / longo prazo, dizem respeito ao contrato programa plurianual firmado com o Governo Regional para financiamento da aquisição dos terrenos no âmbito da Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas.

f
leee
lep
102

A componente de curto prazo detalha-se conforme se segue:

	31/dez/18	31-dez-17
Contratos Programa com RAA	1 600 000	1 700 000
RCG n.º 88/2017 de 09 de agosto		1 000 000
RCG n.º 37/2018 de 13 de abril	900 000	-
RCG n.º 78/2007 de 19 de julho	700 000	700 000
Projetos	134 728	199 758
Macflor	44 266	3 682
Valorização de uma área de intervenção do plano de ordenamento da bacia hidrográfica	33	30 900
Estratégia para a sustentabilidade e certificação do destino turístico Açores	23 793	157 973
LIFE - Vidália	13 640	
Valorização de Sobrantes Florestais	36 685	
Promoção da madeira de Cryptomeria japonica D. Don na construção	8 000	
Outros	8 312	7 203
	1 734 728	1 899 758

Os movimentos escriturados nesta rubrica dizem respeito aos contratos programa celebrados com o Governo Regional, um para financiar as despesas com a aquisição dos terrenos no âmbito do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica das Furnas e o outro para financiar as despesas de funcionamento que não têm cobertura pelas receitas próprias. Procedemos à reconversão dos itens reclassificados no período comparativo.

Os valores discriminados em projetos dizem respeito a despesas executadas no âmbito de cada um dos projetos mencionados e aguarda-se o seu reembolso a curto prazo.

25. CLIENTES, COONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de clientes, contribuintes e utentes decompõem-se como se segue:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	40 567	-	108 159
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	17 711	-	-
	-	58 278	-	108 159
Perdas por imparidade acumuladas	-	(17 711)	-	(5 757)
	-	40 567	-	102 402

Foi constituída uma imparidade de 11 955€ pelas dívidas superiores a 1 ano.

26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de estado e outros entes públicos decompõem-se como se segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	19 203	45 100
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	9 588	6 341
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>28 791</u>	<u>51 441</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	129 598	20 038
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3 485	8 486
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	12 921	16 890
Segurança Social	53 941	57 211
Outros impostos e taxas	(9)	820
	<u>199 936</u>	<u>103 445</u>

Os saldos evidenciados nesta rubrica, resultam dos movimentos do quotidiano da empresa, quer resultantes dos encargos com salários, quer dos movimentos financeiros com os impostos que a empresa se obriga a cumprir.

27. CAPITAL REALIZADO

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da AZORINA, totalmente subscrito e realizado, era composto por 20 mil ações com o valor nominal de 5 euros, cada. As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas na totalidade pela região Autónoma dos Açores.

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Região Autónoma dos Açores	100%	100 000

28. RESERVAS

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da AZORINA, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

f
luc
60
R

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31/dez/18</u>	<u>31/dez/17</u>
Resultado Transitado 2010	(44 943)	(44 943)
Resultado Transitado 2011	(531 030)	(531 030)
Resultado Transitado 2012	(59 390)	(59 390)
Resultado Transitado 2013	(133 071)	(133 071)
Resultado Transitado 2014	(667 574)	(667 574)
Resultado Transitado 2015	113 733	113 733
Resultado Transitado 2016	(318 344)	(318 344)
Resultado Transitado 2017	(451 296)	- €
Regularizações Extraordinárias	803 631	803 631
Ajustamentos de Transição para o SNC-AP	(1 438)	-
	<u>(1 289 723)</u>	<u>(836 988)</u>

De destacar apenas o reconhecimento na rubrica de resultados transitados os ajustamentos de transição do SNC-AP no montante de 1 438€.

30. OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Ajustamentos por impostos diferidos	(1 883 106)	(2 047 487)
Subsídios	13 526 197	13 893 126
De Projetos - Prorural	94 633	94 633
De Terrenos	6 131 895	6 131 895
De Contratos Programa com a RAA	2 994 922	2 988 682
De Fundos Comunitários	4 304 748	4 677 916
Proconvergência	3 018 124	3 248 755
POVT	1 262 152	1 429 161
Interreg	24 472	-
Outras	108 037	108 037
	<u>11 751 128</u>	<u>11 953 676</u>

Os aumentos registados no período compreendem o contrato programa que financiou a aquisição do equipamento para tratamento das algas na lagoa das Sete Cidades, os ultrassons, na ordem dos 32 000€ e o reconhecimento do rendimento por parte da aquisição dos equipamentos adquiridos no âmbito do projeto Macflor que ascendeu aos 30 000€ aproximadamente.

As diminuições do exercício resultam dos ajustamentos por impostos diferidos e da afetação a rendimentos do exercício da componente de subsídios depreciables, conforme explicado na nota 13 – Outros rendimentos e ganhos.

31. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Variação do Período	Saldo em 31-Dez-17
Passivos por impostos diferidos			
Subsídios bens depreciables	9 016 410	(1 255 178)	7 761 232
Subsídios bens não depreciables	3 958 550	(531 327)	3 427 223
Base Impostos Diferidos	12 974 960	(1 786 505)	11 188 455
Imposto	2 374 418	(326 930)	2 047 487
31 de Dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-18	Variação do Período	Saldo em 31-Dez-18
Passivos por impostos diferidos			
Subsídios bens depreciables	7 761 232	(366 929)	7 394 303
Subsídios bens não depreciables	3 427 223	(531 327)	2 895 897
Base Impostos Diferidos	11 188 455	(898 256)	10 290 199
Imposto	2 047 487	(164 381)	1 883 106

Os passivos por impostos diferidos registados, têm por objetivo evidenciar o valor líquido de imposto dos subsídios recebidos essencialmente por conta da aquisição de terrenos (bens não depreciables) e por conta da execução de empreitadas (bens depreciables), nomeadamente os relativos às requalificações das margens das lagoas das Furnas e Sete Cidades.

32. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecedores decompõem-se como se segue:

	31-dez-18	31-dez-17
Fornecedores conta corrente	81 587	532 686
	<u>81 587</u>	<u>532 686</u>

f
lee
lll
jr

33. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outras contas a pagar decompõem-se como se segue:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a Liquidar - Férias e Subsídios		364 579		362 816
Juros a Liquidar		15 991		16 543
Imposto Municipal sobre Imóveis		4 180		4 179
Adiantamento de Projetos - LIFE Vidália		75 615		
Outras contas a pagar	-	9 208	-	9 196
	-	469 573	-	392 735

Destaca-se nos registos efetuados nesta rubrica o montante referente ao adiantamento proveniente do projeto LIFE Vidália, que foi aprovado no decorrer do período de relato.

34. DIFERIMENTOS

Os saldos evidenciados nesta rubrica refletem a aplicação do princípio da especialização do exercício na atividade normal da empresa, mais concretamente em seguros, juros e outras despesas correntes que foram faturadas num período, mas que não lhe são imputáveis.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de diferimentos decompõem-se como se segue:

	31-dez-18	31-dez-17
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	-	4 438
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	45
	-	4 484
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	94 436	61 711
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	94 436	61 711

As variações mais significativas registadas nesta rubrica no período, dizem respeito ao diferimento do ajuste direto n.º 40/2018 no montante de 46 807,90€, pelo fato de este ainda não estar concluído.

35. CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é detalhado como segue:

	31/dez/18			31-dez-17		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	5.045	93.999	99.044	4.812	100.046	104.858
Regularizações	2.102	4.493	6.595	1.066	7.540	8.606
Compras	37.118	109.084	146.202	39.524	39.888	79.412
Custo de vendas	33.979	104.421	138.400	38.226	38.394	76.620
Saldo final em 31 de Dezembro	6.082	94.169	100.251	5.045	93.999	99.044

36. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	31/dez/18	31-dez-17
Serviços Especializados	579.720	508.448
Trabalhos Especializados	534.213	494.831
Publicidade e Propaganda	1.347	3.271
Honorários	30	-
Conservação e Reparação	22.633	6.361
Outros	21.497	3.986
Materiais	120.464	81.251
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	22.043	40.744
Material de Escritório	6.179	3.664
Artigos para Oferta	872	1.956
Outros Materiais	91.370	34.888
Energia e Flúidos	112.672	120.896
Electricidade	88.116	97.015
Combustíveis	14.961	14.981
Água	9.595	8.900
Deslocações Estadas e Transportes	24.435	24.696
Deslocações e Estadas	24.072	23.246
Transportes de Mercadorias	324	1.450
Outros Transportes	38	-
Serviços Diversos	122.743	111.969
Rendas e Alugueres	51.729	57.064
Comunicação	15.778	24.683
Seguros	30.987	24.559
Contencioso e Notariado	40	155
Limpeza Higiene e Conforto	15.407	5.398
Outros Serviços	8.803	110
	960.034	847.260

f
AEC
UP
R

O presente período evidencia um aumento generalizado deste grupo de rubricas de gastos, constatando-se um crescimento em termos absolutos que ascende a 113 000,00 €, variação em termos relativos de + 13%, comparativamente ao exercício anterior.

No que concerne aos gastos com Serviços especializados, o acréscimo registado na ordem dos 71 000,00 €, + 14% que em 2017, justifica-se pelo fato da AZORINA ter aumentado a execução dos projetos comunitários.

Os gastos com Materiais também cresceram cerca de 40 000,00 € quando comparados com o ano anterior, com grande responsabilidade para a aquisição de nova sinalética no âmbito de uma parceria com a Direção Regional do Ambiente. Esta aquisição totalizou 28 000€.

Os gastos com Energia diminuíram cerca de 80 000€, essencialmente por medidas preventivas de gestão.

Os gastos com Deslocações, Estadas e Transportes não registaram alterações dignas de relato.

A rubrica de Serviços diversos evidencia um aumento de cerca de 10 000€ quando comparada com o ano anterior, tendo em conta que houve alteração na política contabilística e registaram-se gastos de Limpeza higiene e conforto em 2018 que, no ano transato, tinham sido registados em Trabalhos especializados.

37. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31/dez/18	31-dez-17
Impostos	41 379	48 882
Perdas em inventários	583	3 821
Gastos e perdas em inv. não financeiros	1 419	107
Outros gastos e perdas	4 815	4 424
	48 196	57 233

As variações registadas nesta rubrica dizem respeito à diminuição dos encargos com o IVA que em 2017 registaram um aumento anormal, e, portanto, no período de relato evidenciam a normalidade.

38. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31/dez/18			31-dez-17		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	27 692	-	27 692	67 599	-	67 599
Ativos fixos tangíveis	545 938	-	545 938	1 264 865	-	1 264 865
Ativos intangíveis	17 102	-	17 102	18 445	-	18 445
	590 732	-	590 732	1 350 908	-	1 350 908

As variações significativas registadas nesta rubrica dizem respeito às reclassificações evidenciadas na nota introdutória.

f
wea
up

39. JUROS

Os juros, efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, detalham-se da seguinte forma:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Juros	<u>98 257</u>	<u>87 613</u>
	<u>98 257</u>	<u>87 613</u>

40. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A AZORINA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Decorrente do artigo 66.º A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas no exercício de relato foram de 8 100,00€.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a situação da AZORINA perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a AZORINA não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2018.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

As contas serão submetidas à apreciação da Assembleia Geral no dia 20 do mês abril de 2019, propondo o Conselho de Administração à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do exercício de 2018, no montante de 94 108,85 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

Horta, 21 de março de 2019

O Contabilista Certificado,


Demonstração Desempenho Orçamental

Exercício

2018

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	2 812 035,09	0,00	0,00	0,00	2 812 035,09	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	2 247 140,91	0,00	0,00	0,00	2 247 140,91	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	35 396,72	0,00	0,00	0,00	35 396,72	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	529 497,46	0,00	0,00	0,00	529 497,46	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	600 761,22	1 159 433,62	0,00	0,00	0,00	1 760 194,84	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	123 806,46	0,00	0,00	0,00	123 806,46	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	222 955,13	0,00	0,00	0,00	222 955,13	0,00
Despesa de Capital								
D7	Investimento	2 023,08	63 539,23	0,00	0,00	0,00	65 562,31	0,00
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		602 784,30	4 381 769,53	0,00	0,00	0,00	4 984 553,83	0,00
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	0,00	879 916,02	0,00	879 916,02	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	879 916,02	0,00	879 916,02	0,00
Soma [7]-[5]+[6]		602 784,30	4 381 769,53	0,00	879 916,02	0,00	5 864 469,85	0,00
Pagamentos de operações de tesouraria [C]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		1 606 715,91	-1 701 401,25	354 663,93	83,98	0,00	260 062,57	0,00
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]		1 584 616,66	-1 701 401,25	354 663,93	0,00	0,00	237 879,34	0,00
Despesa primária		602 784,30	4 257 963,07	0,00	0,00	0,00	4 860 747,37	0,00
Saldo corrente		1 586 639,74	-4 175 812,10	0,00	0,00	0,00	-2 589 172,36	0,00
Saldo de capital		-2 023,08	2 474 410,85	354 663,93	0,00	0,00	2 827 051,70	0,00
Saldo primário		1 584 616,66	-1 577 594,79	354 663,93	0,00	0,00	361 685,80	0,00
Receita total [1]+[2]+[3]		2 209 500,21	2 680 368,28	354 663,93	880 000,00	0,00	6 124 532,42	0,00
Despesa total [5]+[6]		602 784,30	4 381 769,53	0,00	879 916,02	0,00	5 864 469,85	0,00

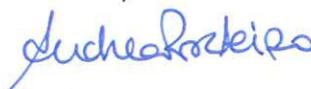
O Contabilista Público

Em ____ de _____ de _____

HE

O Órgão de Gestão

Em 21 de Maio de 2019





Demonstração Desempenho Orçamental

Exercício

2018

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMFR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais [1]	22 099,25	0,00	0,00	0,00	0,00	22 099,25	0,00
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	112 663,51	0,00	0,00	0,00	112 663,51	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	112 663,51	0,00	0,00	0,00	112 663,51	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	29 615,51	0,00	0,00	0,00	29 615,51	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	82 848,00	0,00	0,00	0,00	82 848,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2 187 322,06	0,00	0,00	0,00	0,00	2 187 322,06	0,00
R7	Outras receitas correntes	78,90	29 754,69	0,00	0,00	0,00	29 833,59	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	2 522 413,47	354 663,93	0,00	0,00	2 877 077,40	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	2 522 413,47	0,00	0,00	0,00	2 522 413,47	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	2 522 413,47	0,00	0,00	0,00	2 522 413,47	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	354 663,93	0,00	0,00	354 663,93	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	15 536,61	0,00	0,00	0,00	15 536,61	0,00
	Receita efetiva [2]	2 187 400,96	2 680 368,28	354 663,93	0,00	0,00	5 222 433,17	0,00
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	880 000,00	0,00	880 000,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	880 000,00	0,00	880 000,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	2 209 500,21	2 680 368,28	354 663,93	880 000,00	0,00	6 124 532,42	0,00
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Contabilista Público

Em ___ de _____ de _____

O Órgão de Gestão

Em 21 de Março de 2019

ducha Pontes
Medeiros
Helena Pato

Controlo Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	2013	
							Limitados	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Períodos anteriores	Grau exec. orç.
R5	Receitas Correntes												
R5.1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R5.1.1	Impostos diretos											0%	0%
R5.1.2	Impostos indiretos											0%	0%
R5.2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de											0%	0%
R5.3	Taxas, multas e outras penalidades											0%	0%
R5.4	Rendimentos de propriedade											0%	0%
R5.5	Transferências Correntes	29 299,25	0,00	112 663,51	0,00	112 663,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R5.5.1	Administrações Públicas	29 299,25	0,00	112 663,51	0,00	112 663,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R5.5.1.1	Administração Central - Estado											0%	0%
R5.5.1.2	Administração Central - Outras entidades	29 299,25		29 815,51		29 815,51						0%	0%
R5.5.1.3	Segurança Social											0%	0%
R5.5.1.4	Administração Regional											0%	0%
R5.5.1.5	Administração Local											0%	0%
R5.6	Exterior - UE											0%	0%
R5.7	Outras											0%	0%
R6	Venda de bens e serviços	2 026 850,39	108 910,15	2 181 660,45	44 979,59	2 127 742,02	30 419,96	30 419,96	30 024,47	2 107 297,59	58 277,95	73%	1035%
R7	Outras receitas correntes	31 943,84	0,00	29 833,59	0,00	29 833,59	0,00	0,00	0,00	29 833,59	29 833,59	0%	0%
R7	Total das Receitas Correntes	2 088 093,48	108 910,15	2 324 166,55	44 979,59	2 360 239,12	30 419,96	30 419,96	80 024,47	2 289 794,69	58 277,95	73%	2066%
R8	Receitas de Capital												
R8.1	Venda de bens de investimento												
R9	Transferências de Capital	3 683 533,57	0,00	2 877 077,40	0,00	2 877 077,40	0,00	0,00	0,00	2 877 077,40	0,00	0%	0%
R9.1	Administrações Públicas	2 683 173,27	0,00	2 532 413,47	0,00	2 532 413,47	0,00	0,00	0,00	2 532 413,47	0,00	0%	0%
R9.1.1	Administração Central - Estado											0%	0%
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	2 683 173,27		2 532 413,47		2 532 413,47				2 532 413,47		0%	0%
R9.1.3	Segurança Social											0%	0%
R9.1.4	Administração Regional											0%	0%
R9.1.5	Administração Local											0%	0%
R9.2	Exterior - UE											0%	0%
R9.3	Outras	1 000 360,30	0,00	354 663,93	0,00	354 663,93	0,00	0,00	0,00	354 663,93	0,00	0%	0%
R10	Outras receitas de capital	9 040,00	0,00	15 536,61	0,00	15 536,61	0,00	0,00	0,00	15 536,61	0,00	0%	0%
R10	Total das Receitas de Capital	3 692 593,57	0,00	2 892 614,01	0,00	2 892 614,01	0,00	0,00	0,00	2 892 614,01	0,00	0%	0%
R11	Receitas não efetivas												
R12	Ativos financeiros	880 000,00	0,00	880 000,00	0,00	880 000,00	0,00	0,00	0,00	880 000,00	0,00	0%	0%
R13	Passivos financeiros	880 000,00	0,00	880 000,00	0,00	880 000,00	0,00	0,00	0,00	880 000,00	0,00	0%	0%
R13	Total das Receitas não efetivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
R14	Reposição não abatida aos pagamentos												
R15	Saldo da genérica anterior - operações orçamentais	2 088 093,48	108 910,15	2 324 166,55	44 979,59	2 360 239,12	30 419,96	30 419,96	80 024,47	2 289 794,69	58 277,95	73%	2066%
R15	Total Geral (Receitas Correntes)	3 692 593,57	108 910,15	2 892 614,01	44 979,59	2 892 614,01	30 419,96	30 419,96	80 024,47	2 892 614,01	0,00	0%	0%
R16	Total Geral (Rec. de Capital)	6 660 887,05	108 910,15	6 094 780,56	44 979,59	6 132 853,13	30 419,96	30 419,96	80 024,47	6 052 608,70	58 277,95	73%	5030%

O Contabilista Público

Em ___ de ___ de ___

O Órgão de Gestão

Em 21 de Maio de 2014

Sudrea Ribeiro
Albuquerque
Heitor Seabra

Controlo Orçamental da Despesa

Exercício: 2018

Rubrica	Descrição	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descontivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições:			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exec. orc.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D1	Despesas Correntes												
D1.1	Despesas com o pessoal	71 073,75	2 955 482,20	0,00	2 879 034,73	2 879 034,73	47,76	2 811 987,33	0,00	66 999,64	0%	95%	
D1.2	Remunerações Certas e Permanentes	32 890,19	2 325 029,68	0,00	2 276 638,15	2 276 638,15	0,00	2 247 140,91	0,00	29 497,24	0%	97%	
D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	99,90	50 796,21	0,00	35 746,90	35 746,90	0,00	35 396,72	0,00	350,18	0%	70%	
D2	Segurança social	38 683,66	579 656,31	0,00	566 649,68	566 649,68	47,76	529 449,70	0,00	37 152,22	0%	91%	
D3	Aquisição de bens e serviços	513 964,00	2 385 785,31	0,00	2 055 449,67	1 838 418,29	483 272,63	1 276 922,21	217 031,38	78 223,45	20%	54%	
D4	Juros e outros encargos	2,50	127 603,10	0,00	124 594,73	123 806,46	2,50	123 803,96	788,27	0,00	0%	97%	
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D4.1.2	Administração Central - Estado												
D4.1.3	Administração Central - Outras entidades												
D4.1.4	Administração Regional												
D4.1.5	Administração Local												
D4.2	Instituições sem fins lucrativos												
D4.3	Famílias												
D4.4	Outras												
D5	Subsídios												
D6	Outras despesas correntes	585 640,25	5 697 612,66	0,00	5 282 034,26	5 064 214,61	483 322,89	4 435 668,63	222 955,13	145 223,09	8%	78%	
D7	Despesa de Capital												
D8	Investimento	18 544,60	83 032,16	0,00	70 083,38	66 447,12	18 544,60	47 017,71	65 562,31	884,81	22%	57%	
D8.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D8.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D8.1.2	Administração Central - Estado												
D8.1.3	Administração Central - Outras entidades												
D8.1.4	Segurança Social												
D8.1.5	Administração Regional												
D8.2	Administração Local												
D8.3	Instituições sem fins lucrativos												
D8.4	Famílias												
D9	Outras despesas de capital	18 544,60	83 032,16	0,00	70 083,38	66 447,12	18 544,60	47 017,71	65 562,31	884,81	22%	57%	
D10	Total das Despesas de Capital												
D11	Despesas não efetivas												
D11.1	Ativos financeiros												
D11.2	Passivos financeiros												
D11.3	Total das Despesas não efetivas												
D11.4	Total das Despesas Correntes	585 640,25	5 697 612,66	0,00	5 282 034,26	5 064 214,61	483 322,89	4 435 668,63	222 955,13	145 223,09	8%	78%	
D11.5	Total Geral (Despesas Correntes)	18 544,60	83 032,16	0,00	70 083,38	66 447,12	18 544,60	47 017,71	65 562,31	884,81	22%	57%	
D11.6	Total Geral (Despesas Capital)	0,00	880 042,23	0,00	880 042,23	879 916,02	879 916,02	879 916,02	126,21	0,00	0%	100%	
D11.7	Total Geral (Despesas não efetivas)	604 184,85	6 660 687,05	0,00	6 232 159,87	6 010 577,75	501 867,49	5 362 602,36	221 582,12	146 107,90	8%	81%	

O Contabilista Público

O Órgão de Gestão

Em ___ de _____ de _____

Em 21 de Maio de 2019

duchnebratko
puccan



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S. A.** (a entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 19.451.674 euros e um total de património líquido de 10.661.528 euros, incluindo um resultado líquido de 94.136 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S. A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, não obstante a Azorina continuar com forte dependência financeira do acionista único, a Região Autónoma dos Açores, a qual tem vindo a assumir as condições indispensáveis e necessárias para garantir o seu funcionamento.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Ênfase

A entidade implementou pela primeira vez em 2018 o SNC-AP. Conforme identificado na nota introdutória do anexo as principais alterações prenderam-se com os ativos fixos, nomeadamente no abate e reclassificação de alguns itens e sobretudo na alteração das respetivas taxas de depreciação, que passaram a ser feitas de acordo com o Classificador Complementar 2.

Tal como preconizado pelas normas de implementação relativas à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, a informação comparativa do período anterior é baseada no SNC (referencial contabilístico anterior), tendo sido efetuada a mera conversão dos saldos para as novas rubricas das demonstrações financeiras, sem reexpressão. Esta forma implica a perda de comparabilidade entre 2018 e 2017.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias e



- avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,



modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade não identificamos incorreções materiais.

21 de março de 2019

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Nuno Miguel da Costa Tavares

(ROC n.º 1582) (Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161192)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhor Acionista,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza - AZORINA, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente as atividades da Azorina durante o exercício de 2018 que são essencialmente a promoção e apoio à gestão integrada das áreas protegidas terrestres e marinhas, valorizando os recursos naturais e paisagísticos e a biodiversidade e geodiversidade do arquipélago dos Açores, nomeadamente na realização de projetos e ações destinados a proteger a biodiversidade, a geodiversidade e os recursos ambientais, a adoção de medidas de gestão do território, construção e exploração de infraestruturas destinadas à recolha, transferência, valorização e destino final de resíduos, águas residuais e seus derivados, educação e formação dos cidadãos em matéria de ambiente, construção, exploração e manutenção de infraestruturas necessárias à conservação, proteção e valorização do ambiente e promoção, desenvolvimento e exploração da fileira florestal.

No âmbito das suas atribuições, a Azorina pode desenvolver outras atividades acessórias: promover estudos, implementar e desenvolver ações e projetos no âmbito dos planos especiais de ordenamento do território, bem como noutras ações e projetos que se destinem à proteção e valorização ambiental da área de intervenção e que se revelem importantes para a proteção das zonas abrangidas.

1. RELATÓRIO

De acordo com o disposto nos artigos 420º e 421º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/A republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/A e no desempenho das nossas funções:

- Acompanhamos regularmente a evolução dos negócios da Azorina;

- Verificamos a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respetiva documentação;
- Vigiamos pela observância da lei e do contrato da sociedade e tomámos conhecimento dos atos da Administração.
- Analisamos o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data, compreendendo estas o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo anexo.
- Reunimos com Conselho de Administração de forma a recolher e prestar informações e esclarecimentos sobre a verificação e análise efetuada;
- Reunimos com os serviços de contabilidade da Sociedade, de forma a recolher e prestar informações e esclarecimentos sobre a verificação e análise efetuada.

A Certificação Legal das Contas que faz parte integrante deste Relatório, e aqui se dá como reproduzida, faz referência à forte dependência financeira do acionista único e à impossibilidade da Azorina prosseguir a sua atividade, sem este apoio e ao efeito comparativo decorrente da adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

2. ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

O relatório do Conselho de Administração descreve o governo da sociedade, bem como algumas das exigências estabelecidas no Art. 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A que estabelece as disposições aplicáveis às empresas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores.

Dado o crescente número de Centros Ambientais e atividades desenvolvidas pela Azorina, os dados contabilísticos não são comparáveis entre os vários anos. Por este facto não é possível qualquer apreciação global sobre o efeito das orientações de gestão para a contenção de gastos.

Só o Centro de Interpretação da Caldeira Velha, que passou a ser gerido em 2018 pela Azorina, contribuiu com mais de 1 milhão de euros de um volume global de 1,7 milhões,

aportando igualmente custos necessários ao seu funcionamento. Este foi o principal facto que levou à melhoria dos resultados em 2018.

Importa igualmente realçar que as depreciações tiveram uma forte redução em 2018 decorrente da alteração dos critérios de depreciação – descritos na nota introdutória do anexo às contas e segundo o Classificador Complementar 2 do SNC-AP - embora o efeito ao nível do resultado não seja significativo na medida em que os respetivos subsídios, que muitas vezes apoiaram a totalidade da aquisição, sofreram descida proporcional.

Quanto ao financiamento bancário, voltou a subir face a 2017, em 880 mil euros, melhor detalhe na nota 7 do anexo. Deve merecer atenção por parte do conselho de administração, que deve continuar a procurar garantir os meios que assegurem o cumprimento das obrigações financeiras da Sociedade.

Pronunciamo-nos favoravelmente, em 27 de abril de 2016, sobre o Plano Estratégico Pluri-anual 2016/2018. Não nos pronunciamos acerca do Orçamento para o exercício de 2018. Não temos conhecimento que outro organismo de supervisão o tenha feito.

Neste primeiro exercício de aplicação do SNC-AP, não nos pronunciamos sobre os mapas de natureza orçamental. Recomendamos o esforço no sentido de serem preparados o mais tempestiva e fiavelmente possível para servirem como instrumentos de gestão. Importa, no entanto, deixar expressa a dificuldade que os próprios serviços tiveram na implementação deste normativo e a necessidade de serem implementados procedimentos e melhorias que o tornem efetivo.

O facto da Azorina ser uma Entidade Pública Reclassificada coloca-a na condição de ter que cumprir simultaneamente exigências de natureza pública e privada. Ao nível contabilístico acarretou a exigência de implementação de um novo sistema de contabilidade orçamental, que importa validar e testar no futuro, e a breve prazo numa contabilidade de gestão.

3. PARECER

Como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2018, bem como a proposta de aplicação dos resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento à Administração e aos serviços com quem contactamos em especial aos serviços administrativos, contabilísticos e financeiros pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

21 de março de 2019

O Fiscal Único,

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Nuno Miguel da Costa Tavares

(ROC n.º 1582) (Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161192)

(SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400)